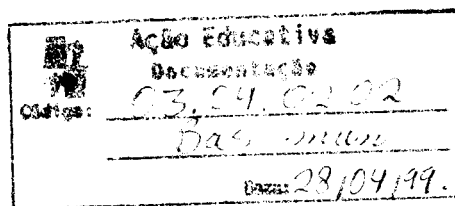




Ação Educativa
Assessoria Pesquisa Informação

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo SP Brasil
Fone (011) 825-5544 Fax (011) 3666-1082
Home-page: <http://www.acaoeducativa.org>
E-Mail: acaoeducativ@alternex.com.br



A municipalização do ensino no Estado de São Paulo

impactos da Lei n.º 9.424/96 sobre o atendimento municipal

RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA

Pesquisadores: Marcos Edgar Bassi (coord.)
I-Juca-Pirama Camargo Gil

São Paulo, março de 1999

RESUMO

Este **relatório** corresponde ao relato analítico ainda parcial do diagnóstico da situação do ensino municipal, previsto quando da realização da primeira etapa de pesquisa de campo do projeto *A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: impactos da Lei n.º 9.424/96 sobre o atendimento municipal*. É examinado o comportamento das matrículas iniciais em educação básica, entre 1994 e 1997, mantidas pelas dependências administrativas estadual, municipal e particular em todo o Estado e em uma amostra de municípios selecionada para estudo. O objetivo específico é verificar a tendência seguida por esses municípios na organização e sustentação da sua rede própria.

O exame das matrículas mostrou que, tanto no conjunto do Estado de São Paulo quanto na amostra estudada, de modo geral, a retração da oferta estadual foi concomitante à expansão da oferta municipal e particular. Somente o ensino médio teve significativo crescimento, oferecido principalmente pela rede estadual. A educação infantil manteve crescimento contínuo. O ensino fundamental decresceu apesar do aumento das vagas municipais. A educação especial praticamente não se alterou e a educação básica de jovens e adultos se reduziu fortemente, tendo crescimento significativo no fim do período (1997), sobretudo pela oferta municipal, sem recuperar o nível de oferta do início do período (1994). Esse quadro mostra o desprezo do poder público pelas modalidades de ensino diferentes da educação infantil e do ensino fundamental. Há importantes motivos para crer que essa atitude tenha se acentuado devido às medidas de indução à municipalização do ensino fundamental, especialmente no que diz respeito à promulgação e vigência de nova legislação específica no setor (Emenda Constitucional n.º 14 e Lei 9.424/96).

LISTA DE QUADROS

- 1 Número de municípios paulistas com rede própria de ensino fundamental - 1996 – 1998p. 04
- 2 Matrículas do ensino fundamental municipalizadas no Estado de São Paulo - 1996 – 1998p. 05
- 3 População por município no Estado de São Paulo – 1996.....p. 27

LISTA DE TABELAS

- 1 Estado de São Paulo – Educação - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997p. 06
- 2 Estado de São Paulo – Educação - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....p. 09
- 3 Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997p. 12
- 4 Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997p. 16
- 5 Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997p. 20
- 6 Alfredo Marcondes - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....p. 29
- 7 Alfredo Marcondes – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997p. 32
- 8 Alfredo Marcondes – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997p. 34
- 9 Aguai - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....p. 38

10	Aguai – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 40
11	Aguai – Dependência Administrativa Municipal - Matrícula iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 43
12	Aguai – Dependência Administrativa Particular - Matrícula iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 46
13	Descalvado - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 51
14	Descalvado – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 53
15	Descalvado – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 56
16	Descalvado – Dependência Administrativa Particular - Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 58
17	Itatiba - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 61
18	Itatiba – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 64
19	Itatiba – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 67
20	Itatiba – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 69
21	Cubatão - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 74
22	Cubatão – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 76

23	Cubatão – Dependência Administrativa Municipal - Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997	p. 79
24	Cubatão – Dependência Administrativa Particular - Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 81
25	Diadema - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa – 1994 – 199.....	p. 84
26	Diadema – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 86
27	Diadema – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 89
28	Diadema – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 91
29	Município de São Paulo - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 95
30	Município de São Paulo – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 98
31	Município de São Paulo – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 100
32	Município de São Paulo – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 103

LISTA DE GRÁFICOS

1	Estado de São Paulo – Educação - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997	p. 07
2	Estado de São Paulo – Educação - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 10

3 Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 14
4 Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 17
5 Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 21
6 Alfredo Marcondes - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 30
7 Alfredo Marcondes – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 33
8 Alfredo Marcondes – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 34
9 Aguai - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 39
10 Aguai – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 41
11 Aguai – Dependência Administrativa Municipal - Matrícula iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p.45
12 Aguai – Dependência Administrativa Particular - Matrícula iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 47
13 Descalvado - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 52
14 Descalvado – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 54
15 Descalvado – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997	p. 57

16 Descalvado – Dependência Administrativa Particular - Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 59
17 Itatiba - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 62
18 Itatiba – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 66
19 Itatiba – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 68
20 Itatiba – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 70
21 Cubatão - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997	p. 75
22 Cubatão – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 77
23 Cubatão – Dependência Administrativa Municipal - Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 80
24 Cubatão – Dependência Administrativa Particular - Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 82
25 Diadema - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa – 1994 – 1997.....	p. 85
26 Diadema – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 87
27 Diadema – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 90
28 Diadema – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 92

29 Município de São Paulo - Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 – 1997.....	p. 96
30 Município de São Paulo – Dependência Administrativa Estadual - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 99
31 Município de São Paulo – Dependência Administrativa Municipal - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 101
32 Município de São Paulo – Dependência Administrativa Particular - Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 – 1997.....	p. 104

SUMÁRIO

Introdução e contexto	p. 01
Panorama da evolução do atendimento educacional no Estado de São Paulo	p. 06
Panorama da evolução do atendimento em Municípios do Estado de São Paulo	p. 25
• Município de Alfredo Marcondes	p. 29
• Município de Aguai.....	p. 37
• Município de Descalvado	p. 50
• Município de Itatiba	p. 61
• Município de Cubatão	p. 73
• Município de Diadema	p. 84
• Município de São Paulo	p. 94
Conclusão geral	p. 107
Bibliografia	p. 111

A municipalização do ensino no Estado de São Paulo:

impactos da Lei n.º 9.424/96 sobre o atendimento municipal

Introdução e contexto

Este **relatório** corresponde ao relato analítico ainda parcial do *diagnóstico da situação do ensino municipal*, previsto quando da realização da *primeira etapa de pesquisa de campo* do projeto **A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: impactos da Lei n.º 9.424/96 sobre o atendimento municipal**. Neste **relatório** parcial é examinado apenas o comportamento das matrículas iniciais dos níveis de ensino em educação básica mantidos pelas dependências administrativas estadual, municipal e particular em todo o Estado e em uma amostra de municípios selecionada para estudo entre 1994 e 1997. Este estudo tem o objetivo específico de verificar a tendência seguida por esses municípios na organização e sustentação da sua rede própria. Ele será complementado, em relatório posterior, por análises da evolução da estrutura de gestão institucional do ensino e do financiamento da educação.

A pesquisa tem por objeto os impactos que a implementação da Emenda Constitucional n.º 14 e da Lei n.º 9.424/96 a partir de 1998 está causando no perfil do atendimento educacional em municípios do Estado de São Paulo, com a atenção especialmente voltada para seus impactos no atendimento em educação infantil e no ensino supletivo.

Antes, entretanto, de avançar no propósito do **relatório** os próximos parágrafos reservam um breve espaço para situar o alcance mais imediato dessas mudanças legais e o contexto da pesquisa.

Assim, o ponto central dessa legislação de iniciativa do governo federal é a implantação, em cada unidade da Federação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Segundo seus elaboradores, o Fundef foi concebido para destinar prioridade financeira

ao ensino fundamental e, com isso, tentar reverter os baixos salários dos docentes desse nível de ensino em alguns Estados. Desse modo, a legislação implantou um mecanismo automático de subvinculação da receita orçamentária de Estados e municípios, constitucionalmente determinada para o ensino. Tal mecanismo simplesmente altera a trajetória de parte importante dos recursos financeiros que serão retidos no Fundef de cada unidade da Federação. O resultado da divisão dos recursos do fundo estadual pelo total de alunos matriculados no ensino fundamental em um ano, em cada Estado, define um *per capita* a ser usado como medida unitária de devolução ou de repasse desses recursos aos municípios ou ao Estado na proporção quantitativa da sua responsabilidade pelas matrículas do ensino fundamental. Especialmente importante é a restrição que a lei impõe à contagem de matrículas, considerando apenas as que são feitas no ensino fundamental regular, não computando o ensino fundamental supletivo, modalidade educativa à qual a esfera municipal veio se dedicando crescentemente desde 1986. Portanto, o *per capita* é uma medida equalizadora do gasto público por aluno nesse nível de ensino e moeda de troca entre as duas esferas de governo (estadual e municipal). Os municípios ou os estados que não mantiverem matrículas de ensino fundamental perdem a parte de suas receitas para aqueles que mantêm. A legislação promulgada deslocou a participação da esfera federal nessa responsabilidade financeira¹, reservando-lhe apenas um papel suplementar e tão somente àqueles fundos estaduais que não atingirem um valor médio por aluno ao ano² definido nacionalmente.

Outro aspecto especialmente importante é que o funcionamento do Fundef em cada Estado está desencadeando movimentos de matrículas e de receitas de diferente natureza e intensidade, os quais dependem do grau e do lugar de concentração das matrículas do ensino fundamental, seja na esfera estadual ou no conjunto das suas redes municipais de ensino. Sobre a concentração de matrículas, dados do *Censo Escolar* de 1996 mostravam que, em nível nacional, o conjunto das redes estaduais detinha em média 55,74%, o das redes municipais 32,96% e toda a rede particular 11,19%³. Mas, em vários Estados, entre eles Ceará, Rio de Janeiro, Alagoas e Maranhão, as redes

¹ Da Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional 14 de 1996, a União deveria ter destinado anualmente 50% da receita de impostos de sua competência para o ensino fundamental. Esse dispositivo não vinha sendo cumprido em razão do maior comprometimento dessa receita com o ensino superior federal.

² Esse valor por aluno é definido anualmente pelo próprio governo federal a partir da previsão da receita dos impostos envolvidos, dividida pelo soma nacional de matrículas no ensino fundamental.

³ No ensino fundamental, a rede federal é inexpressiva.

municipais detinham mais de 60% das matrículas. Sem dispor ainda de muitas informações sobre os processos em andamento e admitindo que há uma tendência descentralizadora na nova legislação, pode-se dizer, a grosso modo, que, conforme a concentração de matrículas ocorra mais na esfera estadual ou na municipal, mais matrículas ou mais recursos financeiros provindos da esfera estadual serão transferidos para os municípios.

A especificidade do processo desencadeado pela nova legislação e a implantação do Fundef no Estado de São Paulo, no qual situamos o foco desta pesquisa, foram precedidas por algumas medidas tomadas pela Secretaria do Estado da Educação (SEE) a partir de 1995. Em primeiro lugar, destaca-se o Projeto Reorganização da Rede Estadual, que separou a maioria das escolas da rede estadual, especializando-as no ensino fundamental de 1ª à 4ª séries ou nas séries posteriores e/ou no ensino médio. A justificativa oficial para isso afirmava os objetivos da racionalização do atendimento e da expectativa de melhoria na qualidade do ensino ofertado. A seguir, notaremos, no movimento das matrículas, que essa medida preparou a rede estadual para servir aos propósitos da municipalização do ensino fundamental, especialmente quanto às suas primeiras quatro séries.

A segunda medida implementada pela SEE foi o Programa de Ação de Parceria Estado-Município desencadeado em 1996. Com esse programa, deu-se início ao processo de municipalização do ensino fundamental, que teve seu ápice em 1997, ano imediatamente anterior ao da vigência do Fundef.

Alguns dados já demonstram alterações que podemos imputar à combinação dessas duas medidas, mesmo que parcialmente, no processo de municipalização incentivado pelo governo do Estado. O Quadro 1 seguinte mostra o comportamento dos municípios paulistas quanto ao atendimento de ensino fundamental.

Fica clara a corrida dos municípios paulistas rumo no atendimento de ensino fundamental a partir de 1997. Enquanto, em 1996, apenas 19% dos municípios atendiam nesse nível de ensino, em 1998, a cifra passa a 69%.

Nesse ponto, cabe um parênteses a respeito do conceito de municipalização. Para este relatório, o conceito de municipalização designa a crescente assunção de responsabilidades na oferta de serviços educacionais por parte da esfera municipal.

Nesse sentido, passa a esfera municipal a assumir, de modo geral, serviços anteriormente prestados por outras esferas de governo (por exemplo: a transferência de vagas), ou a ampliar serviços municipais já existentes ou, ainda, a própria criação de serviços, como é o caso de criação de rede própria de atendimento em ensino fundamental. Essas variantes estão sendo motivadas por força do clima municipalizante instituído pelo conjunto de ações acima enunciado. Os problemas que acompanham o processo da municipalização, na maioria das vezes sem resposta condizente, têm a ver com a disponibilidade de recursos (de ordem financeira, técnica, gerencial, etc).

Dito isto, deve-se ressaltar que não se pode creditar todo o crescimento expresso na exposição dos quadros à frente apenas ao projeto de parceria implantado pelo governo estadual, visto que alguns municípios estão criando rede própria em vez de municipalizar parte da rede estadual. É o caso de Diadema, um dos municípios incluídos na amostra desta pesquisa.

Quadro 1
Número de municípios paulistas com rede própria de ensino fundamental
1996 - 1998

Municípios	1996		1997		1998	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Com rede EF própria	121	19%	411	64%	442	69%
Sem rede EF própria	504	81%	234	36%	203	31%
Total de municípios do Estado	625	100%	645	100%	645	100%

Fontes: Censos Educacionais MEC de 1996, 97 e 98.

É também prematuro afirmar que o ensino fundamental paulista caminha para uma efetiva municipalização, pois o número de matrículas transferidas da esfera estadual à municipal não corresponde na mesma proporção à maciça adesão dos municípios ao programa (Quadro 2). De 1996 a 1998, os municípios assumiram muitas matrículas no ensino fundamental, passando sua taxa de atendimento de 13% para 21%. Porém, a grande maioria das vagas continua sob responsabilidade dos governo estadual que mantém ainda 79% do total.

Em números absolutos, os municípios assumiram, de 1996 para 1997, 349.146 novas vagas e, de 1997 para 1998, mais 118.969. Portanto, pode-se perceber que o ritmo de municipalização de matrículas teve seu auge em 1997, possivelmente induzido pela

iminência da implantação do Fundef no ano seguinte. O ritmo de crescimento foi bastante reduzido em 1998, o que parece demonstrar certa cautela das prefeituras na expansão das rede municipais.

Quadro 2

Matrículas do ensino fundamental municipalizadas no Estado de São Paulo 1996 - 1998

Matrículas	1996		1997		1998	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Na rede estadual	5.078.539	87%	4.634.560	81%	4.436.399	79%
Na rede municipal	726.704	13%	1.075.850	19%	1.194.819	21%
Na rede pública de SP	5.805.243	100%	5.710.410	100%	5.631.218	100%

Fontes: Censos Educacionais MEC de 1996, 97 e 98.

Uma última observação a destacar do exame dos dados do período, especificamente revelada no Censo Educacional de 1998, é a constatação, inédita quanto a manutenção do ensino fundamental, da existência, no Estado, de municípios, cujo atendimento ao ensino fundamental público está sob sua inteira responsabilidade, são eles: Adolfo, Águas de São Pedro, Cândido Rodrigues, Cássia dos Coqueiros, Dourado, Holambra, Novais, Oscar Bressane e Trabiju. Uma característica comum entre eles é a de serem municípios muito pequenos, que possuem uma população de até 10.000 habitantes.

Em síntese, pode-se dizer que a ação combinada no tempo dos dois programas estaduais acima citados com a legislação federal que os sucede implica uma forte indução à municipalização do ensino fundamental. Porém, os quadros acima mostram ainda uma realidade de concentração das matrículas do ensino fundamental na rede estadual no Estado de São Paulo. De qualquer forma, nesse processo, muitos municípios tiveram de rever o seu perfil de atendimento educacional construído nos últimos anos, para absorver a determinação legal a partir de 1998.

Esta breve contextualização oferece o pano de fundo sobre o qual se assenta a parte da pesquisa a que se dedica este relatório. Valendo-se de bancos de dados disponíveis na Secretaria do Estado da Educação, analisa-se aqui a evolução das matrículas em educação básica no Estado de São Paulo, reconstituindo a tendência que vinha se firmando no perfil de atendimento educacional do Estado e de alguns

municípios nos anos imediatamente anteriores à implantação do Fundef. Desse modo, o plano seguido para a exposição deste trabalho inicialmente apresenta um panorama geral em todo o Estado de São Paulo, o qual consiste no exame da evolução das matrículas nos diferentes níveis e modalidades mantidos pelas redes de ensino estadual, municipal e particular de ensino. Em seguida, vem um panorama do atendimento em cada um dos sete municípios da amostra, repetindo a mesma estrutura de apresentação da seção anterior. Nesse itinerário ainda parcial da pesquisa, vale a pena realçar, procurou-se destacar o comportamento apresentado pelas matrículas da educação infantil (creche e pré-escola) e do ensino supletivo (educação de jovens e adultos) e suas modalidades, que será resumido na parte conclusiva deste **relatório**.

Panorama da evolução do atendimento educacional no Estado de São Paulo

Nesta seção do trabalho vamos acompanhar o comportamento do total das matrículas iniciais em todo o Estado de São Paulo, reunindo as três diferentes dependências administrativas e os diferentes níveis de ensino, os quais eventualmente possam ser envolvidos pelos efeitos da nova legislação em vigor.

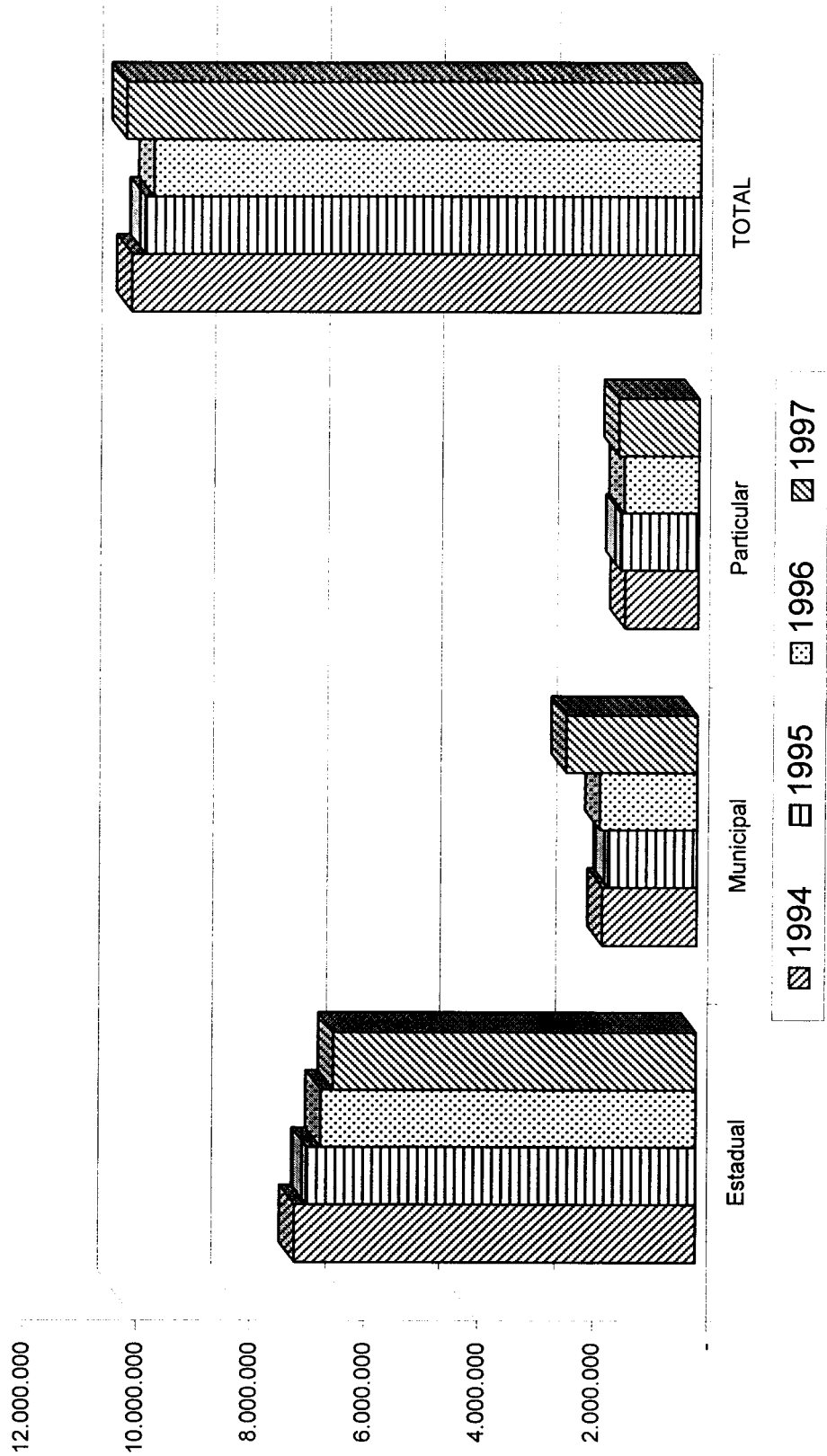
A evolução geral das matrículas

Tabela 1 - Estado de São Paulo - Educação
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa -
1994 - 1997

DEP ADM	1994		1995		1996		1997		Variação % 1997/1994
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Estadual	7.016.428	70%	6.805.311	70%	6.560.798	69%	6.343.274	63%	-10%
Municipal	1.650.776	17%	1.548.334	16%	1.699.651	18%	2.292.484	23%	39%
Particular	1.271.072	13%	1.355.599	14%	1.296.870	13%	1.394.845	14%	10%
TOTAL	9.938.276	100%	9.709.244	100%	9.557.319	100%	10.030.603	100%	1%

Fonte: Fundação SEADE (pré-escola); SEE. CIE (demais níveis)

Gráfico 1 - Estado de São Paulo - Educação
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa
1994-1997



A Tabela 1⁴ agrupa a somatória total das matrículas em educação básica mantidas por cada uma das dependências administrativas entre 1994 e 1997. A evolução do total das matrículas mostra, no período, uma pequena variação positiva de 1%. Entretanto, é preciso destacar o comportamento irregular dessa evolução. Após um sucessivo decréscimo nos primeiros três anos, houve, em 1997, um aumento de mais de 470 mil atingindo neste ano o patamar de mais de 10.030 mil matrículas. De pouco mais de 9.930 mil em 1994, reduziu-se para algo em torno de 9.550 mil em 1996, o que correspondeu a um recuo de mais de 380 mil matrículas.

A parte decrescente deste desempenho irregular é explicada pela contínua queda no número de matrículas da rede estadual, na medida em que esta atendia, em 1994, a mais de 7 milhões da soma total, caindo para algo em torno de 6.340 mil, em 1997. Isso significou um desempenho negativo dessa esfera em torno de 10% no período. Esse movimento foi parcialmente contrabalançado pelo crescimento no atendimento nas outras duas dependências, substancial na dependência municipal (39%), particularmente em 1997, e menos pronunciado na particular (10%), mesmo considerando a ocorrência de recuos na soma de suas matrículas em anos diferentes.

Contudo, é preciso uma maior desagregação dos dados de atendimento em cada dependência administrativa para entender o súbito aumento na soma das matrículas ocorrido em 1997, o que será efetuado mais adiante.

O Gráfico 1 ilustra a trajetória de cada dependência. O declínio no total das matrículas, até 1996, foi conduzido, como visto, pela redução do atendimento da rede estadual. Tal tendência no total do atendimento no Estado foi invertida, em 1997, por conta do crescimento mais acentuado das matrículas sob responsabilidade da dependência administrativa municipal. Dos quase 1.550 mil de matrículas mantidos em 1995 por essa instância, chegou-se perto dos 1.700 mil em 1996, saltando, em 1997, para mais de 2.290 mil. A variação positiva verificada acima também contou com o ligeiro crescimento das matrículas na dependência particular.

Podemos notar a relativa perda de espaço da dependência estadual em favor da

⁴ A tabela foi constituída a partir de diferentes documentos, todos com base no banco dados oferecido pelo CIE – Centro de Informações Educacionais da Secretaria do Estado da Educação. Documentos consultados: Fundação SEADE – <http://www.seade.gov.br> e SEE. CIE – *Séries históricas, 1998 e Banco de dados, 1994, 1995, 1996 e 1997.*

dependência municipal, mais perceptível nos dois últimos anos, enquanto a dependência particular permanece praticamente estável. Em 1994, a proporção de cada uma era, respectivamente, de 71%, 16% e 13%, situação alterada em 1997 para 63%, 23% e 14%, conforme a tendência verificada no período.

A evolução do atendimento das matrículas da educação básica no Estado pode também ser examinada quando desagregadas por níveis e modalidades de ensino (Tabela 2 e Gráfico 2). O ensino fundamental acumula o maior número de matrículas, revelando, entretanto, uma redução no período de quase 180 mil vagas de 1995 à 1997. Nesses anos, de mais de 6.660 mil caiu para pouco mais de 6.480 mil matrículas. Apesar disso, representava ainda 65% do total do atendimento.

Tabela 2 - Estado de São Paulo - Educação

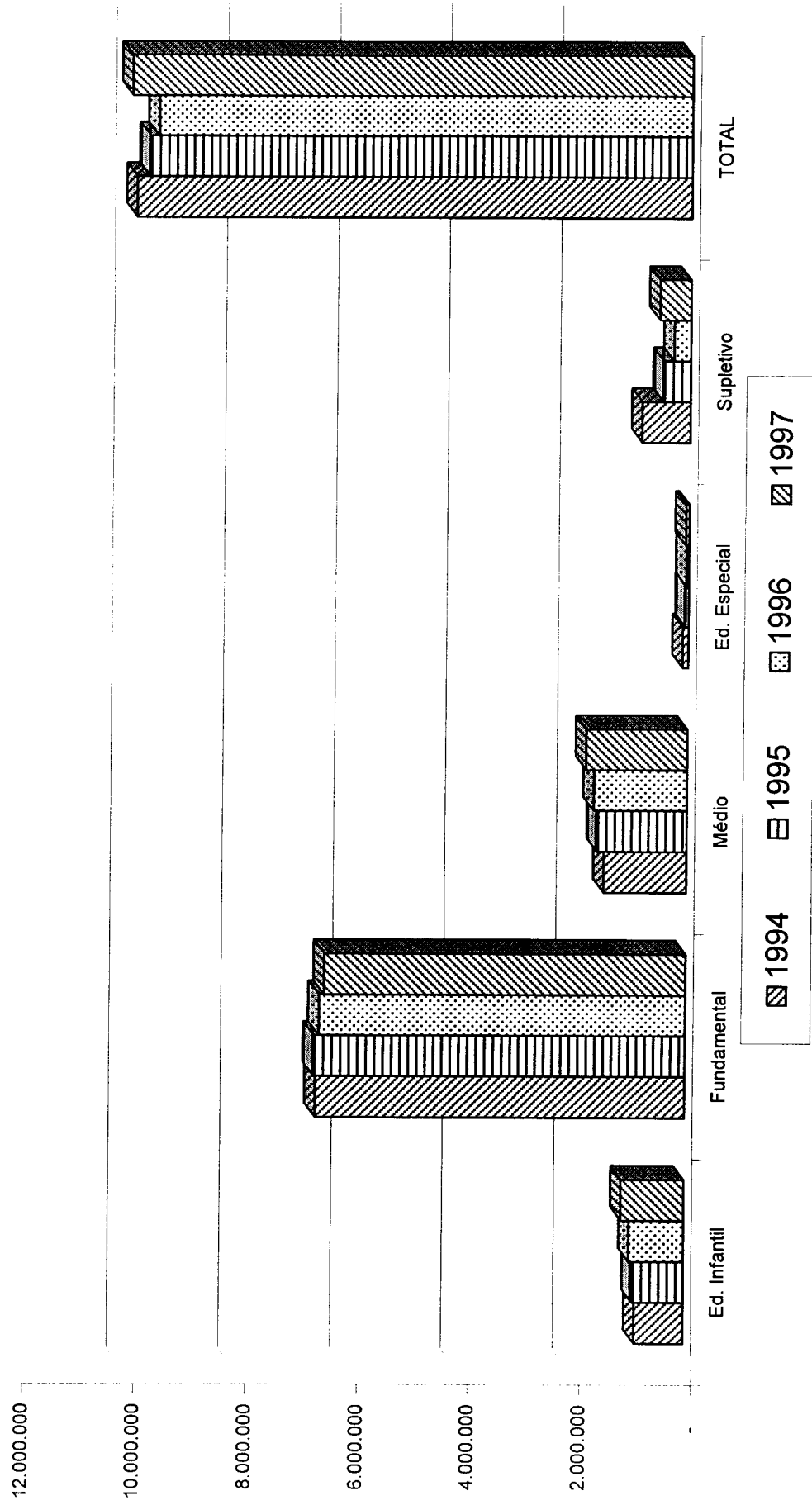
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997		Variação % 1997/1994
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Ed. Infantil	872.817	9%	911.586	9%	973.474	10%	1.125.080	11%	29%
Pré-Escola	872.817	9%	911.586	9%	973.474	10%	1.125.080	11%	29%
Fundamental	6.632.006	67%	6.662.469	69%	6.572.322	69%	6.483.935	65%	-2%
1ª à 4ª	3.535.767	36%	3.516.831	36%	3.445.469	36%	3.330.696	33%	-6%
5ª à 8ª	3.096.239	31%	3.145.638	32%	3.126.853	33%	3.153.239	31%	2%
Médio	1.484.239	15%	1.608.189	17%	1.672.986	18%	1.814.034	18%	22%
Ed. Especial	96.952	1%	49.819	1%	44.488	0%	58.438	1%	-40%
Supletivo	852.262	9%	477.181	5%	294.049	3%	549.116	5%	-36%
Supletivo Fund.	717.196	7%	389.574	4%	251.062	3%	451.690	5%	-37%
Suplência I	249.960	3%	*	*	*	*	118.447	1%	-53%
Suplência II	467.236	5%	*	*	*	*	333.243	3%	-29%
Supletivo Médio	135.066	1%	87.607	1%	42.987	0%	97.426	1%	-28%
TOTAL	9.938.276	100%	9.709.244	100%	9.557.319	100%	10.030.603	100%	1%

Fonte: Fundação SEADE (pré-escola); SEE. CIE (demais níveis)

* Informação não disponível

Gráfico 2 - Estado de São Paulo - Educação
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997



O segmento da 1ª à 4ª séries foi o que mais perdeu matrículas, acumulando sozinho mais de 200 mil, mas foi, em parte, compensado pelo crescimento de quase 50 mil vagas no segmento da 5ª à 8ª séries.

Reduziram-se também as matrículas da educação especial e do ensino supletivo. A primeira, mesmo sendo o nível de ensino de menor expressão numérica, perdeu 40% do atendimento registrado no primeiro ano do período. O ensino supletivo, de modo geral, chegou a computar um fechamento de matrículas em torno de 560 mil entre 1994 e 1996, o que equívale só aí 66% a menos. Recuperou, em 1997, substancialmente as vagas perdidas, mas ainda assim ficou 36% abaixo do primeiro ano da série. Esse mesmo comportamento se repetiu nas suas diferentes modalidades de suplência, com mais expressão na suplência I (1ª à 4ª séries), que fechou 53% das matrículas.

Em movimento contrário ao desses níveis, a educação infantil e o ensino médio confirmaram tendência sucessiva de crescimento no período, apresentando crescimento mais marcante em 1997.

A educação infantil, que mostrou uma variação positiva de 29%, expandiu em mais de 150 mil matrículas o seu atendimento somente em 1997. O ensino médio, por seu lado, numa crescimento relativo menor (22%) também expandiu-se em mais de 140 mil matrículas nesse mesmo ano.

As tabelas a seguir desagregam um pouco mais os números, agora para mostrar, nas dependências administrativas, a contribuição de cada nível de ensino para o comportamento visto nas tabelas e gráficos acima.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

Na Tabela 3, a seguir, estão apenas as matrículas da dependência administrativa estadual. Pode-se confirmar que a tendência decrescente já assinalada na soma geral das matrículas dessa instância em todo o período se deve em grande parte à queda de matrículas no ensino fundamental, especialmente no segmento que vai da 1ª à 4ª séries. O segmento da 5ª à 8ª séries manteve-se praticamente estável, pouco acima de 2.450 mil. O impacto mais pronunciado dessa tendência se fez sentir em 1997, quando começam a surgir os resultados do Programa de Ação de Parceria Estado-Município e

se avizinha, para o ano seguinte, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Por conta desses fatores, em apenas um ano (1997) ocorreu a redução de quase 450 mil matrículas no primeiro segmento do ensino fundamental: de 2.627 mil em 1996 cai para 2.180 mil em 1997. A maior quantidade dessas matrículas migrou, como poderemos constatar a seguir, para a dependência administrativa municipal. Porém, a despeito de a municipalização do ensino fundamental contribuir na elevação da participação municipal na soma total das matrículas, esse crescimento não explica aquela súbita expansão na oferta verificada, em 1997, na soma geral das matrículas (Tabela 1), o que, de resto, contribui para afastar a suposição de que o ensino fundamental poderia explicar tal expansão.

Tabela 3 - Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	1.346	0%	989	0%	488	0%	0	0%
Pré-Escola	1.346	0%	989	0%	488	0%	0	0%
Fundamental	5.280.220	75%	5.263.112	77%	5.078.539	77%	4.634.560	73%
1ª à 4ª	2.821.357	40%	2.778.180	41%	2.627.948	40%	2.180.098	34%
5ª à 8ª	2.458.863	35%	2.484.932	36%	2.450.591	37%	2.454.462	39%
Médio	1.188.820	17%	1.258.213	19%	1.319.158	20%	1.452.387	23%
Ed. Especial	42.344	1%	21.404	0%	19.254	0%	19.211	0%
Supletivo	503.698	7%	261.593	4%	143.359	2%	237.116	4%
Supletivo Fund.	416.490	6%	213.103	3%	118.502	2%	178.509	3%
Suplência I	146.280	2%	*	*	*	*	10.259	0%
Suplência II	270.210	4%	*	*	*	*	168.250	3%
Supletivo Médio	87.208	1%	48.490	1%	24.857	0%	58.607	1%
TOTAL	7.016.428	100%	6.805.311	100%	6.560.798	100%	6.343.274	100%

Fonte: Fundação SEADE (pré-escola); SEE. CIE (demais níveis)

* Informação não disponível

Examinando o ensino supletivo e suas modalidades na esfera estadual, é preciso

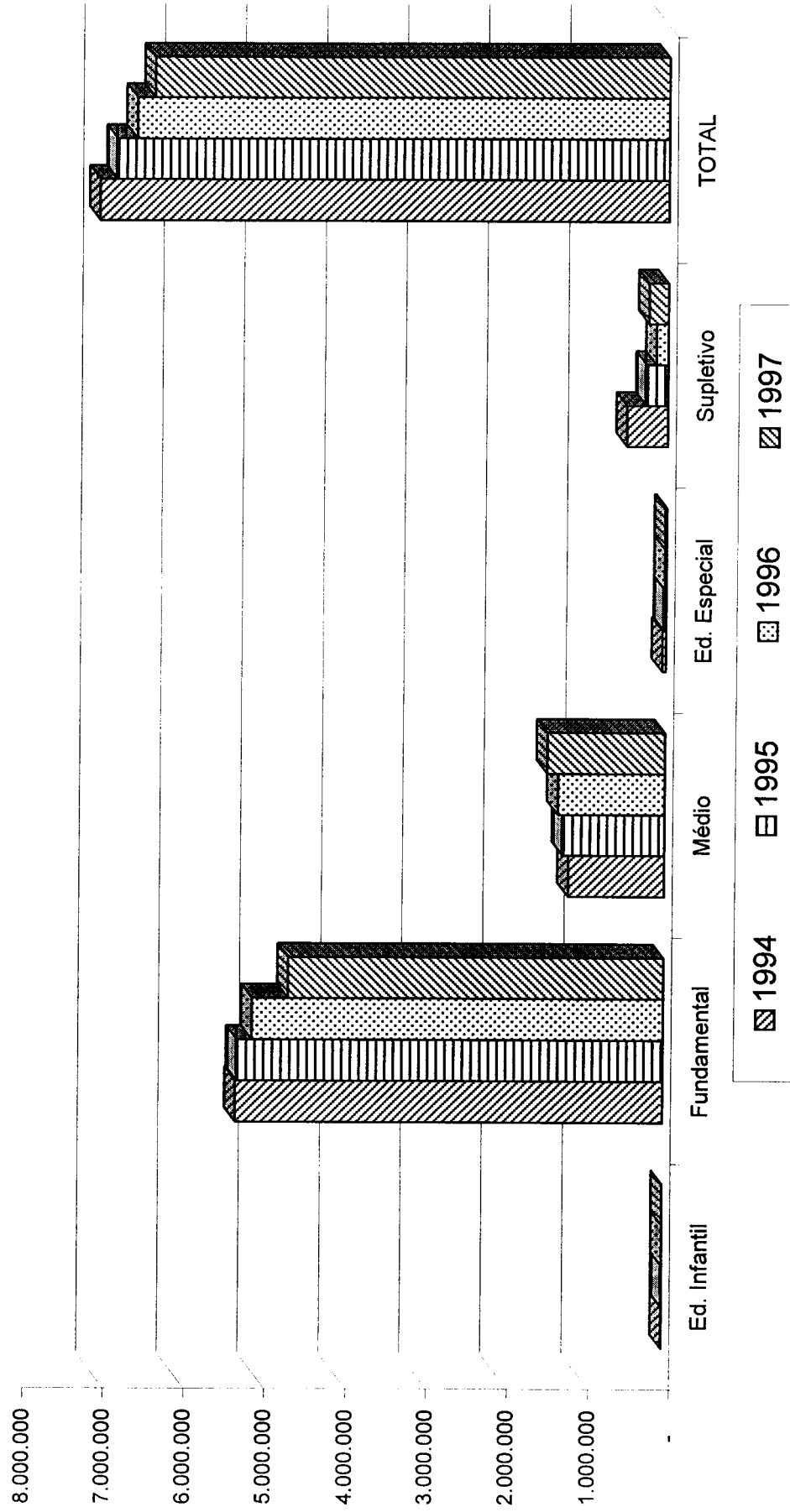
salientar a queda substancial nas matrículas havida entre 1994 e 1996, com alguma recuperação em 1997. Entretanto, tal recuperação ainda fica abaixo da metade do patamar atingido no primeiro ano do período. Foi, aliás, a redução do atendimento da rede estadual que mais contribuiu numericamente para a redução no total da oferta do ensino supletivo (ver Tabela 2 acima). Em 1995, em que pese a falta de dados para algumas modalidades, esse nível de ensino deixou de oferecer mais de 240 mil vagas, regredindo de 503 mil para 261 mil vagas (48% a menos que em relação a 1994). O mesmo ocorre em 1996 em relação a 1995, com uma redução de mais 118 mil vagas (45% a menos). Nesses três anos, a redução acumulou mais de 360 mil, atingindo todas as modalidades. A recuperação em 1997 (pouco mais de 93 mil vagas) elevou o número de matrículas a 237 mil. Ainda assim ficou 53% menor que o patamar de 1994.

No cômputo geral de redução das matrículas da rede estadual, o desempenho do ensino supletivo, entre 1994 e 1996, contribuiu para a tendência de queda, ao passo que sua recuperação em 1997 influiu para reduzir o ritmo desta tendência. Esse comportamento, em proporções menores, se repete nas outras dependências administrativas. O volume do sucessivo fechamento de vagas carece de explicação convincente. A esse respeito, não há ainda informações suficientes para arriscar qualquer conclusão. Há apenas indícios de que isso poderia corresponder a uma política deliberada da esfera estadual de redução de vagas. Mas, o comportamento semelhante ocorrido nas outras instâncias enfraquece esse argumento.

Sigamos, porém, no exame dos números da Tabela 3. A educação especial, embora represente um pequeno volume na totalidade das matrículas, mostrou uma redução expressiva no atendimento. De novo, a maior redução entre as dependências administrativas. Tomando-se somente 1995, vemos um recuo de 49% em relação ao ano anterior. Nos anos seguintes, persistiu a redução de vagas num menor ritmo. As mais de 19 mil matrículas mantidas em 1997 correspondiam a uma redução de 55% em relação ao patamar de 1994.

Pode-se afirmar, com base na tabela acima, que apenas o ensino médio apresentou uma firme tendência crescente na evolução das matrículas no período. As quase 1.200 mil matrículas em 1994 cresceram continuamente até atingir 1.450 em 1997, acumulando um aumento de 22%. Em 1997, este crescimento avançou 10% em relação a 1996, o que confirma o fato da explosão das matrículas do ensino médio.

**Gráfico 3 - Estado de São Paulo - Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994-1997**



Deve-se destacar ainda, que nesse período, a rede estadual deixou definitivamente de oferecer vagas para a educação infantil.

No Gráfico 3, é possível observar a tendência de redução no total das matrículas da rede estadual, no qual se sobressai o significativo peso do ensino fundamental. Pode-se ver também aqui que o ensino médio contradiz a tendência geral ao demonstrar resultados crescentes na evolução das matrículas. O ensino supletivo, como verificado na análise dos números acima, primeiro decresce até 1996 para então ensaiar uma elevação. Os outros níveis de ensino são inexpressivos.

Do ponto de vista percentual ocupado pelos diferentes níveis (Tabela 1), o movimento nos números relativos parece indicar uma certa estabilidade. Tal estabilidade se explica, de um lado, porque, a cada ano, a redução do total das matrículas é acompanhada de redução relativamente semelhante de cada nível de ensino, com exceção do ensino médio e, de outro, como já assinalávamos, porque a variação na evolução do ensino supletivo ocorre numa tal dimensão que compensa proporcionalmente a queda do ensino fundamental. Assim, este nível de ensino que ocupava 75% do total das matrículas em 1994, sobe e mantém-se em torno de 77% entre 1995 e 1996 e cai para 73% em 1997. O ensino supletivo, por sua vez, parte de 7% em 1994, cai, como vimos, sucessivamente pela metade em 1995 atingindo 4% e na mesma proporção em 1997, ficando em 2%, e em 1997 volta a crescer para 4%. No movimento de redução geral, o ensino supletivo foi o que apresentou a maior proporção de queda, mas contribuiu na relativa estabilidade dos outros níveis. Ressalte-se, também aqui, o crescimento paulatino do ensino médio: no primeiro ano ocupava 16,9% do total e em 1997 passou a ocupar 22,9%, o que consolidou um firme movimento ascendente.

O recuo da instância estadual é atribuído em grande medida ao comportamento decrescente do ensino fundamental, sentido particularmente nas primeiras quatro séries. Para explicar essa redução de vagas do ensino fundamental a secretária da Educação do Estado de São Paulo (Neubauer, 1999) apresenta três argumentos. Um deles diz respeito ao resultado conseguido pela informatização da rede estadual que permitiu maior controle das matrículas e eliminou aquelas que apareciam duplicadas em cada ano. Segundo a secretária, também houve no período o efeito da queda na taxa de crescimento da população, que vai reduzindo ano a ano o contingente da demanda por

educação na faixa etária que ingressa no ensino fundamental. Por último, desencadeou-se o processo de municipalização das matrículas desse nível de ensino a partir de 1996. Entretanto, um dado divulgado em 1998 pelo Ministério da Educação quando da campanha *Toda a criança na escola* questiona esta justificativa oficial, porque, em 1996, localizava no Estado de São Paulo mais de 186 mil crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos fora da escola.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

A Tabela 4 reúne a evolução das matrículas por nível de ensino para a dependência administrativa municipal, na qual cabe salientar a importância que ocupam os números do atendimento educacional do Município de São Paulo. Ao nos atermos ao exame dos dados seguintes devemos ter em conta a proporção que esse município representa na manutenção de alguns dos níveis de ensino. São Paulo também compõe a amostra de municípios desta pesquisa e dispõe de um espaço próprio na seção seguinte, destinada ao exame do perfil do atendimento educacional de cada um deles.

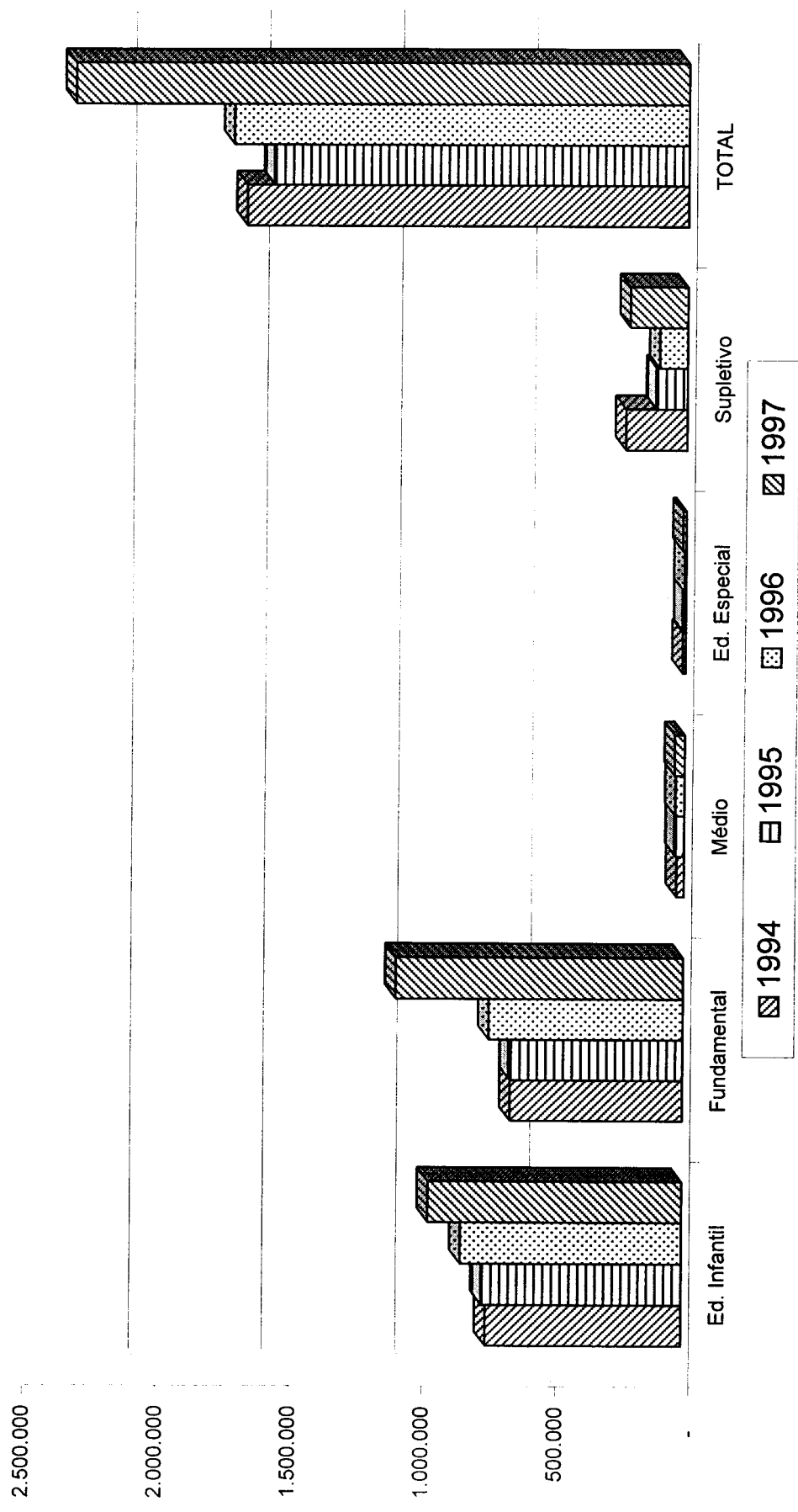
Tabela 4 - Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	734.107	45%	748.804	48%	828.368	49%	950.744	42%
Creche	*	*	*	*	*	*	*	*
Pré-Escola	734.107	45%	748.804	48%	828.368	49%	950.744	42%
Fundamental	646.230	39%	646.500	42%	726.704	43%	1.075.850	47%
1ª à 4ª	354.636	21%	352.790	23%	421.917	25%	749.941	33%
5ª à 8ª	291.594	18%	293.710	19%	304.787	18%	325.909	14%
Médio	28.359	2%	31.137	2%	33.538	2%	37.076	2%
Ed. Especial	11.198	1%	5.915	0%	6.422	0%	11.821	0%
Supletivo	230.882	14%	115.978	7%	104.619	6%	216.993	9%
Supletivo Fund.	226.442	14%	113.878	7%	102.558	6%	210.477	9%
Suplência I	88.722	6%	*	*	*	*	95.532	4%
Suplência II	137.720	8%	*	*	*	*	114.945	5%
Supletivo Médio	4.440	0%	2.100	0%	2.061	0%	6.516	0%
TOTAL	1.650.776	100%	1.548.334	100%	1.699.651	100%	2.292.484	100%

Fonte: Fundação SEADE (pré-escola); SEE. CIE (demais níveis)

* Informação não disponível

**Gráfico 4 - Estado de São Paulo - Dependência Administrativa Municipal
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994-1997**



Para termos uma idéia da importância educacional desse município atentemos para os seguintes números, apenas do primeiro e do último ano da série histórica em exame. As matrículas na educação infantil (pré-escola) da rede municipal somavam mais de 188 mil vagas (27%) de um total de 734 mil da soma da dependência administrativa municipal em 1994 e 218 mil (23%) de 950 mil em 1997; no ensino fundamental, ocupa espaço mais significativo, 507 mil (78%) de 646 mil em 1994 e 531 mil (49%) de 1.076 mil em 1997, sendo que a redução na participação relativa se deve ao crescimento ocorrido nesse nível de ensino em outros municípios do Estado; nos outros níveis, esta participação se repete, variando apenas proporcionalmente.

Feitas essas observações, voltemos ao exame da Tabela 4. A soma do atendimento na dependência administrativa municipal mostra uma tendência de crescimento, iniciada em 1996 após ter acusado uma diminuição de mais de 100 mil matrículas em 1995. Vejamos o que contribui para esse desempenho examinando cada nível de ensino.

Na distribuição das matrículas sob responsabilidade dos municípios, o ensino fundamental ocupa destaque quase com a mesma proporção que a educação infantil. Um primeiro aspecto a salientar é que, no caso da educação infantil, os números estão subestimados, uma vez que somam apenas as matrículas da pré-escola e não se encontram disponíveis os dados para a modalidade creche. Esta última, embora não apareça nas estatísticas oficiais, vinha ocupando um espaço importante no atendimento educacional municipal. Mesmo com essa deficiência, os números de matrícula da educação infantil consolidaram uma tendência sempre crescente no período: das 734 mil matrículas em 1994 chegou a 950 mil em 1997. Isto confirma a dependência administrativa municipal como a maior responsável na manutenção desse nível de ensino.

A propósito do comportamento seguido pelo nível de ensino fundamental, cabe ressaltar o significativo crescimento ocorrido em 1996 e, principalmente, em 1997. Tal crescimento ocorreu em maior quantidade no segmento da 1ª à 4ª séries, que responde pela maior parte da queda observada nesse mesmo segmento na instância estadual. Como já havíamos assinalado, grande parte desse crescimento corresponde à municipalização de matrículas induzida duplamente pelo Programa de Ação de Parceria

Estado-Município e pela iminência da implantação do Fundef. Para termos uma idéia numérica desse crescimento e da transferência, a redução de matrículas de 1ª à 4ª séries havida em 1997 foi de 447.850 na dependência estadual e os municípios que fizeram parte do programa assumiram 328 mil delas.

No cômputo final da dependência municipal, o ensino fundamental, que se manteve em um patamar estável em torno de 646 mil matrículas em 1994 e 1995, atinge mais de 726 mil em 1996 e salta para mais de 1.075 mil em 1997 (um aumento de 66% em relação a 1994).

O ensino médio também na rede municipal mostra uma tendência sempre crescente, pois as 37 mil matrículas em 1997 incorporam um acréscimo de 31% das mais de 28 mil matrículas de 1994. A educação especial tem um comportamento irregular ao reduzir à metade das matrículas em 1995 e 1996 e voltar em 1997 pouco acima do mesmo patamar de 1994.

O ensino supletivo merece destaque por ter apresentado um desempenho semelhante ao da instância estadual. Embora seja menos acentuada, a tendência do atendimento é fortemente declinante em 1995 e 1996, eliminando mais da metade das matrículas. Recupera-se em 1997, mas ainda fica 6% abaixo do número de 1994. O comportamento do ensino supletivo tem significativa influência no andamento da tendência geral de evolução das matrículas no Estado e aqui, em especial, na ascensão do número de matrículas da dependência administrativa municipal, a despeito do maior peso da municipalização do ensino fundamental regular.

No Gráfico 4, pode-se notar que o crescimento do atendimento total mostra-se mais pronunciado em 1997, após a redução de matrículas em 1995. No período, esse movimento corresponde a uma variação positiva no crescimento de quase 35%. Contribuíram para tal comportamento o salto do atendimento no ensino fundamental e o contínuo crescimento, ainda que em menor ritmo, na educação infantil. No último ano, aliás, a soma das matrículas no ensino fundamental ultrapassa as da educação infantil.

Esse deslocamento, portanto, fez a educação infantil, junto com os outros níveis de ensino, perder importância relativa em comparação com o ensino fundamental. Em 1994, a educação infantil ocupava a proporção de 45% do total de matrículas, o ensino fundamental aparecia com 39%, o ensino supletivo ficava com 14%, o ensino médio

com 2% e a educação especial com 1%. Já, em 1997, estes mesmos níveis ocupavam, respectivamente, 42%, 47%, 9%, 2% e 0%.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

Agora examinaremos a evolução na soma das matrículas por nível de ensino do conjunto da dependência administrativa particular (Tabela 5).

A evolução do total das matrículas, mesmo apresentando uma redução no número em 1996, indica uma tendência crescente no período.

Tabela 5 - Estado de São Paulo – Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

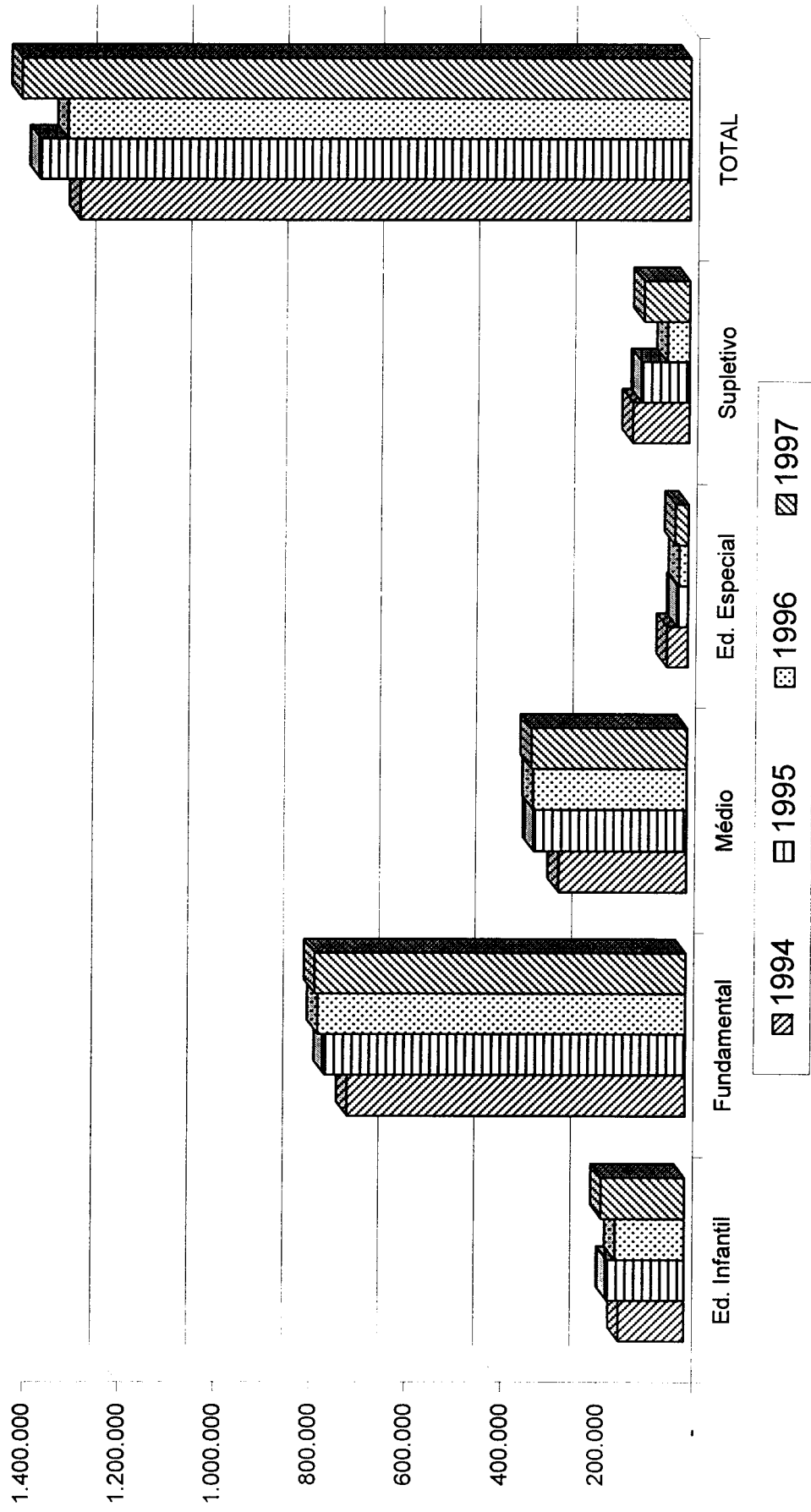
NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	137.364	11%	161.793	12%	144.618	11%	174.336	13%
Creche	*	*	*	*	*	*	*	*
Pré-Escola	137.364	11%	161.793	12%	144.618	11%	174.336	13%
Fundamental	705.556	55%	752.857	56%	767.079	59%	773.525	55%
1ª à 4ª	359.774	28%	385.861	29%	395.604	30%	400.657	29%
5ª à 8ª	345.782	27%	366.996	27%	371.475	29%	372.868	27%
Médio	267.060	21%	318.839	23%	320.290	25%	324.571	23%
Ed. Especial	43.410	3%	22.500	2%	18.812	1%	27.406	2%
Supletivo	117.682	10%	99.610	7%	46.071	4%	95.007	7%
Supletivo Fund.	74.264	6%	62.593	5%	30.002	2%	62.704	5%
Suplência I	14.958	1%	*	*	*	*	12.656	1%
Suplência II	59.306	6%	*	*	*	*	50.048	4%
Supletivo Médio	43.418	4%	37.017	3%	16.069	1%	32.303	2%
TOTAL	1.271.072	100%	1.355.599	100%	1.296.870	100%	1.394.845	100%

Fonte: Fundação SEADE (pré-escola); SEE. CIE (demais níveis)

* Informação não disponível

A educação infantil, que conta somente as matrículas da pré-escola, também apresenta oscilação no seu movimento e uma tendência geral crescente, firmando uma variação positiva ao final em torno de 27%, de 137 mil matrículas em 1994 chega a 174 mil em 1997. A respeito do atendimento em creche, o conjunto da dependência particular, da mesma forma que no conjunto da dependência administrativa municipal, oferece um atendimento que não aparece computado no banco de dados que ora nos serve de base e, portanto, também fica subestimada na contagem da educação infantil.

**Gráfico 5 - Estado de São Paulo - Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994-1997**



O ensino fundamental ocupa a mais importante posição na composição do atendimento da rede particular, com firme tendência crescente. Registrou mais de 705 mil em 1994 e alcançou por volta de 773 mil em 1997, o que acumula um acréscimo de 10%. Esse nível de ensino mantém com regularidade mais da metade das matrículas. Os seus dois segmentos (1ª à 4ª e 5ª à 8ª) também confirmam a tendência de crescimento em número de matrículas.

O ensino médio é também bastante expressivo e o seu número de matrículas cresceu continuamente no período. O crescimento ao final acumula 22% além do número de 1994.

Quanto ao ensino supletivo, este se aproxima do movimento tendencial de sucessiva e acentuada queda em 1995 e 1996 observada nas duas redes anteriores, com alguma recuperação em 1997. O número máximo de redução de matrículas ocorreu em 1996, com um corte de 71 mil (61%) em relação a 1994. As 95 mil matrículas de 1997 correspondem a 81% das de 1994, ou seja, mesmo com a recuperação ainda registrou uma retração de 19%.

A proporção representada pelo ensino fundamental, ainda que mostre um constante crescimento nos números absolutos de matrículas, mantém-se em torno dos 55% do total. O ensino médio, com movimento similar, cresce ligeiramente nos dois primeiros anos, atinge 25% em 1996 e recua para 23% em 1997. A educação infantil apresenta uma leve tendência de crescimento, mesmo tendo recuado em 1996. O ensino supletivo e a educação especial são os níveis que mostram o comportamento mais irregular. Ambos recuam tanto em números absolutos como relativos, recuperando, em 1997, um pouco da proporção perdida nos anos anteriores.

Muito embora a evolução das matrículas na soma total da dependência particular seja crescente, ela ocorre com bastante oscilação (Gráfico 5). Tal oscilação obedece, primeiro, ao crescimento simultâneo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação infantil até 1995. A partir daí a oscilação é basicamente conduzida pelo ensino supletivo e, em menor proporção, pela educação infantil.

Conclusão

Após a análise da evolução das matrículas em educação básica mantidas pelas dependências administrativas estadual, municipal e particular, podemos enunciar quatro afirmações conclusivas.

1. Um ínfimo crescimento, no período, de apenas 1% na expansão da oferta total das matrículas, somando-se todos os níveis e modalidades de ensino em foco nas três dependências administrativas. Porém, é preciso ressaltar certas peculiaridades. Esse resultado apresentou queda sucessiva durante os primeiros três anos, seguido de uma recuperação expressiva em 1997. A dependência administrativa estadual apresentou diminuição constante no total das matrículas de sua competência em todos os anos, ficando 10% abaixo do volume atingido em 1994. A dependência administrativa municipal, por sua vez, somou um substantivo crescimento de 39%, mais pronunciado em 1997. Na mesma direção pendeu a instância particular, variando positivamente em mais 10%. Do ponto de vista dos níveis e modalidades de ensino, firmou-se uma tendência crescente na expansão da educação infantil e do ensino médio, enquanto assistiu-se a reduções no primeiro segmento do ensino fundamental, na educação especial e, principalmente, no ensino supletivo.
2. O expressivo crescimento das matrículas do ensino fundamental na dependência administrativa municipal a partir de 1996, bastante acentuado em 1997. Esse desempenho pode ser creditado ao Programa de Ação de Parceria Estado-Município implementado nesses anos, mas que teve seu efeito ampliado pela iminência de implantação do Fundef em 1998. Em menor proporção, contou a criação de rede própria em alguns municípios. Isso, entretanto, não significou a expansão na oferta de matrículas nesse nível de ensino. Houve, na verdade, uma correlação entre a redução na esfera estadual e o aumento na municipal, produzida pela municipalização, envolvendo apenas a transferência de vagas já existentes. Por conta desse incremento de matrículas, o ensino fundamental superou numericamente a educação infantil na composição do atendimento municipal.
3. A educação infantil, oferecida preponderantemente pela dependência administrativa municipal, mostrou uma tendência contínua de expansão. Houve um crescimento mais expressivo das matrículas em 1997. Esse desempenho positivo não se ressentiu do maior incremento de matrículas do ensino fundamental que, por sinal, superou, também nesse mesmo ano, a soma das matrículas da educação infantil.

4. O aumento da importância relativa do atendimento municipal no atendimento ao ensino supletivo nas modalidades correspondentes ao ensino fundamental, com destaque para a suplência I. Não obstante, o ensino supletivo foi o que apresentou maior queda no número de matrículas no período. O declínio mais substancial ocorreu nos três primeiros anos, mas houve significativa recuperação no último. Esse movimento foi semelhante nas três dependências administrativas, porém foi bem menos pronunciado no âmbito municipal. Por conta disso, a dependência municipal terminou o período com uma oferta proporcionalmente pouco abaixo da esfera estadual. Enquanto, em 1994, a dependência municipal mantinha 27% das matrículas e a estadual 59%, em 1997, esta relação se alterou para 40% e 43%, respectivamente. Entretanto, entre as modalidades do supletivo, o atendimento municipal surgiu com o maior número de matrículas na modalidade da suplência I (1ª à 4ª séries). Esse comportamento irregular na eliminação e recuperação das matrículas é no mínimo intrigante pela proporção que assumiu e teve peso significativo no comportamento da soma total das matrículas em nível do Estado. Ele aparece mais evidente em 1997, quando ocorre a inversão da curva descendente. Traduzindo em números, das pouco mais de 473 mil matrículas que inverteram o sentido de queda dessa soma total em 1997 (Tabela 2), 255 mil provieram unicamente da recuperação do ensino supletivo e, dentre essas, 112 mil foram da esfera municipal (Tabela 4). Isso indica a menor redução ocorrida no atendimento municipal em relação a outras dependências, o que aumenta a sua importância e responsabilidade na manutenção desse nível de ensino. Por outro lado, como já foi assinalado, esse comportamento carece de explicação condizente. Pode ter havido uma política educacional deliberada de redução na oferta de vagas, levando a um impacto negativo decorrente da prioridade dedicada ao ensino fundamental. Porém, isso não pode ser afirmado com segurança, uma vez que o próprio setor de informações estatísticas da Secretaria do Estado da Educação admite a não confiabilidade nos números do ensino supletivo.

Panorama da evolução do atendimento em Municípios do Estado de São Paulo

Passaremos nesta seção do **relatório** ao exame do perfil de atendimento que veio se configurando entre 1994 e 1997 nos municípios selecionados para a amostra deste estudo. A intenção é a de verificar a tendência seguida pelo atendimento educacional nos municípios no período imediatamente anterior à implementação da nova legislação e à implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério a partir de 1998.

Antes de procedermos ao exame de cada perfil municipal, uma breve retomada do problema que levou à elaboração desta pesquisa e a descrição do procedimento utilizado na seleção da amostra de municípios. Assim, diante da intenção da presente pesquisa de verificar os impactos sobre a educação infantil e o ensino supletivo como enunciado no início do parágrafo acima procedeu-se a um primeiro exame exploratório.

O efeito esperado com a implantação do Fundef era, por força de retenção de parte substancial dos recursos financeiros constitucionalmente vinculados para o ensino, induzir um processo de municipalização das matrículas prioritariamente do ensino fundamental. No Estado de São Paulo esse processo é particularmente importante porque a rede estadual, segundo dados do *Censo Escolar* de 1996, detinha mais de 80% das matrículas públicas do ensino fundamental. Os municípios paulistas que constituíram redes próprias até aquele ano somavam apenas 121 entre os 625 existentes e, mesmo assim, com diferentes proporções de atendimento. Entre os primeiros, somente o município de São Paulo detinha mais de 70% das matrículas municipais, o que aumenta a desproporção.

Todos os municípios brasileiros desde a Constituição Federal de 1988, deveriam aplicar pelo menos 50% da vinculação legal dos seus recursos de impostos na manutenção do ensino fundamental. Porém, no Estado de São Paulo os municípios praticamente não possuem matrículas neste nível de ensino. Os recursos financeiros foram utilizados principalmente na extensão da educação infantil e, em menor proporção no ensino supletivo, nas atividades complementares ao ensino ou, ainda, em apoio ao atendimento educacional da própria rede estadual, sem citar os possíveis usos irregulares e desvios não estimados.

Quanto à definição da amostra, decidiu-se pela seleção de sete municípios paulistas que pudessem propiciar um estudo de perfis municipais distintos. O processo de filtragem dessas situações tomou como base um banco de dados mantido pela Secretaria do Estado da Educação (SEE. ETIE. CIE, 1996. *mimu96.dbf*) e, como primeiro critério, separaram-se os que mantinham atendimento de ensino supletivo. Entre os 62 daí emergidos, apenas um não dispunha de educação infantil e 35 mantinham ensino fundamental. Os passos seguintes foram calcular índices de cobertura para a educação infantil e para o ensino supletivo em relação a população e verificar, no caso daqueles municípios que mantinham ensino fundamental, quais já haviam iniciado, em 1996 e 1997, o processo de municipalização por meio do *Programa de Ação de Parceria Estado-Município* e quais, por meio de uma simulação, ganhariam ou perderiam parte da receita na imediata implantação do Fundef¹.

Mais dois outros critérios completaram o processo de seleção. O critério populacional² (IBGE. 1996. *Contagem da população*), que dispôs os municípios em pequenos (até 20.000 habitantes), médios (entre 20.000 e 50.000 habitantes), e grandes (mais de 50.000 habitantes) acrescido da distribuição da população entre urbana e rural. E o critério de capacidade tributária (FUNDAP. 1995. *Receita base para a educação – Estado de São Paulo*), que permitiu verificar o potencial de autonomia do município diante da retenção de receita alcançada pelo Fundef.

O cruzamento desses critérios reduziu substancialmente o universo possível de pesquisa, do qual foram escolhidos os sete municípios da amostra. Eles constituíram configurações de atendimento educacional expressivas e, em função disso, poderiam apresentar respostas qualitativamente interessantes diante da iminente mudança legal. A qualificação individual desses municípios, revelada por esse processo, é brevemente apresentada no início da subseção reservada ao exame da evolução das matrículas em cada um deles.

Os municípios inicialmente selecionados estão dispostos na relação a seguir:

¹ Ganham receita os municípios que já dispõem de um número de matrículas maior que sua capacidade de financiamento. Perdem receita quando sua capacidade financeira é maior que o potencial de oferta de matrículas (Conf. São Paulo. Secretaria do Estado da Educação, 1997).

² Devido ao pequeno número de municípios a serem selecionados optamos em reduzir para três categorias populacionais o universo de município da pesquisa, tomando como referência o modelo do IBGE, que usa cinco categorias populacionais.

- 2 municípios pequenos: Alfredo Marcondes (3.630 hab.) e Bertioga (17.002 hab.);
- 2 municípios médios: Aguaí (26.236 hab.) e Descalvado (27.002 hab.);
- 2 municípios grandes: Cubatão (97.257 hab.) e Diadema (323.116 hab.);
- O município de São Paulo (9.839.436 hab.).

Embora esse grupo de municípios não constitua uma amostra estatisticamente representativa e generalizável da realidade educacional municipal do Estado de São Paulo, municípios que apresentem características como as arroladas acima poderiam estar sofrendo impactos semelhantes advindos do Fundef. Para se ter uma idéia do possível alcance das implicações do Fundef em situações municipais parecidas com as da amostra, o Quadro 3, que serviu como uma das referências a esta pesquisa, traz os municípios paulistas distribuídos em categorias de tamanho populacional.

Quadro 3 – População por município no Estado de São Paulo - 1996

Porte dos municípios (habitantes)	n.º	%
Grandes (mais de 50 mil)	102	16,3
Médios (de 20 a 50 mil)	108	17,3
Pequenos (até 20 mil)	415	66,4
Total	625	100,0

A amostra procurou contemplar essa categorização populacional ao selecionar municípios conforme a distribuição proposta no quadro (2 grandes, 2 médios e 2 pequenos). Note-se que a grande maioria dos municípios (mais de 65%) possuem até 20 mil habitantes.

Durante o processo de negociação com os dirigentes educacionais nos municípios, surgiram várias situações que impediram tanto o início quanto o transcorrer da pesquisa: a formalidade da burocracia exigida, a mudança do(a) secretário(a) e da sua equipe, a dispersão das informações e a ausência de registro de alguns dados, a demora na resposta das solicitações, a dificuldade de acessar os dados da execução orçamentária e da folha de pagamentos entre outros embaraços.

A constante imposição de obstáculos ao acesso de dados ou a sua

indisponibilização são uma forma velada de negar a consulta a informações que são formalmente públicas. Esses problemas foram tão intensos em Bertioga que a pesquisa nesse município se tornou inviável. O mesmo ocorreu no município de Louveira, escolhido como reserva por possuir os indicadores mais próximos de Bertioga. Por fim, optou-se por Itatiba (71.590 habitantes) que, embora seja um município médio e se distancie da situação em que se encaixavam os dois anteriores, também figurava na amostra.

Além do objetivo enunciado no início dessa seção, também será possível verificar o comportamento das matrículas nas três dependências administrativas em cada município da amostra. É preciso advertir, porém, que no caso das estatísticas sobre matrículas da rede municipal muitas vezes são utilizados dados coletados na secretaria ou órgão responsável pela educação no próprio município, em substituição ao banco de dados mantidos pela Secretaria Estadual da Educação. Isso propiciará o exame de informações como as referentes a matrículas em creche. Cada fonte utilizada é assinalada no rodapé de cada tabela.

Município de Alfredo Marcondes

Caracterização do município

O Município de Alfredo Marcondes fica localizado na Região de Presidente Prudente. Sua população, segundo a *Contagem da População de 1996* (IBGE), somava 3.630 habitantes, sendo 2.594 (71%) na zona urbana e 1.036 (29%) na zona rural.

A qualificação de Alfredo Marcondes entre os municípios da amostra mostrava os seguintes indicadores: o porte populacional, com número significativo residente na zona rural em 1996, o posicionava como município pequeno; uma oferta ainda pequena de ensino supletivo; um índice de cobertura na oferta da educação infantil que chegava a 63% da população na faixa etária correspondente; não dispunha de atendimento no ensino fundamental e não participava do Programa de Ação de Parceria; na simulação de funcionamento do Fundef perderia aproximadamente 58% de seus recursos financeiros vinculados à educação.

A evolução geral das matrículas

O perfil do ensino municipal construído entre 1994 e 1997 pode ser constatado nas tabelas e gráficos a seguir.

Tabela 6 - Alfredo Marcondes
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa -
1994 - 1997³

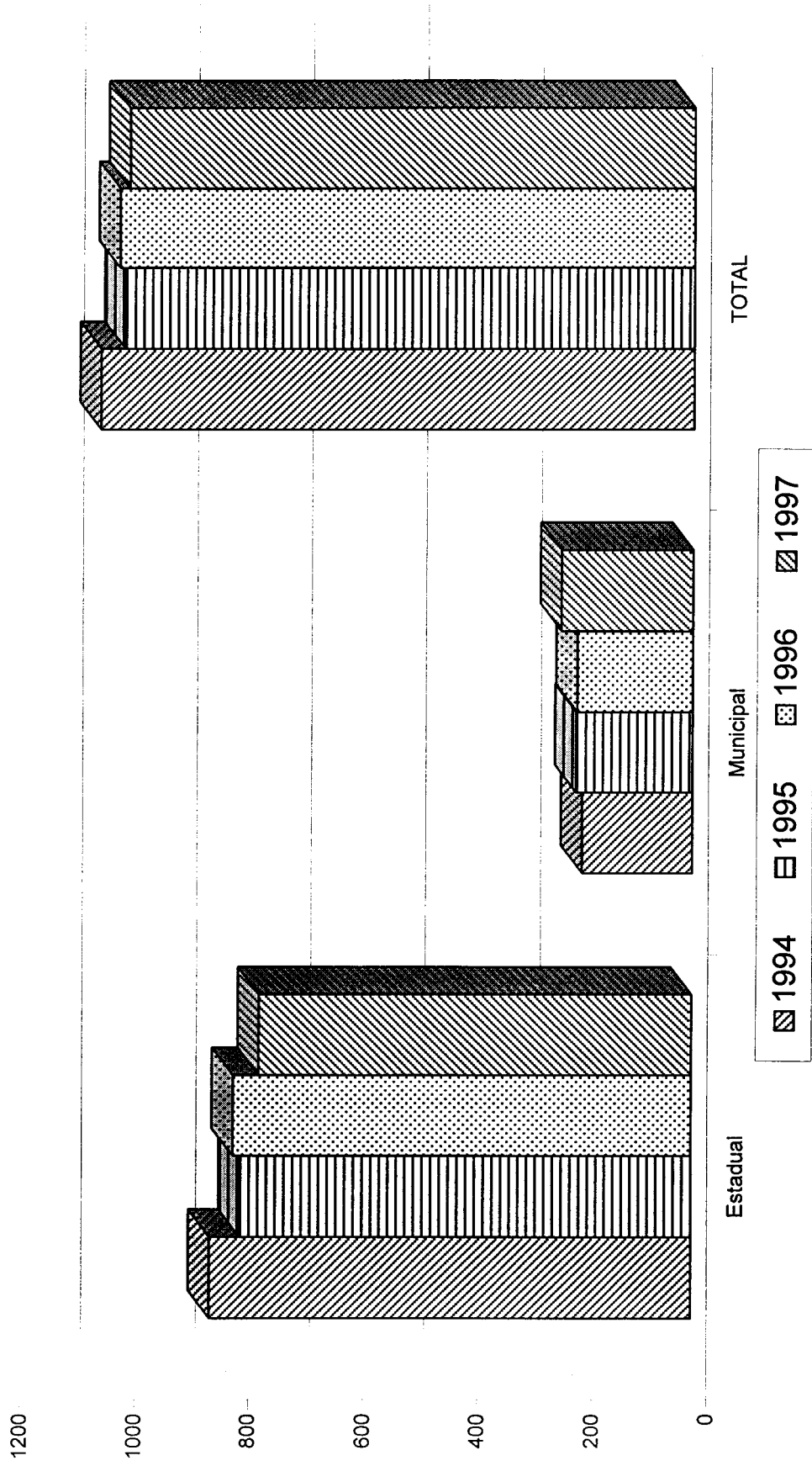
DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação %
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	1997/1994
Estadual	841	81%	788	79%	800	80%	755	77%	-10%
Municipal	193	19%	204	21%	202	20%	230	23%	19%
TOTAL	1034	100%	992	100%	1002	100%	985	100%	-5%

Fonte: Matrículas estaduais: SEE, ETIE, CIE
 Matrículas municipais: Prefeitura Municipal de Alfredo Marcondes

A Tabela 6 mostra que a evolução da somatória das matrículas oferecidas pelas redes estadual e municipal no município apresentou uma redução de 5 % no total da oferta educacional no município entre 1994 e 1997.

³ Não há estabelecimento de ensino particular no município.

Gráfico 6 - Alfredo Marcondes
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



Em que pese o crescimento de 19% no atendimento da dependência municipal, isto por si só não foi o bastante para compensar a queda de 10% no atendimento da estadual, na medida em que a maior proporção desta tem maior peso na direção da composição total.

O atendimento total, que chegava a 1.034 matrículas em 1994, cai para 985 matrículas em 1997, ainda que mostre uma pequena recuperação em 1996. A oscilação na evolução do ensino sob responsabilidade estadual configura uma tendência decrescente. Enquanto atendia a 841 matrículas em 1994, decresce para 788 em 1995, mostra uma leve crescimento quando atinge 800 em 1996, mas, em 1997, decai novamente para 755 matrículas.

A oferta municipal, por sua vez, elevou-se de 193 matrículas em 1994 para 230 em 1997, com uma estabilização em pouco mais de 200 matrículas em 1995 e 1996. Embora a prefeitura não ofereça o ensino fundamental, o seu comportamento coincide com aquele verificado na soma total do atendimento no Estado, no qual a dependência estadual mostrou uma retração na mesma proporção e a dependência municipal se expandiu consideravelmente. A rede municipal passa a ocupar pequenas parcelas crescentes do ensino (19% em 1994, 21% em 1995, 20% em 1996 e 23% em 1997), enquanto a dependência estadual recua nos respectivos anos (81%, 79%, 80% e 77%).

O movimento de matrículas em Alfredo Marcondes é ilustrado nos Gráfico 6. O atendimento na soma total das matrículas é levemente tencionada para baixo devido à tendência declinante seguida pela dependência estadual. Esse movimento é pouco compensado pela leve tendência de crescimento da dependência municipal.

A composição do atendimento e contribuição de cada nível de ensino para o comportamento das diferentes redes é visto em separado a seguir.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

A dependência administrativa estadual mantém no município apenas os níveis de ensino fundamental e médio.

Mesmo considerando a oscilação no número de matrículas do ensino fundamental em cada patamar atingido, nota-se o predomínio de uma tendência

decrecente, que é contínua e especialmente marcante no segmento da 5ª à 8ª séries (Tabela 7). Nesse segmento, o número de matrículas recuou consecutivamente entre 1994 e 1997 de 349 para 309, 301 e 285. O ensino médio, por sua vez, mostra-se ligeiramente ascendente, com um leve recuo em 1996.

Tabela 7 - Alfredo Marcondes – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	655	78%	599	76%	615	77%	565	75%
1ª à 4ª	306	36%	290	37%	314	39%	280	37%
5ª à 8ª	349	42%	309	39%	301	38%	285	38%
Médio	186	22%	189	24%	185	23%	190	25%
TOTAL	841	100%	788	100%	800	100%	755	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

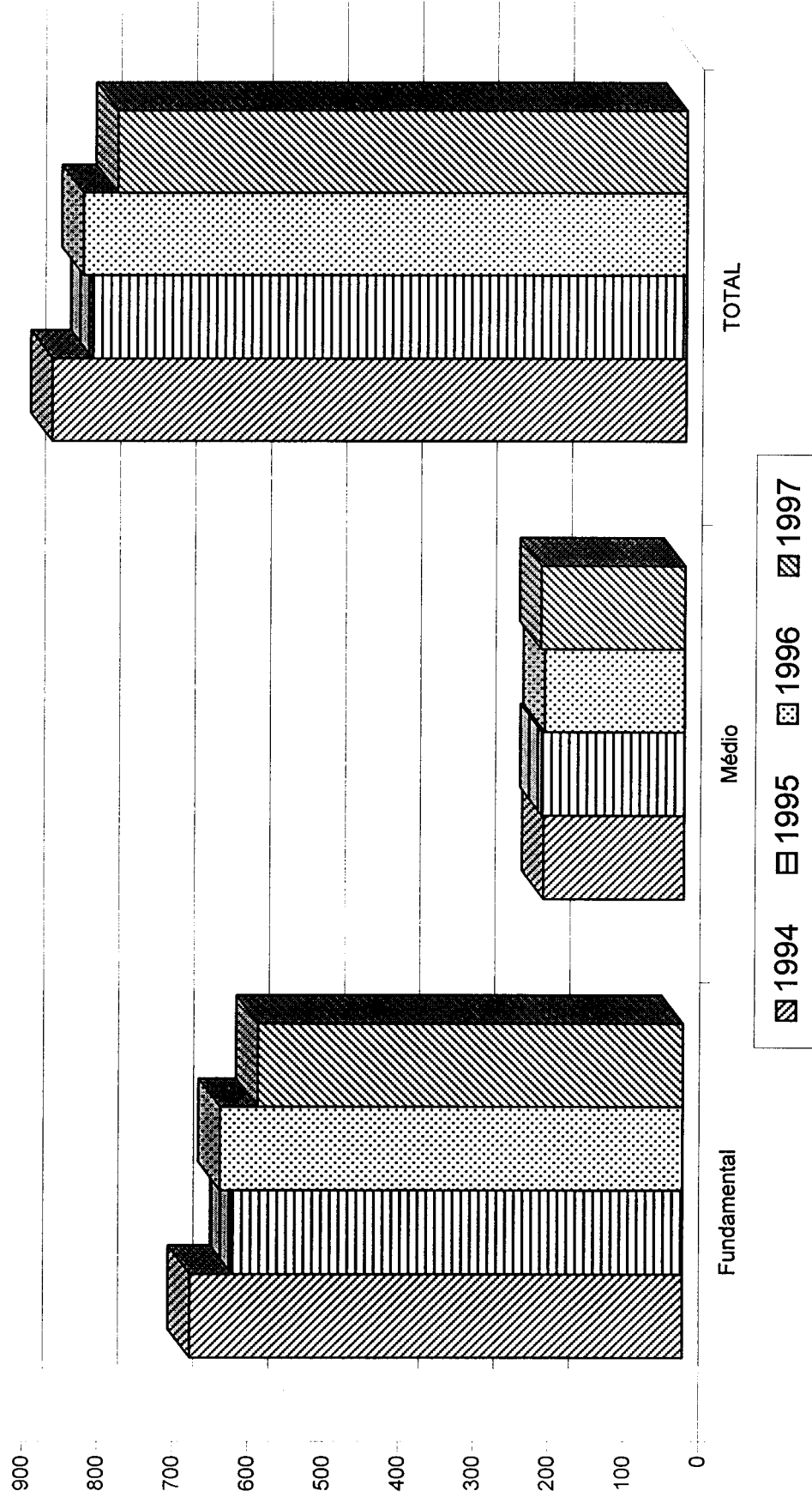
Os números são de pouca monta, já que correspondem à pequena dimensão populacional do município.

A distribuição proporcional confirma a tendência declinante do ensino fundamental, que passa sucessivamente de 78% em 1994 para 76,0% em 1995, oscila positivamente para 77% em 1996 e volta a cair para 75% em 1997. Em contrapartida, o ensino médio apresenta um movimento proporcional complementar, um pouco maior em 1997, evoluindo na seqüência dos anos de 22% para 24%, volta para 23% e chega a 25%, respectivamente. No Gráfico 7, é possível visualizar melhor este comportamento da rede estadual, no qual a evolução das matrículas no ensino fundamental influencia o desempenho da soma de todas as matrículas. Enquanto no ensino médio, embora os números pareçam evidenciar um crescimento, a trajetória permanece praticamente estável.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

A dependência administrativa municipal resume seu atendimento educacional à educação infantil e ao ensino supletivo (Tabela 8). No supletivo, o atendimento é efetuado apenas para a modalidade de suplência I que, pode-se dizer, manteve-se oscilando mas sem grandes alterações entre um mínimo de 12 e um máximo de 20 matrículas nos dois semestres de cada ano.

**Gráfico 7 - Alfredo Marcondes - Dependência Administrativa Estadual
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



A educação infantil, somando as suas duas modalidades, apresenta um sentido crescente, pois de 166 matrículas em 1994, cresce ligeiramente a cada ano até atingir 194 matrículas em 1997. Na modalidade creche, com exceção de um recuo no ano de 1995, o crescimento foi de 64 vagas em 1994 para 74 em 1997. Na pré-escola, por sua vez, o avanço foi de 102 vagas em 1994 para 120 em 1997, com uma interrupção no crescimento em 1996, quando manteve 98 vagas.

Tabela 8 - Alfredo Marcondes – Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

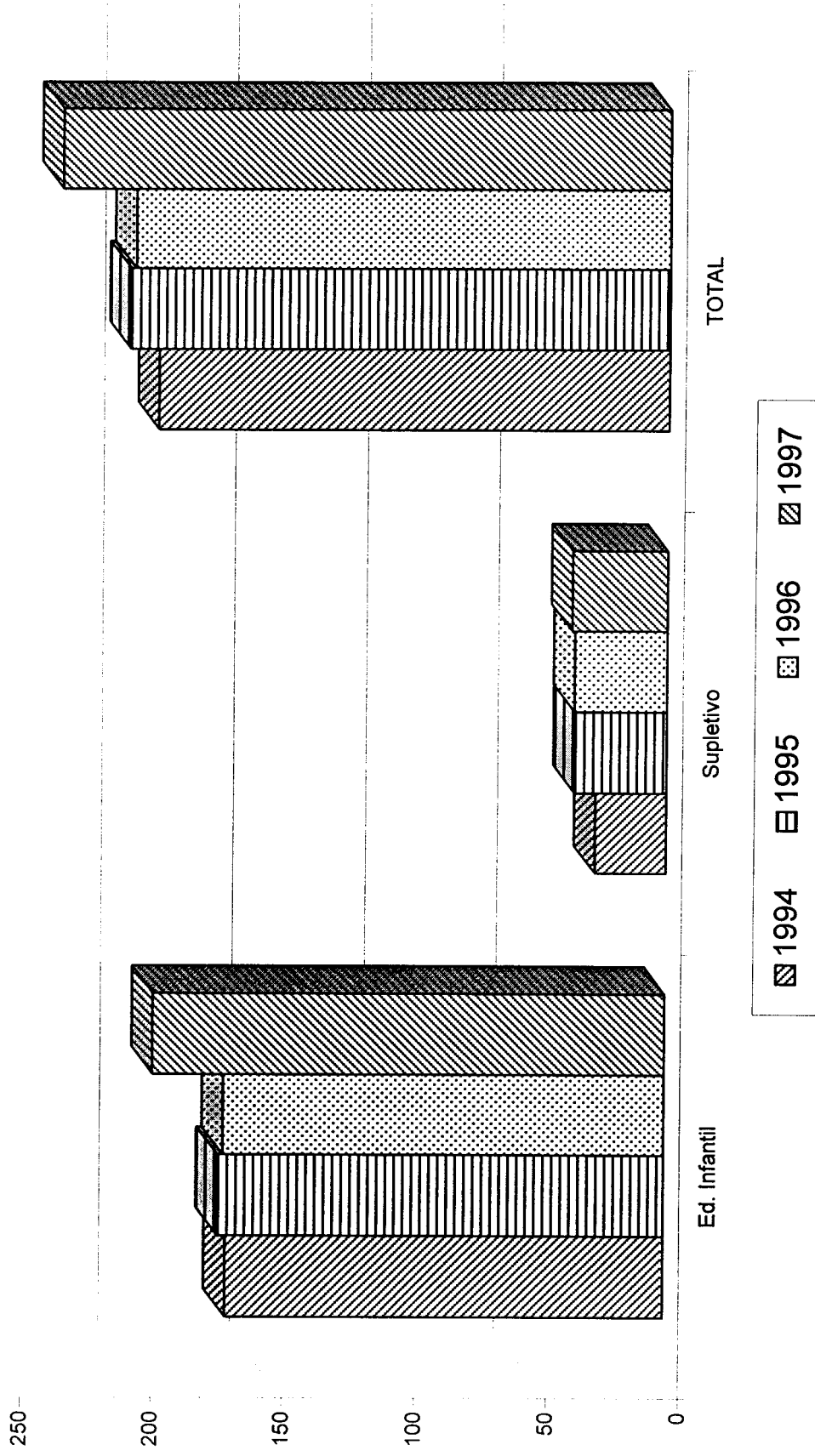
NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	166	86%	169	83%	167	83%	194	84%
Creche	64	33%	57	28%	69	34%	74	32%
Pré-Escola	102	53%	112	55%	98	49%	120	52%
Supletivo	27	14%	35	17%	35	17%	36	16%
Suplência I – 1sem.	15	8%	20	10%	20	10%	16	7%
Suplência I - 2sem.	12	6%	15	7%	15	7%	20	9%
TOTAL	193	100%	204	100%	202	100%	230	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Alfredo Marcondes.

Nota: a) Os números desta tabela divergem dos obtidos junto ao banco de dados da SEE. CIE.
b) Parte dos alunos da creche permanece na pré-escola em outro período do dia. Em 1994, essa parte correspondia a 40 alunos, em 1995 a 29, em 1996 a 26 e em 1997 a 28.

A proporção ocupada por cada nível de ensino não se alterou significativamente. Por se tratar da oferta de apenas dois níveis de ensino, no cômputo geral, cabe apenas assinalar que à proporção que um nível avança o outro recua. A evolução no período acusa que a proporção relativa de um e de outro nível alcançada em 1997 voltou a ocupar praticamente o mesmo patamar de 1994. Com o auxílio dos dados da Tabela 7, notamos que após o ligeiro crescimento na oferta do ensino supletivo nos três primeiros anos (14% a 17%), em 1997, a educação infantil volta a crescer mais que proporcionalmente. No Gráfico 8, pode-se confirmar que o crescimento da educação infantil foi mais evidenciado em 1997 (quando também se acentuou a inclinação positiva da matrícula total), enquanto o ensino supletivo se manteve estabilizado a partir de 1995.

**Gráfico 8 - Alfredo Marcondes - Dependência Administrativa Municipal
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



Conclusão

A análise do atendimento no pequeno município de Alfredo Marcondes guarda uma semelhança com o comportamento em todo o Estado: a tendência geral de redução do atendimento da rede estadual no nível de ensino fundamental, mesmo que, neste caso, não tenha ocorrido a municipalização do ensino.

A dependência administrativa municipal mostrou ligeira elevação na soma total das matrículas nos níveis de ensino que oferece. Enquanto a educação infantil fez crescer o alcance do atendimento municipal, o ensino supletivo manteve uma oferta estável.

Município de Aguaí

Caracterização do município

O município de Aguaí possuía uma população 26.236 habitantes em 1996, sendo 22.355 na zona urbana e 4.005 na rural, conforme a *Contagem da população* do IBGE. Situa-se na região administrativa de São João da Boa Vista. Esse porte populacional o situava como município médio, dentro do critério adotado de seleção dos municípios da amostra.

Os outros indicadores que qualificaram o município de Aguaí para figurar na amostra revelaram uma das maiores coberturas em ensino supletivo entre os municípios paulistas com esse tipo de atendimento, mantendo matrículas em suplências I (1ª à 4ª séries) e II (5ª à 8ª séries) do ensino fundamental e em supletivo do ensino médio. Havia um atendimento também importante, em educação infantil com uma cobertura em torno de 48% sobre a população na faixa etária de 4 a 6 anos residente no município. Quanto ao atendimento em ensino fundamental, o município passou a integrar em 1997 o Programa de Ação de Parceria Estado-Município, dando início ao processo de municipalização de matrículas. Outro aspecto importante é que a proporção de receita de impostos retida pelo Fundef, na simulação realizada, chegaria a quase metade (48%) dos recursos vinculados para o ensino. Por último, o município não figurava entre aqueles que perderiam ou ganhariam receita quando da imediata implantação do Fundef.

A evolução geral das matrículas

A evolução geral das matrículas pode ser vista na Tabela 9, onde é comparado o comportamento da soma das matrículas de cada uma das três diferentes dependências administrativas no município. A evolução do total do atendimento de 1994 a 1997 mostra um crescimento de 7%. Entretanto, dentro dessa tendência, o crescimento efetivo das matrículas ocorreu em 1996, quando passou de 7.198 para 7.645, mantendo-se pouco acima dessa marca no ano seguinte. A maior contribuição para tal comportamento em termos absolutos se deveu fundamentalmente ao aumento das matrículas a cargo da rede municipal, iniciado no ano de 1996, quando acrescentou mais de 500 matrículas e, em 1997, com outras 768. Esse crescimento significou um número 69% maior que o atendimento de 1994. A rede particular também apresentou um

crescimento muito significativo em torno de 76%, cujo maior pico de matrículas ocorreu em 1995, quando passou de 274 para 503. A rede estadual apresentou queda sucessiva na sua oferta de matrículas, seguindo a tendência geral em todo o estado, acumulando ao final do período 19% de redução no número de vagas. O momento de maior regressão da esfera estadual ocorreu em 1997 quando fechou quase 700 vagas, indo de 4.774 para 4.080 matrículas.

Tabela 9 – Aguai

**Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa -
1994 - 1997**

DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação %
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	1997/1994
Estadual	5.038	71%	4.890	68%	4.774	62%	4.080	53%	-19%
Municipal	1.823	26%	1.805	25%	2.319	30%	3.087	40%	69%
Particular	274	4%	503	7%	552	7%	482	6%	76%
TOTAL	7.135	100%	7.198	100%	7.645	100%	7.649	100%	7%

Fonte: Prefeitura Municipal de Aguai. Departamento de Educação e SEE. ETIE. CIE

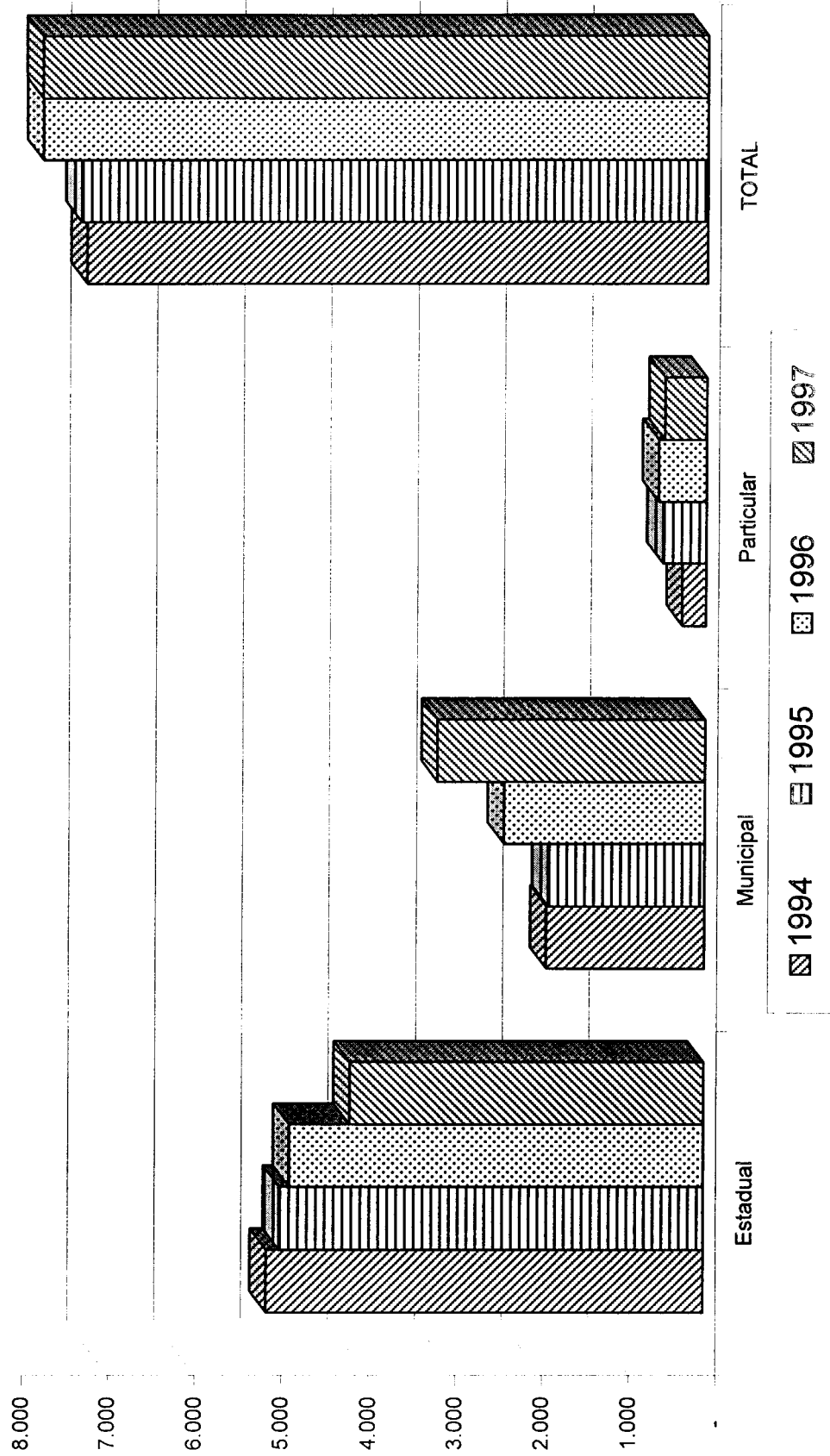
Obs.: Na soma das matrículas da rede municipal está incluído o número dos alunos atendidos no supletivo no 2º semestre de cada ano.

São também expressivas as proporções relativas em sentido contrário que, a cada ano, passam a assumir as duas principais redes no município. A rede estadual que, em 1994, responsabilizava-se por 71% de todas as matrículas no município chega em 1997 com 53%, vai assim cedendo espaço fundamentalmente para a rede municipal que, de 26%, salta para 40% nos mesmos anos. Na medida em que há um crescimento modesto na soma total das matrículas, pode-se mesmo constatar que o atendimento municipal vem substituindo o estadual.

O Gráfico 9, mostra a tendência da evolução das matrículas de cada rede. Note-se o sentido convergente das tendências das matrículas das redes estadual e municipal, acentuadas a partir de 1995. Estão indicando a crescente importância do atendimento municipal na oferta do ensino em substituição à diminuição do atendimento estadual.

A tendência da rede particular exhibe pouca inclinação, acentuada nas extremidades, na qual as matrículas crescem bastante em 1995. Mantém, em 1996, um crescimento mais modesto e em 1997 apresenta uma leve queda. Esses comportamentos individuais, não obstante o acentuado recuo da oferta educacional estadual, proporciona a ligeiro crescimento na soma total das matrículas no município.

Gráfico 9 - Aguai
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



Nas tabelas seguintes, no exame individual das redes, veremos em quais níveis de ensino esse movimento de municipalização vem acontecendo.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

Como já foi assinalado, a rede estadual mostrou um decréscimo sucessivo e substancial no atendimento (Tabela 10).

Tabela 10 – Aguai – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	4.431	88%	4.339	89%	4.178	88%	3.439	84%
1ª à 4ª	*	*	2.406	50%	2.275	48%	1.484	36%
5ª à 8ª	*	*	1.933	39%	1.903	40%	1.955	48%
Médio	557	11%	506	10%	587	12%	641	16%
Ed. Especial	15	0%	9	0%	9	0%	0	0%
Supletivo Fund.	35	1%	36	1%	0	0%	0	0%
TOTAL	5.038	100%	4.890	100%	4.774	100%	4.080	100%

Fontes: a) SEE. ETIE. CIE

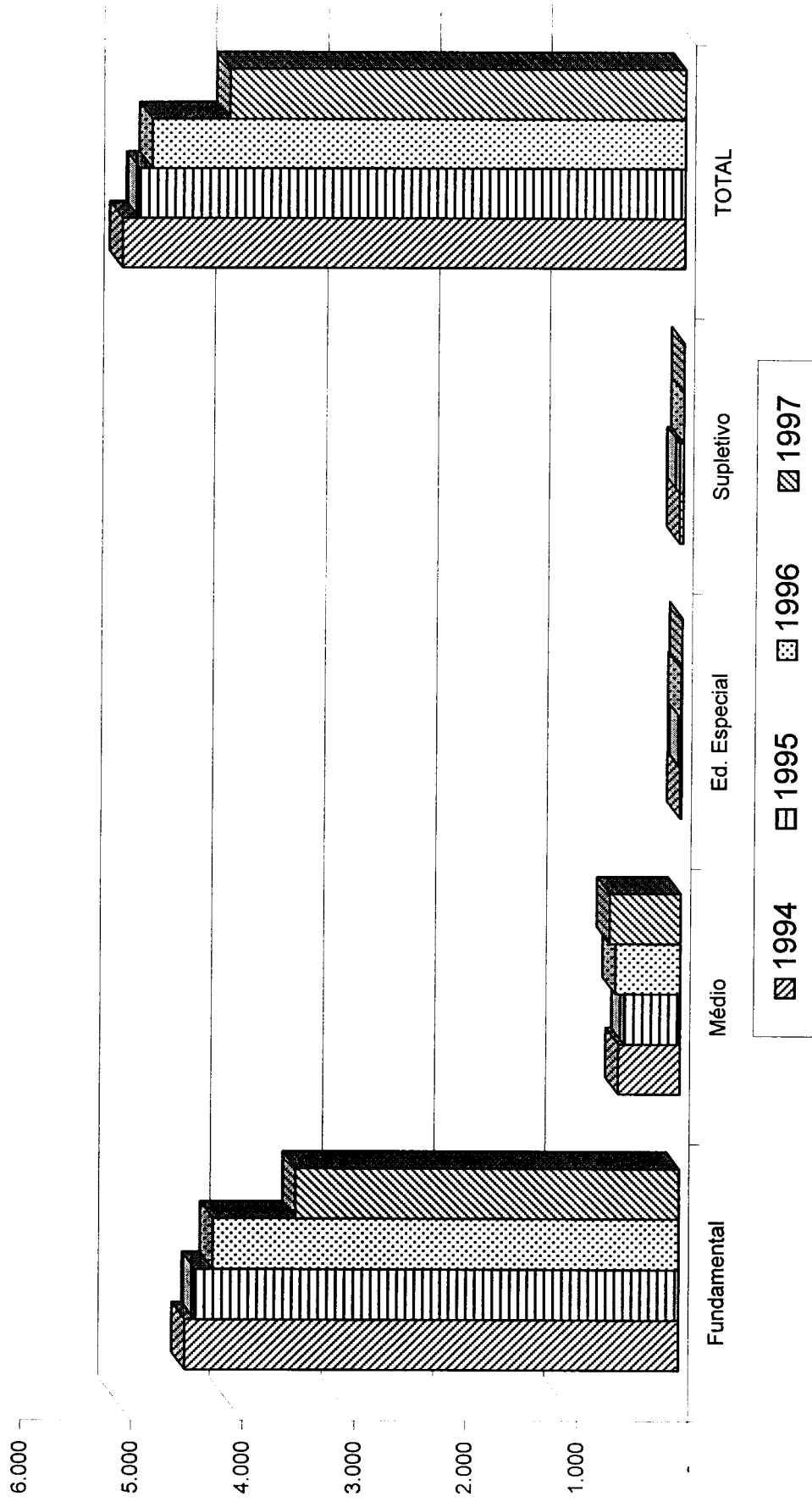
b) Número de matrículas do ensino médio em 1996 obtido na Delegacia de Ensino de São João da Boa Vista.

* Informação não disponível.

Parte da retração das matrículas em 1996, que se repetiu em maior número em 1997, deve-se a municipalização levada a efeito pelo Programa de Ação de Parceria Estado-Município. Isso está evidenciado na diminuição de vagas no segmento de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental que, como veremos, corresponde aproximadamente ao número assumido pela rede municipal nesses mesmos anos. A diminuição desse segmento em 1997 acumula uma queda de 38% em relação a 1995. Por outro lado, o segmento da 5ª à 8ª séries mantém o seu patamar de matrículas. De qualquer forma, mesmo diminuindo, o ensino fundamental continua sendo o principal nível de atendimento na composição da oferta da rede estadual. Nunca é demais frisar que esse comportamento do ensino fundamental estadual no município acompanha o mesmo comportamento de diminuição em todo o Estado.

O ensino médio na rede estadual cresce a partir de 1995, com aumento expressivo nas suas matrículas em 1996 e 1997, passando de 506 para 641 alunos.

**Gráfico 10 - Aguai - Dependência Administrativa Estadual
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



A educação especial e o ensino supletivo tiveram suas poucas vagas fechadas nos dois últimos anos do período, o que de certa forma também se soma à tendência percebida em todo o Estado, indo sobrecarregar a rede municipal.

Pode-se ver também que as proporções ocupadas pelos níveis de ensino foram pouco alteradas até 1996. Em 1997, o ensino médio ganha mais visibilidade (16%) em contrapartida à relativa perda de importância do ensino fundamental (84%).

No Gráfico 10, observe-se o comportamento das matrículas do ensino estadual o movimento semelhante que marca a tendência decrescente do total das matrículas e do ensino fundamental, enquanto o ensino médio segue ligeiramente ascendente.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

O que primeiro chama a atenção no exame da composição das matrículas da rede municipal de Aguaí é a extensão do seu atendimento quanto aos níveis e modalidades de ensino oferecidos, que vai se alargando expressivamente nos dois últimos anos do período (Tabela 11). De um patamar em torno de 1.800, em 1994 e 1995, o município passa a incorporar quase 1.300 matrículas em apenas dois anos, o que representa um acréscimo de 71% para as dimensões da rede. Esse movimento se deve, em primeiro lugar, à criação, em 1996, e absorção, a partir daí, de matrículas do ensino fundamental de 1ª à 4ª séries antes oferecidas pela rede estadual, transferidas por conta da assinatura da municipalização iniciada pela participação no Programa de Ação de Parceria Estado-Município realizado com o governo estadual.

A educação infantil, cuja oferta abrange creche¹ e pré-escola, é outro nível de ensino importante no atendimento municipal, muito embora mostre uma redução na oferta de matrículas exatamente no ano em que entra em funcionamento o ensino fundamental. O atendimento na modalidade da pré-escola, em particular, tem um crescimento acentuado de 1994 a 1995, quando passa de 631 para 780 matrículas. A partir de então, essa modalidade mostra um leve decréscimo. Isso contribuiu para a diminuição do número de matrículas da educação infantil em 1996 e 1997, até permanecer em 835 matrículas, após ter alcançado o patamar de 900 em 1995.

¹ O número de matrículas de creche é estimado e se refere à capacidade de atendimento.

esforço voltado para a implementação do ensino fundamental não foi acompanhado na oferta da educação infantil.

Tabela 11 - Aguaí – Dependência Administrativa Municipal
Matrícula iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	751	41%	900	50%	855	37%	835	27%
Creche	120	7%	120	7%	120	5%	120	4%
Pré-Escola	631	34%	780	43%	735	32%	715	23%
Fundamental	0	0%	0	0%	393	17%	*980	32%
Médio	266	15%	264	14%	361	16%	295	10%
Ed. Especial	12	1%	10	1%	15	0%	15	0%
Supletivo	794	44%	631	35%	695	30%	962	31%
Supletivo Fund. 1ºS	387	21%	242	13%	279	12%	441	14%
Suplência I	167	9%	79	4%	69	3%	171	5%
Suplência II	220	12%	163	9%	210	9%	270	9%
Supletivo Médio 1ºS	33	2%	23	1%	54	2%	62	2%
Suplência	33	2%	23	1%	24	1%	32	1%
**QP III	0	0%	0	0%	30	1%	30	1%
Supletivo Fund. 2ºS	354	20%	344	19%	312	13%	406	13%
Suplência I	167	9%	187	10%	147	6%	127	4%
Suplência II	187	10%	157	9%	165	7%	279	9%
Supletivo Médio 2ºS	20	1%	22	1%	50	2%	53	2%
Suplência	20	1%	22	1%	20	1%	23	1%
QP III	0	0%	0	0%	30	1%	30	1%
TOTAL	1.823	100%	1.805	100%	2.319	100%	3087	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Aguaí. Departamento de Educação e SEE. ETIE. CIE

Obs.:* O número das matrículas municipais de *ensino fundamental* de 1ª a 4ª séries para o ano de 1997 foi colhido da SEE. ETIE. CIE e já inclui as escolas municipalizadas.

** QP III – Qualificação Profissional III – Curso Técnico de Auxiliar de Enfermagem.

A maioria das informações sobre o número de matrículas foi obtida junto ao Departamento de Educação da Prefeitura nos seguintes documentos e fontes:

a – L.D.E.s de 1994 e 1995 e Censos Escolares de 1996 e 1997 para as matrículas em todos os níveis e modalidades,

b - Relato da Diretora do Departamento de Educação para as matrículas de *creche* de 1994 a 1997 e de *educação especial* de 1994 e 1995,

c – Diários de Classe para as matrículas de *pré-escola* de 1994 e 1995,

d - Livros de Resultados Finais dos Cursos de *suplência* I e II e de 2º Grau de 1994 a 1997, para a modalidades do *supletivo*.

Os números referentes a matrícula de *creche* até 1997 referem-se a capacidade de atendimento e não ao atendimento real. São estimados, pois até aquela data não há documento com registro regular oficial.

O número de matrículas da *pré-escola* nos anos de 1994 e 1995 foram estimados conforme o registro nos diários de classe. Uma parte dos alunos (aproximadamente 60) atendidos na *creche* permanece na *pré-escola* no período seguinte do dia. A tabela acima não subtrai este número, portanto pode haver dupla contagem.

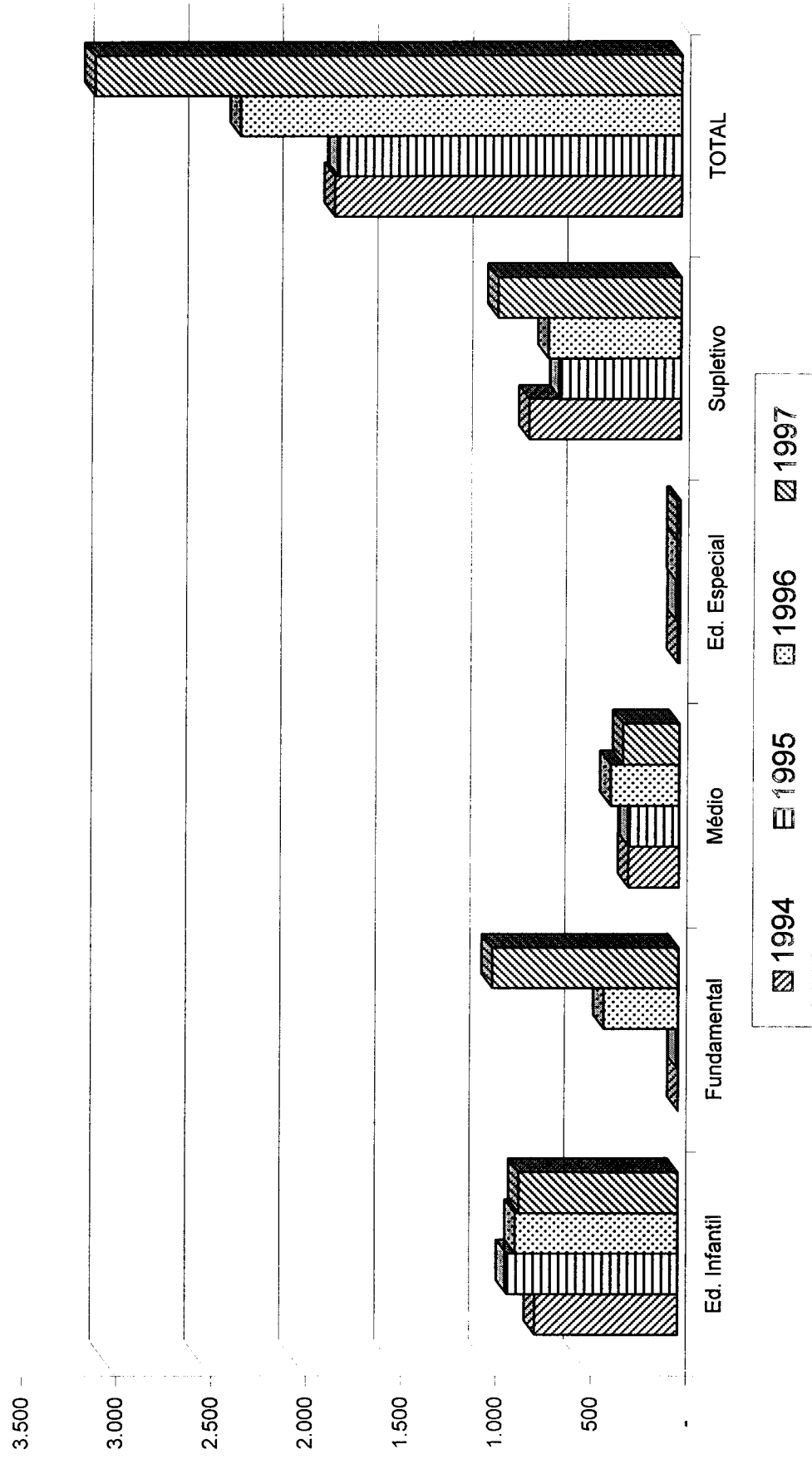
O atendimento ao ensino médio, por sua vez, mostra um comportamento oscilante no período. Depois de manter um patamar pouco acima de 260 matrículas em 1994 e 1995, tem um aumento significativo em 1996, chegando a manter 361 matrículas, mas recua para 295 em 1997. Esse nível de ensino possui um atrativo importante no município, pois incorpora um curso técnico de contabilidade.

A educação especial, que oferece atendimento para crianças portadoras de deficiência auditiva, ampliou ligeiramente a oferta de vagas no período, mantendo-a em torno de 15 matrículas nos dois últimos anos.

O ensino supletivo municipal apresentava a oferta mais importante em 1994, pouco maior que a educação infantil, cobrindo várias modalidades de atendimento, sendo a mais expressiva a suplência II (5ª à 8ª séries) do ensino fundamental. A evolução da soma das matrículas no supletivo mostra alguma irregularidade, pois de um atendimento de 794 vagas em 1994, diminui sensivelmente em 1995 para 631, recupera-se em 1996 (quando atinge 695) e chega a seu maior patamar em 1997, atendendo 962 matrículas. Junto ao supletivo, na suplência do ensino médio, o município passou a oferecer, a partir de 1996, outra opção profissionalizante: técnico de auxiliar de enfermagem. Este último aspecto da oferta realça a extensão e o crescente alargamento do ensino na rede municipal, expressando a preocupação que o município dispensa para a educação.

A participação relativa das matrículas do ensino supletivo ocupava, em 1994, em torno de 44% da soma total, enquanto as matrículas da educação infantil e do ensino médio ocupavam 41% e 15% cada uma, respectivamente. Esse patamares foram bastante alterados nos anos seguintes. Em 1995, crescem as matrículas da educação infantil, enquanto diminuem as do ensino supletivo. O panorama é radicalmente alterado em 1996 com a absorção de matrículas do ensino fundamental, cuja proporção é de 17%, posicionando-se acima do ensino médio, também reduzindo e afetando o desempenho dos outros níveis de ensino. Em 1997, o ensino fundamental já é o mais importante, ocupando 32% da soma total das matrículas, o ensino supletivo ocupa 31%, a educação infantil reduz sua participação para 27% e o ensino médio participa com 10%.

Gráfico 11 - Aguai - Dependência Administrativa Municipal
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997



O Gráfico 11 é ilustrativo do alcance da rede municipal. É notável o crescimento na soma das matrículas municipais, mais acentuada a partir de 1995. Tal elevação é fortemente influenciada pelo ensino fundamental e um pouco menos pela retomada do crescimento de matrículas do ensino supletivo, enquanto o desempenho dos outros níveis de ensino permanece relativamente estável.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

Passemos a partir de agora ao exame das matrículas da dependência administrativa particular de ensino. A Tabela 12 expressa a evolução do seu atendimento.

Da evolução no total das matrículas na rede particular, merece destaque o crescimento significativo ocorrido no seu número em 1995, quando passou de 274 matrículas em 1994 e atingiu 503, chegando a 552 em 1996. Entretanto, em 1997, acusou um recuo para 482 matrículas.

Concorreram para esse desempenho a entrada em funcionamento, em 1995, do atendimento em educação infantil nas suas duas modalidades, mais importante em pré-escola, que manteve um patamar relativamente estável.

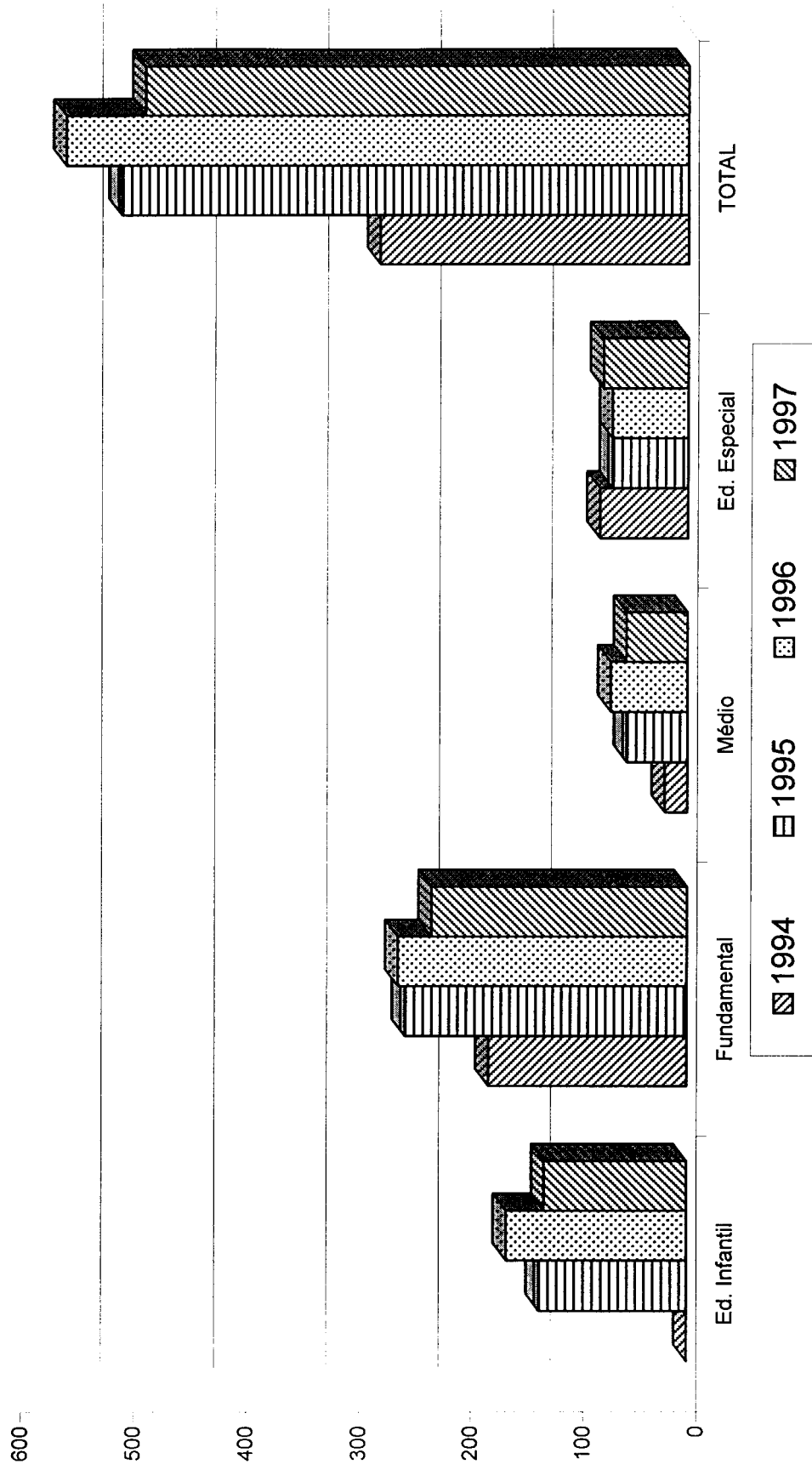
Tabela 12 - Aguai – Dependência Administrativa Particular
Matrícula iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	-	0%	131	26%	160	29%	126	26%
Creche	-	0%	43	8%	34	6%	33	7%
Pré-Escola	-	0%	88	18%	126	23%	93	19%
Fundamental	176	64%	251	50%	257	47%	227	47%
1ª à 4ª	88	32%	122	24%	127	23%	115	24%
5ª à 8ª	88	32%	129	26%	130	24%	112	23%
Médio	20	7%	54	11%	68	12%	54	11%
Ed. Especial	78	29%	67	13%	67	12%	75	16%
TOTAL	274	100%	503	100%	552	100%	482	100%

Fonte: SEE, ETIE, CIE

Colégio Deltha e Esc. de Ed. Infantil Aquarela

**Gráfico 12 - Aguai - Dependência Administrativa Particular
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



Houve também aumentos expressivos em 1995 nas matrículas do ensino fundamental e no ensino médio. No primeiro, de 176 em 1994 passou a 251 no ano seguinte, manteve-se nesse patamar em 1996 e diminuiu para 227 matrículas em 1997. O ensino médio apresentou comportamento semelhante, dobrando o atendimento de 1994 para 1995 e oscilou em torno desse número nos anos seguintes, com queda no último ano.

A proporção ocupada pelos níveis de ensino oferecidos em 1994 foi alterada no ano seguinte pelo início do atendimento em educação infantil. Na seqüência, a proporção de cada nível no total das matrículas manteve-se praticamente a mesma, com pouca variação. A educação infantil, a partir de 1995, variou entre um mínimo de 26% e 29%. O ensino fundamental caiu abaixo dos 50%, enquanto o ensino médio e a educação especial se mantiveram acima dos 10%.

No Gráfico 12, pode-se observar como a evolução da soma total das matrículas da rede particular é influenciada pelo comportamento do ensino fundamental e da educação infantil, apresentando crescimento acentuado em 1995, menor ritmo de crescimento em 1996 e queda em 1997. Comportamento parecido, mas com menor variação, ocorre com o ensino médio.

Conclusão

Do exame da evolução das matrículas em Aguaí, a que se destacar que, a despeito da significativa redução da oferta de matrículas na rede estadual, com queda marcante em 1997, houve expansão da oferta educacional na soma das três redes, crescendo em torno de 7% no período. A rede estadual, de resto, segue o mesmo comportamento de diminuição das suas matrículas na soma delas em todo o Estado, mas apresenta em Aguaí um grau mais elevado de redução. A rede particular apresentou crescimento proporcionalmente maior que a rede municipal, embora o pico desse crescimento tenha ocorrido em 1995 e decrescido um pouco em 1997. A rede municipal, por sua vez, cresce aceleradamente a partir de 1996, movimento ainda acentuado em 1997.

Quanto ao comportamento das matrículas apresentado pela rede municipal, o exame mais detalhado (Tabela 10) chamou a atenção para a abrangência alcançada,

tanto no que diz respeito ao aumento do número de matrículas quanto no feixe de níveis de ensino. Para esse aumento, contribui principalmente o incremento de matrículas no ensino fundamental de 1ª à 4ª séries, mesmo tendo iniciado o atendimento em 1996. Foi basicamente importante a absorção da municipalização de matrículas antes oferecidas pela rede estadual.

Por outro lado, no mesmo ano em que se dá início ao atendimento ao ensino fundamental ocorre uma inflexão em sentido decrescente no atendimento em educação infantil, que em 1995, havia aumentado a oferta de matrículas em relação a 1994. Nos dois anos posteriores da série histórica há pequenos recuos seguidos no número de matrículas acolhidas. Essa ocorrência decrescente na evolução da educação infantil, já sentida mesmo antes da implantação do Fundef, é um indício de um dos impactos que a prioridade ao ensino fundamental pode estar causando no perfil do atendimento educacional sob responsabilidade do município.

O ensino supletivo, mantido unicamente pela rede municipal, mostra um largo atendimento em várias modalidades. Parece não ter sido afetado pelo movimento nas matrículas do ensino fundamental, pois, no período, recupera e, até mesmo, supera, em 1997, o número de matrículas que atendia em 1994.

Município de **Descalvado**

Caracterização do município

O município de Descalvado possuía em 1996 uma população de 27.020 habitantes, 22.203 (82%) no meio urbano e 4.817 (18%) na zona rural (IBGE, *Contagem da população*), e foi caracterizado dentro da nossa nomenclatura populacional como município médio. Pertence a região administrativa de São Carlos.

A seleção do município de Descalvado foi estabelecida pela qualidade dos indicadores que estão enunciados na seqüência: uma razoável oferta de ensino supletivo, que situava esse tipo de atendimento acima da média da oferta entre os municípios que mantinham este nível de ensino no Estado; uma taxa de cobertura em educação infantil na modalidade da pré-escola que indicava 80% de atendimento sobre a faixa etária de 4 a 6 anos residente no município; a responsabilidade pela manutenção do ensino fundamental que, em 1996, correspondia a quase 46% da cobertura oferecida pela rede pública no mesmo ano em que havia iniciado junto com o governo estadual o Programa de Ação de Parceira Estado-Município; um aspecto associado ao anterior indicava que as proporções assumidas pelo atendimento em ensino fundamental possibilitariam ao município ganhos de receita quando da implantação do Fundef; e o indicador de retenção da receita das transferências de impostos, calculado com base na simulação do Fundef, mostrava um comprometimento de 53% dos recursos reservados ao ensino.

A evolução geral das matrículas

A Tabela 13, mostra a evolução da soma geral das matrículas da educação básica mantidas pelas três dependências administrativas atuando no município de Descalvado. De 1994 a 1997, essa soma se manteve em permanente crescimento, acumulando um aumento de 9%. Houve, assim, uma importante ampliação da cobertura educacional. De mais de 7.600 matrículas em 1994, o conjunto das redes em Descalvado passou a acolher mais de 8.300 matrículas em 1997. É bom advertir que os números de 1996 e 1997 estão subestimados nas redes estadual e municipal, respectivamente, pois não incluem as matrículas do ensino supletivo, informação não disponível no banco de dados consultado.

Tabela 13 - Descalvado

**Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa -
1994 - 1997**

DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação % 1997/1994
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Estadual	5.482	72%	5.500	71%	3.197	41%	3.867	47%	-29%
Municipal	1.058	14%	1.199	15%	3.471	44%	3.334	40%	215%
Particular	1.096	14%	1.072	14%	1.154	15%	1.109	13%	1%
TOTAL	7.636	100,0%	7.771	100,0%	7.822	100,0%	8.310	100,0%	9%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

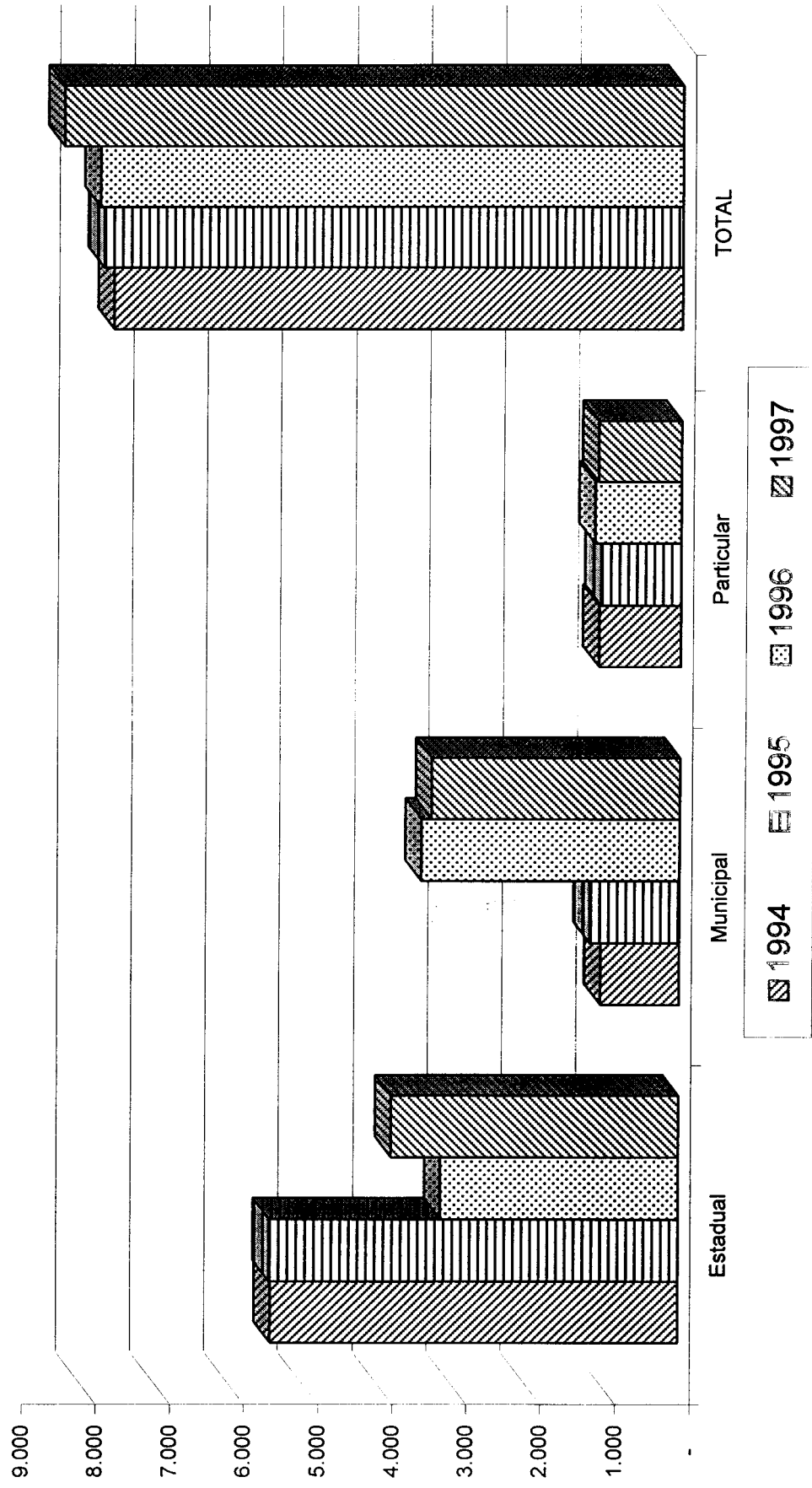
Para esse movimento no total do atendimento, contou fundamentalmente o desempenho da rede municipal que, sozinha, saltou de um patamar em torno de 1.200 matrículas em 1995 para 3.471 em 1996 (de 15% vai a mais de 44%), uma diferença, portanto, acima de 2.200 matrículas. Esse acréscimo, veremos a seguir, corresponde aproximadamente à diminuição ocorrida na rede estadual e resulta da participação do município no programa de municipalização do ensino fundamental desencadeado pelo governo estadual. Em 1997, ainda que tenha recuado para algo por volta de 3.300 matrículas, não diminuiu a importância do crescimento da oferta. Em síntese, a proporção de crescimento do atendimento educacional municipal atinge o expressivo aumento de 215% no período.

A rede estadual, que mostrava um patamar estabilizado em torno de 5.500 matrículas em 1994 e 1995 (mais de 70%), reduziu seu atendimento em mais de 2.300 matrículas em 1996, chegando a um patamar de oferta em torno de 3.200 vagas (41%). Em 1997, a rede estadual aumenta a oferta, mas se mantém com 3.867 (47%). De qualquer forma, o acumulado da diminuição de matrículas corresponde a 29% da oferta de 1994.

A rede privada mostrou pouca alteração, mantendo estacionado seu atendimento em torno de 1.100 matrículas (entre 13% e 15%, proporcionalmente) no período.

Chama a atenção o movimento de convergência que as dependências administrativas estadual e municipal realizaram em 1996, quando ocorreu o processo de municipalização do ensino fundamental em que o atendimento municipal ultrapassa o estadual (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Descalvado
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

A Tabela 14 desagrega o atendimento da rede estadual por nível de ensino:

Tabela 14 - Descalvado – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	4.197	77%	4.281	78%	2.399	75%	2.381	62%
1ª à 4ª	*	*	2.384	43%	389	12%	429	11%
5ª à 8ª	*	*	1.897	35%	2.010	63%	1.952	51%
Médio	688	12%	692	12%	798	25%	984	25%
Ed. Especial	9	0%	13	0%	0	0%	0	0%
Supletivo	588	11%	514	9%	*	*	502	13%
Supletivo Fund.	424	8%	387	7%	*	*	373	10%
Supletivo Médio	164	3%	127	2%	*	*	129	3%
TOTAL	5.482	100%	5.500	100%	3.197	100%	3.867	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

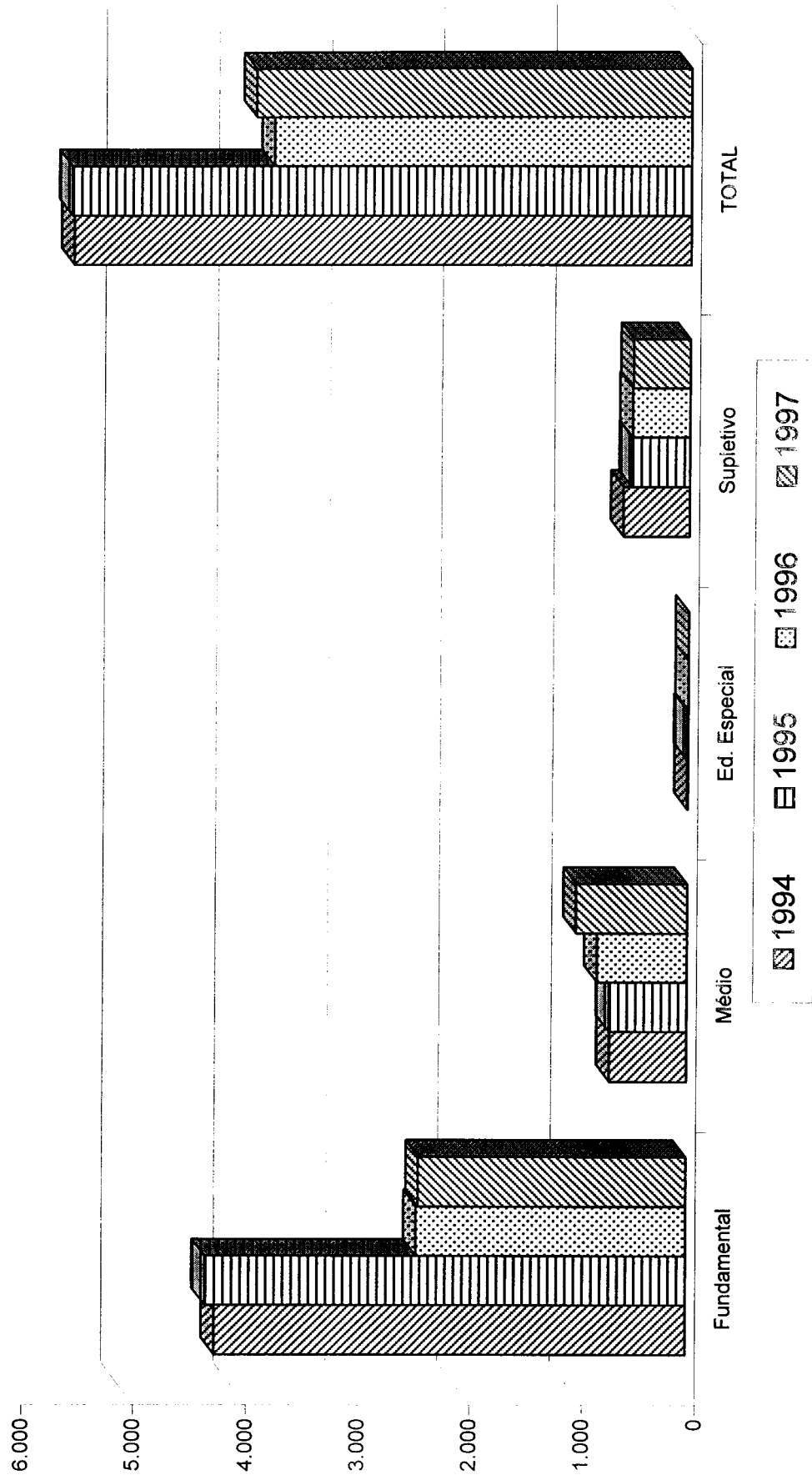
* informação não disponível

O movimento de redução das matrículas da dependência administrativa estadual é basicamente marcado pela diminuição das matrículas no segmento da 1ª à 4ª séries do ensino fundamental que, em 1996, fecha aproximadamente 2.000 vagas, transferidas para a responsabilidade municipal. No todo, o ensino fundamental estadual decresce da marca de 4.280 matrículas em 1995, para quase 2.400 em 1996, permanecendo nessa marca. O ensino médio mantém tendência crescente no período, mais significativa em 1997, quando chega em 984 matrículas. No período, cresceu em torno de 43%, mas, só 1997, subiu 23%. Esse desempenho vai confirmando a tendência notada ao longo do texto do ritmo cada vez mais ascendente na demanda por esse nível de ensino.

A evolução das matrículas no ensino supletivo da rede estadual, mesmo não dispondo dos números de 1996, apresentou uma tendência decrescente na oferta de matrículas. Foram fechadas mais de 80 vagas entre 1994 e 1997 (588 e 502 vagas, respectivamente), uma redução de quase 15%. Esse nível de ensino, reflete o comportamento de queda observado no comportamento geral em todo o Estado.

A partir de 1997, a rede estadual deixou também de atender as poucas matrículas da educação especial, que passaram, no mesmo ano, ao âmbito municipal.

Gráfico 14 - Descalvado - Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997



Pode-se observar que, mesmo com aquela substancial diminuição de matrículas, o ensino fundamental continua sendo o que ocupa maior proporção no atendimento da rede estadual. O maior crescimento proporcional ficou por conta do ensino médio. Enquanto no primeiro ano da série o ensino fundamental ocupava 77%, o ensino médio 13% e o supletivo 11%, em 1997, essas proporções eram, respectivamente, 62%, 25% e 13%.

Importa destacar, portanto, que a queda na soma das matrículas na rede estadual é puxada fortemente pela redução do ensino fundamental (Gráfico 14¹). A diminuição no total foi compensada pelo crescimento das matrículas do ensino médio, cuja número vai se acentuando a partir de 1996. O ensino supletivo, por outro lado, reduz-se lentamente.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

Embora não estejam disponíveis os números sobre a evolução das matrículas do atendimento em creche na análise do perfil de ensino da dependência administrativa municipal (Tabela 15), permanece uma tendência crescente na educação infantil na modalidade da pré-escola que, até 1995, era o único atendimento educacional realizado pelo município. Em 1997, a pré-escola aumentou significativamente a oferta de matrículas, saindo de 1.114 vagas para 1.469. No período, o crescimento foi de 39%. Sendo assim, a absorção das matrículas do ensino fundamental estadual não causou qualquer impacto mais imediato na evolução da educação infantil.

O atendimento ao ensino fundamental tem início em 1996 somente para o segmento da 1ª à 4ª séries, com um número acima da soma dos outros níveis. Mas, de 2.013 matrículas nesse ano, diminui o atendimento para 1.857 vagas. Em 1996 também tem início ao atendimento de alunos na educação especial, nível, como vimos acima, antes oferecido pela rede estadual.

O exame da evolução do ensino supletivo fica prejudicado pela ausência de dados em 1997. Entretanto, deve-se destacar o esforço municipal em ampliar o seu

¹ Para elaborar o Gráfico 14, recorremos a um artifício para representar a ausência de dados sobre o ensino supletivo em 1996: adotamos o pressuposto de que o número de matrículas se manteve em ritmo decrescente e, portanto, calculamos e inserimos a média suposta de matrículas. A tabela 14 mantém os dados originais.

atendimento educacional, pois somente em 1996 entraram em funcionamento três níveis de ensino: o ensino fundamental, a educação especial e o ensino supletivo. Destaque-se também que nem por isso o município descuidou do atendimento à educação infantil².

Tabela 15 - Descalvado – Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Infantil	1.058	100%	1.199	100%	1.114	32%	1.469	44%
Creche	*	*	*	*	*	*	*	*
Pré-Escola	1.058	100%	1.199	100%	1.114	32%	1.469	44%
Fundamental	0	0%	0	0%	2.013	58%	1.857	56%
1ª à 4ª	0	0%	0	0%	2.013	58%	1.857	56%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	15	0%	8	0%
Supletivo	0	0%	0	0%	329	6%	*	*
Supletivo Fund.	0	0%	0	0%	218	6%	*	*
Supletivo Médio	0	0%	0	0%	111	3%	*	*
TOTAL	1.058	100%	1.199	100%	3.471	100%	3.334	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

* informação não disponível

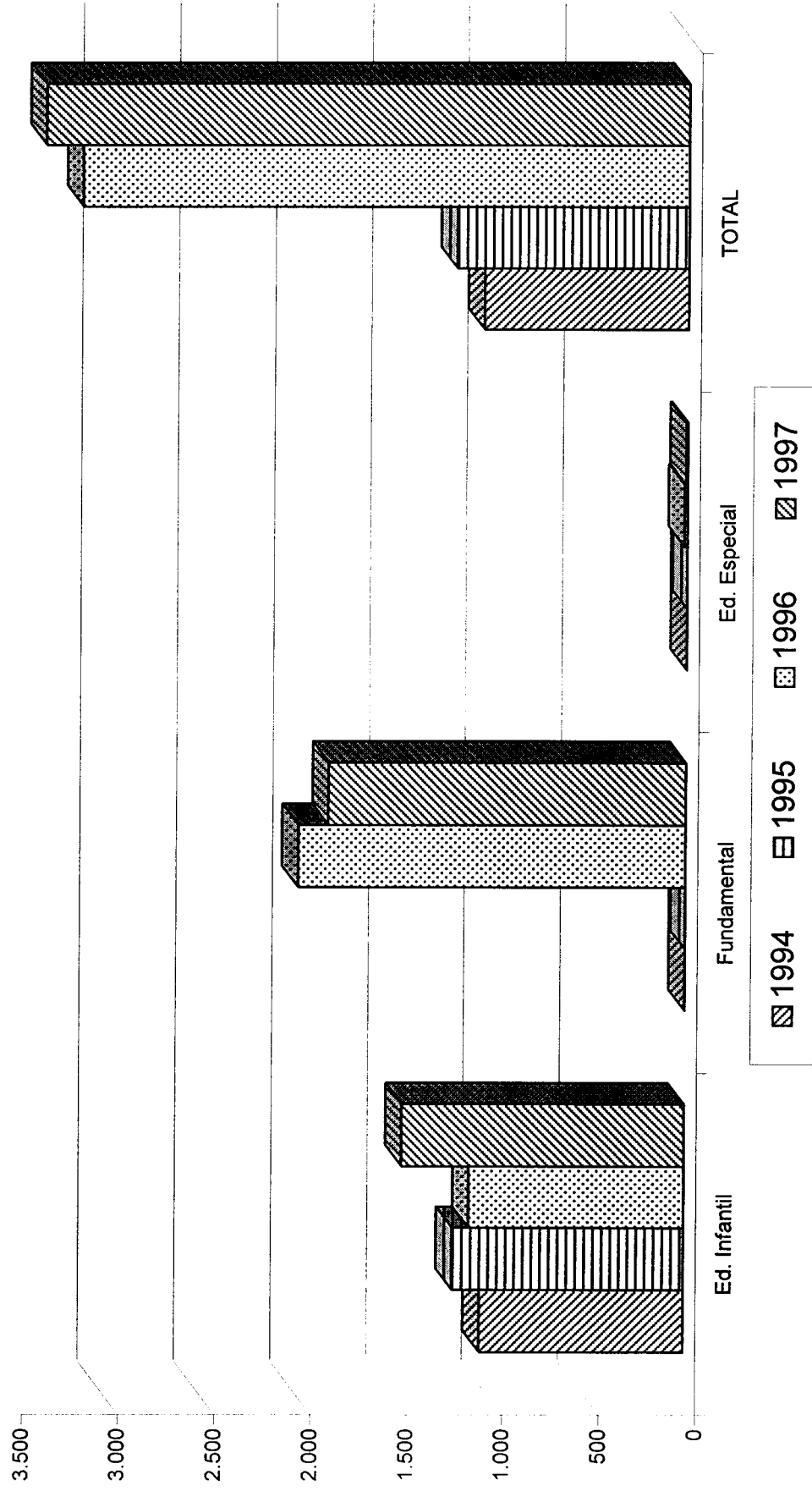
O início do atendimento ao ensino fundamental em 1996 ocorre com tal vigor que de imediato ultrapassa em proporção o atendimento a educação infantil. Entretanto, já em 1997, ocorre um crescimento das matrículas na pré-escola, fazendo com que volte a recuperar importância na composição do atendimento municipal. No último ano do período, a educação infantil representa 44% do atendimento, somando-se aos 55% do ensino fundamental.

Com o auxílio do Gráfico 15³, que não inclui o ensino supletivo, pode-se observar a ampliação da oferta educacional municipal por conta basicamente da entrada em funcionamento do ensino fundamental em 1996. Por seu lado, a educação infantil, que só conta as matrículas da pré-escola, mantém-se ligeiramente em crescimento até mesmo num ritmo um pouco mais veloz entre 1996 e 1997 do que entre 1994 e 1995, o que contribuiu para reduzir o ritmo de queda da soma das matrículas no último ano.

² Parece interessante pesquisar a proporção deste esforço que, guardadas as proporções que a rede educacional municipal vinha mantendo apenas com a educação infantil, permitiu-lhe absorver mais de 2.200 matrículas em apenas 1 ano.

³ No Gráfico 15, deixamos de incluir o ensino supletivo devido a ausência de dados para o ano de 1997, portanto, deve-se examiná-lo com certa reserva.

**Gráfico 15 - Descalvado - Dependência Administrativa Municipal
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

A composição do atendimento da dependência administrativa particular encontra-se expressa na Tabela 16. O exame da evolução das matrículas em cada nível de ensino mostra que há pouca variação no atendimento. O mais importante permanece sendo o ensino fundamental que gira em torno de 850 matrículas, com algum destaque para o ligeiro crescimento das matrículas no segmento da 5ª à 8ª séries em compensação à pequena diminuição no segmento da 1ª à 4ª séries.

Tabela 16 - Descalvado – Dependência Administrativa Particular
Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	849	78%	831	78%	864	75%	862	78%
1ª à 4ª	469	43%	448	42%	440	38%	438	40%
5ª A 8ª	380	35%	383	36%	424	37%	424	38%
Médio	125	11%	163	15%	216	19%	138	12%
Ed. Especial	103	9%	78	7%	74	6%	93	8%
Supletivo	19	2%	0	0%	0	0%	0	0%
Supletivo Médio	19	2%	0	0%	0	0%	0	0%
QP	*	*	*	*	*	*	16	1%
TOTAL	1.096	100%	1.072	100%	1.154	100%	1.109	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

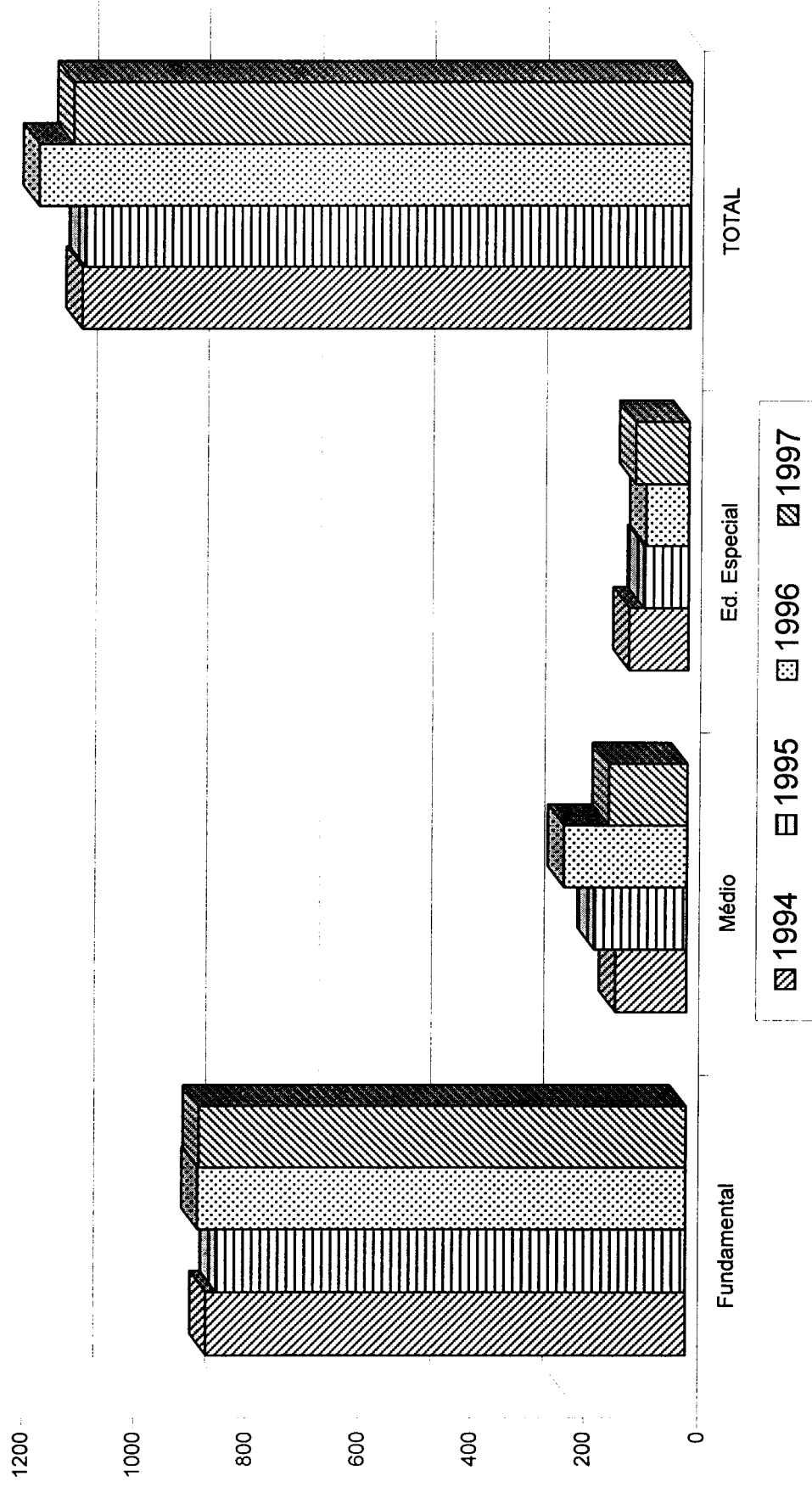
*Informação não disponível.

O ensino médio mostra um desempenho crescente de 1994 a 1996, quando alcançou 216 matrículas, mas, diminui logo no ano seguinte para 138 vagas, quase próximo do atendimento em 1994.

A educação especial, mesmo com poucas matrículas, decresceu quase 30% de 1994 para 1995, manteve-se nesse patamar em 1996 e recuperou em 1997 boa parte do que tinha perdido. O exame do ensino supletivo fica prejudicado pela falta de informações, mesmo que aceitemos o fechamento de matrículas do supletivo médio.

No Gráfico 16, pode-se constatar a relativa estabilidade da evolução das matrículas da rede particular.

Gráfico 16 - Descalvado - Dependência Administrativa Particular
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997



Conclusão

Deve-se destacar do exame da evolução das matrículas em Descalvado, em primeiro lugar, a expansão das matrículas ocorrida no período, cuja maior proporção se deveu à esfera municipal, que acumulou 215% de crescimento. Afora a rede particular, que cresceu apenas 1%, diluído entre o seu ensino fundamental e médio, outro fato a destacar é a redução de 29% da rede estadual que, da mesma forma como tem ocorrido nos outros municípios analisados até agora, reflete o comportamento geral de redução das matrículas em todo o Estado.

Contudo, aquela expansão do atendimento total não pode ser creditada ao processo de municipalização das matrículas do ensino fundamental, pois esta se trata apenas da transferência de um mesmo número. Essa expansão teve a contribuição mais importante do crescimento na oferta de matrículas na educação infantil (pré-escola) na esfera municipal em 1997, do crescimento em 1996 e 1997 do ensino médio da rede estadual e também de um pequeno acréscimo na rede particular, diluído entre o ensino fundamental e o ensino médio.

Portanto, pode-se admitir à primeira vista que neste município a municipalização levada a efeito pelo programa de parceria com o governo estadual não trouxe impactos desfavoráveis ao desempenho da educação infantil, pelo menos quanto ao crescimento do número de matrículas.

O exame do ensino supletivo ficou prejudicado nas três redes, mas, em princípio, mesmo diante da falta de dados, pode-se aceitar uma expansão na oferta de vagas na medida em que a administração municipal passou a oferecer atendimento a partir de 1996. De qualquer forma, é preciso dispor de dados mais confiáveis para esse nível de ensino.

Município de Itatiba

Caracterização do município

O município de Itatiba fica na região administrativa de governo de Jundiá. A sua população, em 1996, somava 71.590 habitantes (63.604 na região urbana e 7.986 na rural) em 1996, o que conferia o estatuto de grande município dentro da escala adotada. Itatiba permaneceu na filtragem final desta amostra em função dos seguintes indicadores: pequena oferta de ensino supletivo na composição da sua rede de ensino, mas ainda assim acima da média dos municípios com esse tipo de atendimento; a cobertura em educação infantil na modalidade pré-escola em 1996 alcançava 58% da população na faixa etária entre 4 e 6 anos; por conta do convênio de parceria para a municipalização do ensino fundamental assinado naquele ano com o governo estadual, o município já atendia 29% das matrículas nesse nível de ensino; o índice da receita previsto para ser retido no Fundef chegaria a 45% do recursos financeiros para o ensino.

A evolução geral das matrículas

Em função do processo de municipalização do ensino fundamental desencadeado com a rede estadual de ensino, Itatiba apresenta um quadro de transferência de matrículas muito interessante e peculiar, devido ao volume da movimentação realizado no espaço de dois anos. A Tabela 17, que reúne a soma das matrículas na educação básica mantidas pelas 3 dependências administrativas, dá-nos um primeiro quadro dessa movimentação.

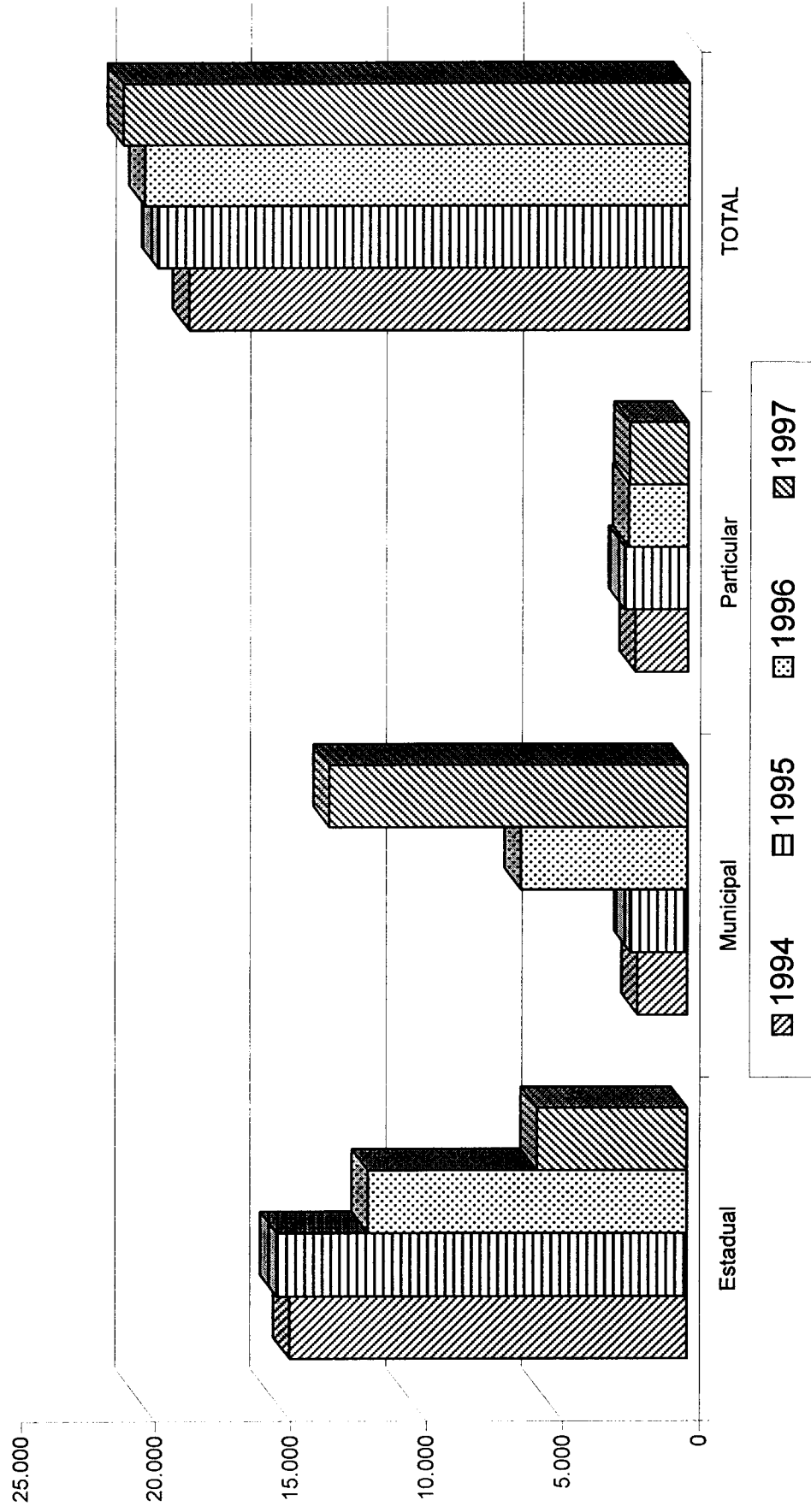
Tabela 17 - Itatiba

**Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa -
1994 - 1997**

DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação %
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	1997/1994
Estadual	14.590	80%	15.063	77%	11.710	59%	5.484	27%	-62%
Municipal	1.820	10%	2.093	11%	6.088	30%	13.150	63%	623%
Particular	1.922	10%	2.326	12%	2.171	11%	2.133	10%	11%
TOTAL	18.332	100%	19.482	100%	19.969	100%	20.767	100%	13%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

Gráfico 17 - Itatiba
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



Antes de comentar a evolução das matrículas de cada rede, é importante constatar que, junto com a movimentação, ocorreu uma expansão na oferta líquida de vagas. Entretanto, na tabela, não é possível perceber ainda em qual das instâncias do ensino público tal expansão tenha ocorrido, uma vez que foi diluída no movimento da municipalização.

Pode-se verificar que a evolução da soma total das matrículas configurou uma tendência contínua de crescimento da oferta, perfazendo 13% no período. Em 1997, o conjunto das redes de ensino atendia a mais de 20.760 matrículas. Todas as três redes aumentaram seu número de matrículas em 1995, ano da maior expansão da oferta de ensino. Mas, o destaque está na mudança expressiva que envolveu as duas redes da esfera pública.

A rede estadual, nos dois últimos anos do período, apresentou uma extrema redução das matrículas depois de um crescimento em 1995. No início, essa rede era de longe a que dispunha do maior atendimento em número de matrículas, de um máximo de 15.000 matrículas em 1995 baixou sua oferta para 1/3 disso em 1997, mantendo 5.484 matrículas, o que corresponde a 62% de diminuição. Como assinalado, essa grande redução foi resultado da municipalização do ensino fundamental. A rede municipal, captadora dessa transferência, acumulou um crescimento de 623 pontos percentuais. Em 1994, situava-se pouco abaixo do atendimento da rede particular, com 1820 matrículas e, anos depois, multiplicou o número da oferta. Em 1996, saltou para 6.088 matrículas e novamente mais que dobrou este número em 1997, atingindo 13.150 matrículas. Pode-se afirmar, pela dimensão dos números, que isto significa um aumento incomparável entre os municípios da amostra que promoveram a municipalização. A rede particular, depois de um crescimento em 1995, nos dois anos seguintes, mostra pequenas e seguidas reduções.

O Gráfico 17 ilustra a evolução das matrículas. Nele pode-se notar que a municipalização das matrículas e a inversão de posições entre a rede estadual e a rede municipal não impediu a contínua expansão do atendimento educacional. Nos dois primeiros anos, a situação em quase nada se alterou, a rede estadual mantinha em torno de 80% das matrículas, enquanto a particular e a municipal se responsabilizavam com cerca de 10% cada uma. Nos anos seguintes as posições foram modificadas

radicalmente. Em 1996, a rede municipal já se responsabilizava por 30% das matrículas e a estadual por menos de 60%. Em 1997, ocorreu a inversão, com a rede municipal assumindo 63% e a rede estadual mantendo 26%.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

Na Tabela 18, que traz a evolução das matrículas em cada nível de ensino básico mantido pela dependência administrativa estadual, é possível também perceber as especificidades da municipalização do ensino.

A transferência das matrículas do ensino fundamental primeiro envolveu, em 1996, parte do segmento da 1ª à 4ª séries, reduzindo mais de 3.500 matrículas. Em 1997, transfere as matrículas restantes desse segmento e mais da metade do segmento da 5ª à 8ª séries. Ao final das contas, a rede estadual, que se responsabilizava pela manutenção de 12.206 matrículas em 1995, manteve apenas 2.259 matrículas em 1997, número este possivelmente a ser transferido em 1998.

As matrículas da educação especial, em número de 13 em 1996, também foram transferidas ao âmbito municipal no ano seguinte.

Tabela 18 - Itatiba – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	12.043	83%	12.206	81%	8.653	76%	2.259	41%
1ª à 4ª	6.528	45%	6.561	44%	3.049	27%	-	0%
5ª à 8ª	5.515	38%	5.645	37%	5.604	49%	2.259	41%
Médio	1.654	11%	1.935	13%	2.263	20%	2.732	50%
Ed. Especial	9	0%	10	0%	13	0%	-	0%
Supletivo	839	6%	912	6%	781	8%	447	8%
Supletivo Fund.	602	4%	572	4%	507	4%	184	3%
Suplência I	93	1%	*	*	*	*	-	0%
Suplência II	509	3%	*	*	*	*	184	3%
Supletivo Médio	237	2%	340	2%	274	2%	263	5%
QP	45	0%	*	*	*	*	46	1%
TOTAL	14.590	100%	15.063	100%	11.710	100%	5.484	100%

Fonte: SEE, ETIE, CIE

* Dado não disponível

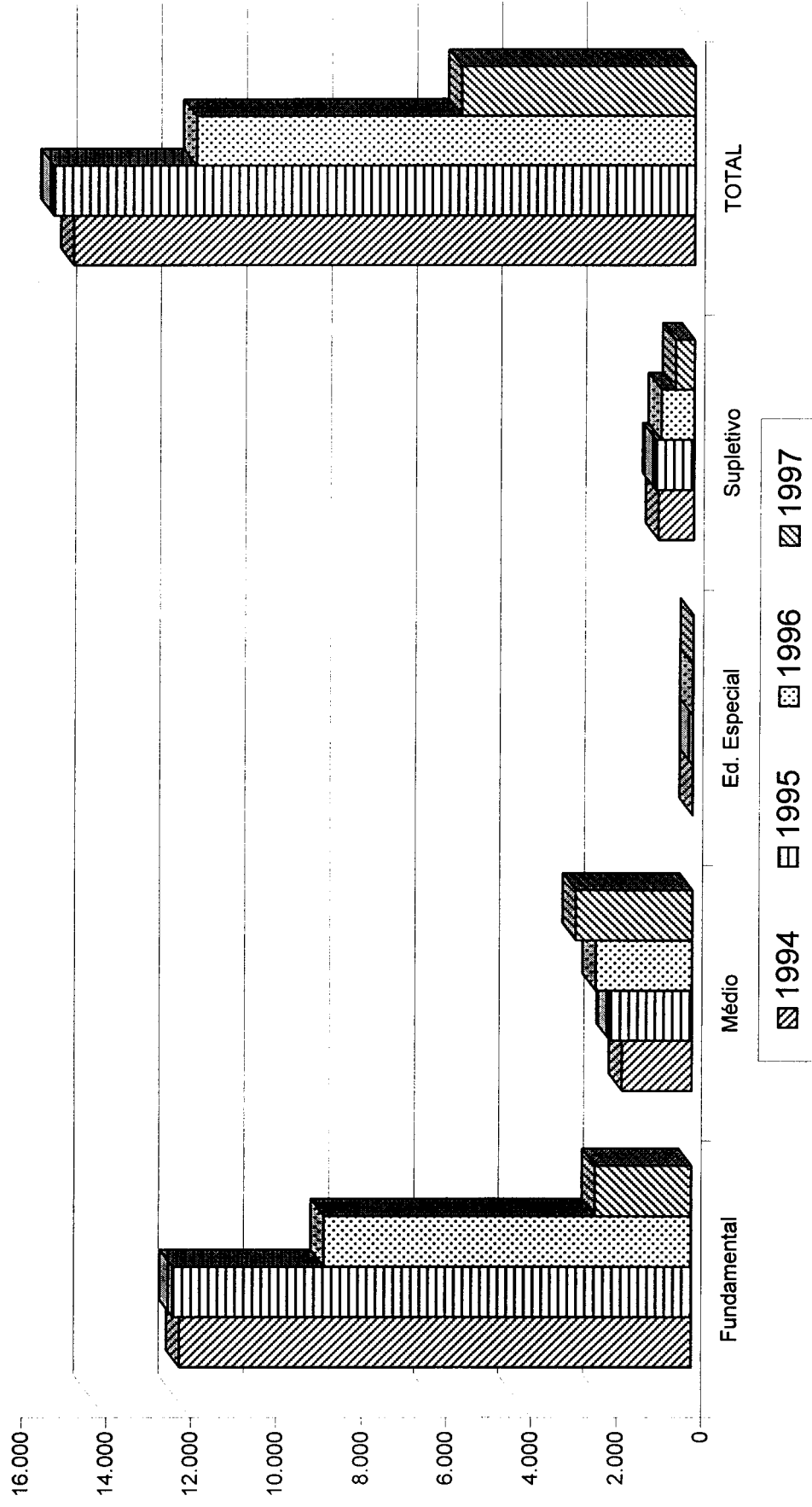
Os outros dois níveis de ensino não envolvidos mostraram comportamentos singulares. O ensino médio configurou uma tendência constante de crescimento acelerado em 1997 que, como vimos, de modo geral afirma um momento de expansão de vagas. Em um crescimento total de 65% em todo o período, só no último ano o ensino médio cresceu 21% em relação ao ano anterior. Houve um aumento de mais de 1.000 vagas no espaço de quatro anos a partir de um patamar de pouco mais de 1.650 matrículas em 1994.

O ensino supletivo na rede estadual em Itatiba teve uma evolução diferente na ocorrida no conjunto do Estado de São Paulo, muito embora também tenha fechado metade das matrículas no último ano do período. A faixa do supletivo que corresponde ao ensino fundamental nas duas modalidades de suplência foi a mais atingida, também houve aqui uma transferência de responsabilidade para a esfera municipal. Chegando em 1997, a soma das matrículas no ensino supletivo estadual havia decrescido para 447 de um teto de 914 atingido em 1995.

Do ponto de vista relativo, é possível perceber a inversão de importância entre os níveis de ensino. Em 1994 e 1995, o ensino fundamental permanecia pouco acima dos 80% da soma das matrículas, o ensino médio com mais de 11% e o supletivo com quase 6%. A composição evoluiu, em 1996, para uma situação na qual o ensino fundamental diminuiu para 76%, o ensino médio chegou perto dos 20% e o supletivo 8%. Em 1997, a diminuição mais substancial no tamanho da rede estadual propiciou ao ensino médio uma maior importância, esse passou a ocupar uma maior proporção com praticamente 50% das matrículas, enquanto o ensino fundamental ainda manteve 41% e o supletivo 8%. É bom insistir que, embora tenha havido diminuição no número de matrículas no ensino supletivo, a sua participação relativa ainda assim aumentou. Isso ocorreu porque a rede estadual diminuiu no seu tamanho ao transferir as matrículas do ensino fundamental.

No Gráfico 18 vem estampada a evolução anual dos níveis de ensino mantidos pela rede estadual. Atente-se para o decréscimo acelerado da soma total das matrículas, conduzido fundamentalmente pelas matrículas no ensino fundamental. Este sentido é reforçado pela redução das matrículas do ensino supletivo que, a partir de 1995, segue a mesma direção. Em sentido oposto de direção, levemente ascendente, segue o ensino médio.

**Gráfico 18 - Itatiba - Dependência Administrativa Estadual
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

Na tabela 19 encontra-se a evolução das matrículas por nível de ensino na rede municipal.

Tabela 19 - Itatiba – Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	1.820	100%	1.831	88%	2.109	35%	2.485	19%
Creche	*	*	*	*	**105	2%	**320	2%
Pré-Escola	1.820	100%	1.831	88%	**2.004	32%	**2.165	17%
Fundamental	0	0%	0	0%	3.619	59%	10.033	76%
1ª à 4ª	0	0%	0	0%	3.619	59%	6.509	49%
5ª à 8ª	0	0%	0	0%	0	0%	3.524	27%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	12	0%
Supletivo (Fund.)	0	0%	262	12%	360	6%	620	5%
Suplência I	0	0%	262	12%	**360	6%	**620	5%
TOTAL	1.820	100%	2.093	100%	6.088	100%	13.150	100%

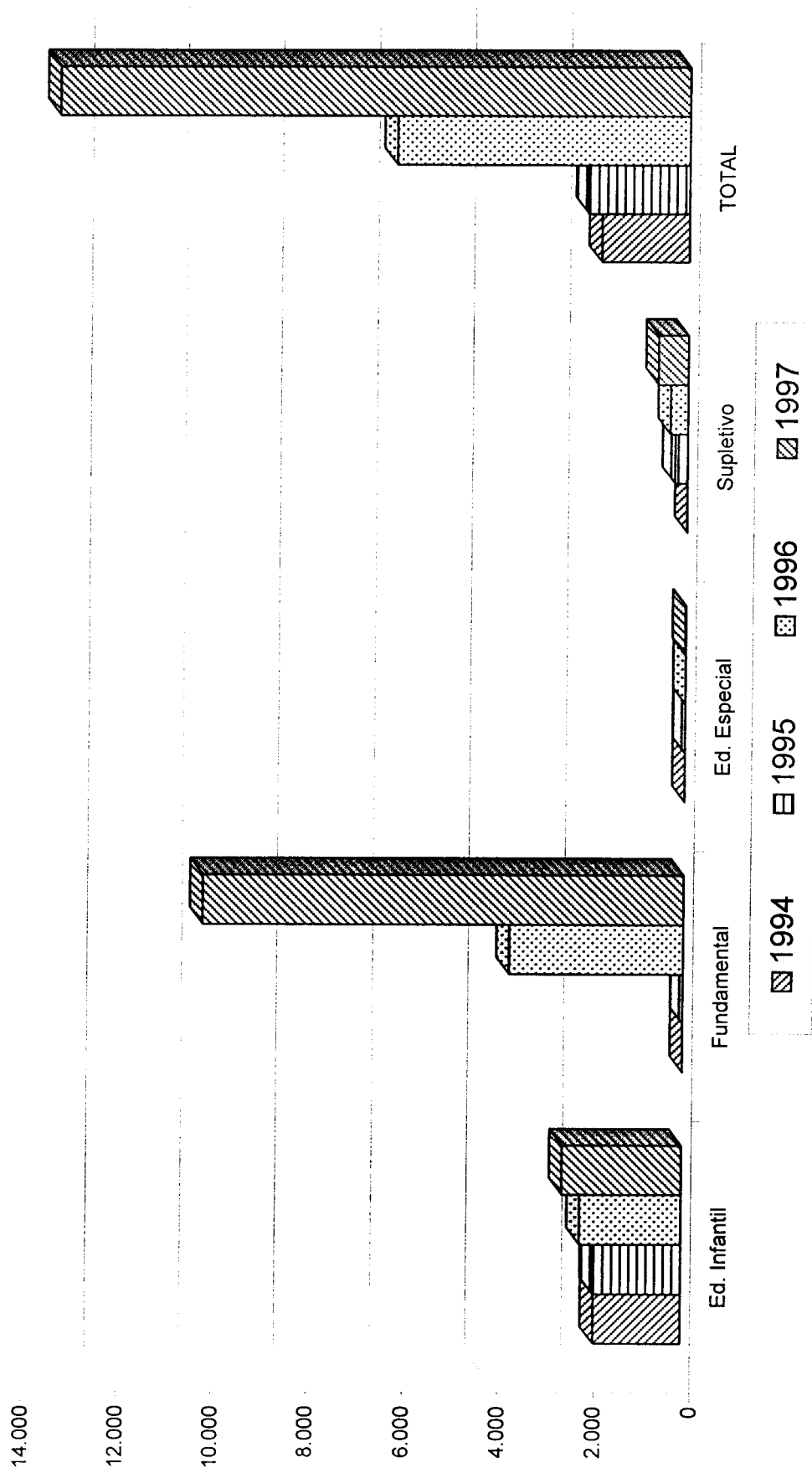
Fonte: SEE, ETIE, CIE e ** Secretaria Municipal de Educação de Itatiba

*Informação não disponível.

O perfil da composição da rede municipal quanto aos níveis de ensino oferecidos e à quantidade de matrículas começou a se alterar, segundo a tabela acima, em 1995, quando se dá início ao atendimento ao ensino supletivo. A suplência I, praticamente dobrou o número de matrículas nesse nível de ensino em 1997. Em menor escala, o setor educacional municipal também deu início em 1997 ao atendimento a educação especial, o que coincidiu com os fechamento das vagas antes existentes mantidas pela rede estadual.

Mas o movimento mais significativo foi mesmo a municipalização das matrículas do ensino fundamental, ocorrida a partir de 1996, quando o município dá início ao atendimento nesse nível de ensino. Em apenas dois anos, a Secretaria Municipal da Educação de Itatiba assumiu mais de 10.000 matrículas, sendo 65% de 1ª à 4ª séries, antes mantidas pela rede estadual. O crescimento da rede passou a destacar, em 1997, o ensino fundamental com mais de 75% de todas as matrículas, a educação infantil com quase 27% e o ensino supletivo com 4,7%.

**Gráfico 19 - Itatiba - Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



Todo aquele movimento de incorporação de matrículas num prazo tão curto não implicou em obstáculos ao desempenho da educação infantil. Até 1994, era mantido tão somente o atendimento a esse nível de ensino, sem contar as matrículas de creche, que não dispõem de registro até 1996. De qualquer forma, se tomarmos apenas a evolução das matrículas na modalidade da pré-escola, veremos que esta persistiu numa tendência crescente no período, levemente acentuada a partir de 1995. Sobre as 1.830 matrículas de 1995, o município conseguiu incorporar ainda mais 334 matrículas, consistindo num crescimento de 18% até 1997.

O Gráfico 19, com o comportamento das matrículas na esfera municipal, mostra um movimento inverso e complementar ao da rede estadual. Nele, pode-se notar a elevação positiva no total das matrículas e na do ensino fundamental e, em menor ritmo de crescimento, na elevação da educação infantil e do ensino supletivo

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

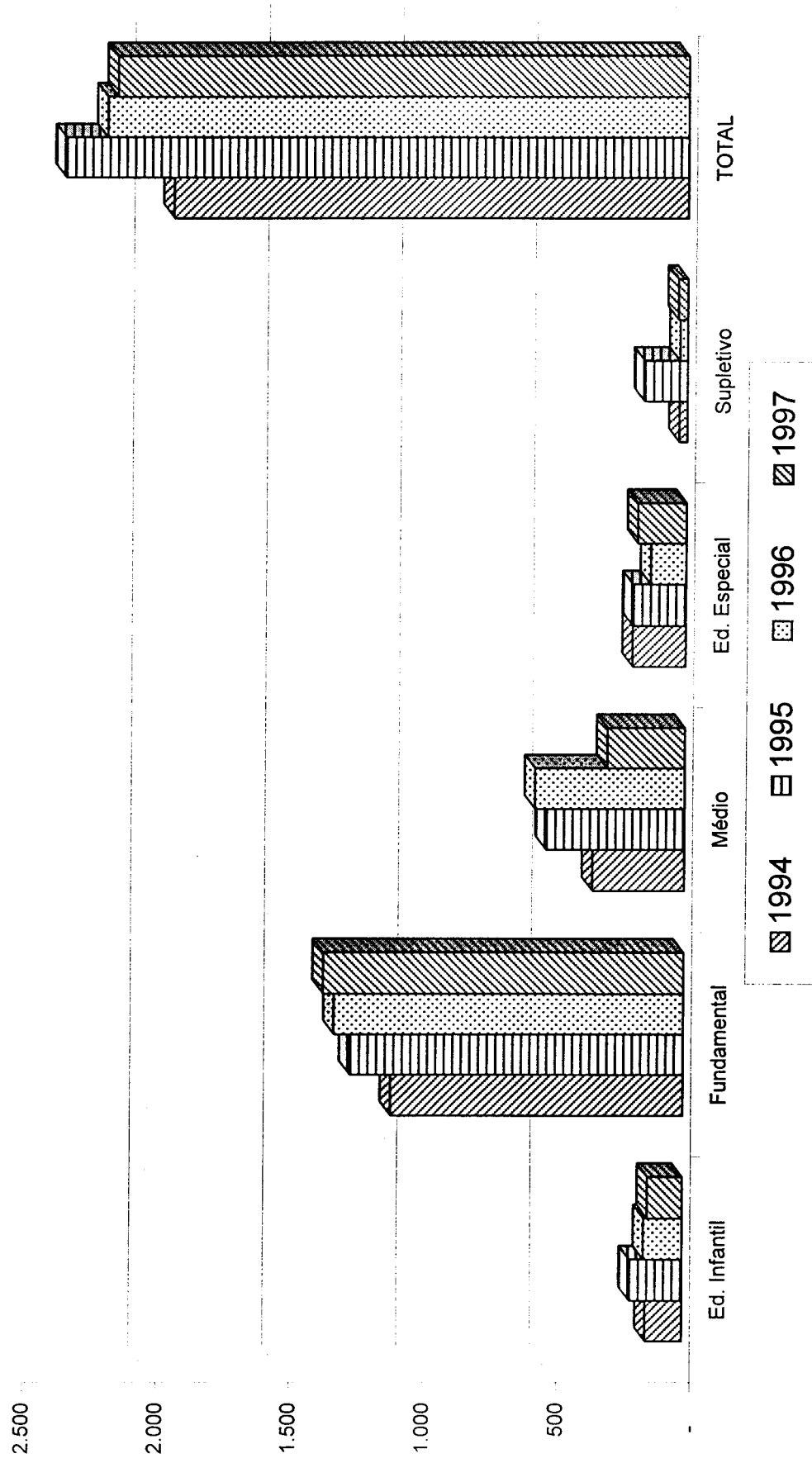
A evolução das matrículas sob responsabilidade da rede particular manteve um comportamento relativamente instável em todo o período. Na soma total (Tabela 20), elas iniciaram num patamar de 1.933 matrículas, chegaram a mais de 2.300 em 1995 e reduziram nos anos seguintes, até fixarem-se em 2.133 matrículas em 1997.

Tabela 20 - Itatiba – Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	138	7%	200	9%	145	7%	131	6%
Pré-Escola	138	7%	200	9%	145	7%	131	6%
Fundamental	1095	57%	1247	53%	1307	60%	1348	63%
1ª à 4ª	559	29%	641	28%	655	30%	690	32%
5ª à 8ª	536	28%	606	26%	652	30%	658	31%
Médio	345	18%	518	22%	559	26%	292	14%
Ed. Especial	200	10%	200	9%	132	6%	182	8%
Supletivo (Fund.)	30	2%	161	7%	28	1%	35	2%
Suplência I	30	2%	161	7%	28	1%	35	2%
QP	114	7%	*	*	*	*	145	7%
TOTAL	1922	100%	2326	100%	2171	100%	2133	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE *Informação não disponível

**Gráfico 20 - Itatiba - Dependência Administrativa Particular
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



Na composição desse comportamento, o ensino fundamental teve maior expressão, cresceu mais significativamente em 1995 e depois acrescentou regularmente em torno de 50 matrículas por ano, envolvendo os dois segmentos. Foi o nível de ensino que manteve certa regularidade no seu desempenho.

Os outros níveis do atendimento de ensino particular mostraram comportamentos irregulares, crescendo bastante em 1995 e reduzindo posteriormente, às vezes, abaixo do patamar de 1994.

No Gráfico 20, pode-se notar o teto do melhor desempenho alcançado em 1995 pelo conjunto dos níveis de ensino da rede particular na soma total das matrículas. Mas que, a partir de então, passa a declinar, embora, individualmente, o ensino fundamental permaneça em crescimento. O ensino médio, o segundo em importância, por sua vez, inverte negativamente a sua tendência em 1996. Olhando em termos relativos, o primeiro ultrapassou os 60% em 1997, enquanto o segundo, que ocupava mais de 25% em 1996, cai para perto de 14% em 1997.

Conclusão

O município de Itatiba constituiu uma importante rede própria de ensino a partir de 1995. De um atendimento que antes abarcava somente a educação infantil, a política educacional passou a gerenciar paulatinamente o ensino supletivo (suplência I), a educação especial e principalmente o ensino fundamental. Nesse caso, a Secretaria de Educação, em parceria com o governo estadual e por meio do processo de municipalização do ensino, passou a assumir a maioria das matrículas no ensino fundamental, englobando, até mesmo, as matrículas do segmento da 5ª à 8ª séries. O processo de ampliação do atendimento educacional desencadeado pela rede municipal não prejudicou o desempenho dos outros níveis de ensino não envolvidos pela municipalização. Nesse sentido, o ensino supletivo e a educação infantil mantiveram um crescimento no número de matrículas nos mesmos anos em que ocorria a transferência de matrículas do ensino fundamental. Assim, como prévia de implantação do Fundef em 1998, o programa de parceria não trouxe impactos negativos para os níveis de ensino não priorizados na mudança legal de 1996.

Na rede estadual, por outro lado, o ensino supletivo teve reduzidas as suas matrículas, principalmente no último ano. A importância do atendimento passou a ser em ensino médio, restando matrículas do ensino fundamental, que possivelmente passarão ao âmbito municipal no anos seguintes.

Na rede particular, deve-se destacar o contínuo e ligeiro crescimento do ensino fundamental e a irregularidade no desempenho dos outros níveis.

Município de **Cubatão**

Caracterização do município

O município de Cubatão fica localizado na região litorânea da baixada santista no Estado de São Paulo. Sua população, em 1996 (IBGE, *Contagem da população*), contava 97.257 habitantes, sendo 96.693 na região urbana e 564 na zona rural.

A análise exploratória realizada com dados também de 1996 que qualificou Cubatão para figurar na amostra revelou o seguinte conjunto de indicadores: segundo a classificação adotada, o município aparece com grande porte populacional; a oferta de ensino supletivo mostra uma cobertura que o situa acima da média dos municípios que mantém este tipo de atendimento educacional; sobressaiu-se também uma das maiores coberturas de educação infantil na modalidade pré-escola, alcançando 83% da faixa etária correspondente; a rede de ensino municipal já mantinha um atendimento no nível de ensino fundamental que chegava a 52% do conjunto da rede pública existente no município e não participava do programa de parceria para municipalização desse nível de ensino junto ao governo estadual; o indicador que mais se destacou foi o grau da retenção da receita de impostos que, segundo a simulação realizada¹, retirará mais de 50% dos recursos reservados ao ensino. A propósito, ainda que no futuro Cubatão venha a municipalizar todas as matrículas de ensino fundamental existentes no município, terá um grande volume de sua receita retida no Fundef. Isso se deve à capacidade tributária do município estar muito acima da maioria apresentada pela dos outros município, pois Cubatão é polo petroquímico e concentra empresas de grande porte e geração de receita.

A evolução geral das matrículas

A evolução das matrículas da educação básica no município de Cubatão pode ser vista na Tabela 21². Elas estão agrupadas por dependência administrativa no período de 1994 à 1997.

¹ Ver página 26.

² Na construção da Tabela 21 e do Gráfico 21, optou-se por omitir 958 matrículas de ensino médio da dependência administrativa federal que só são informadas para 1997. Se consideradas dessa forma, poderiam implicar em alguma distorção na visualização.

A evolução da soma total indica que houve expansão da oferta em torno de 2%. A expansão ocorreu efetivamente em 1997, quando a oferta total ultrapassou a marca das 34.100 matrículas. A maior contribuição para esse aumento, em termos absolutos e relativos, embora a sua participação no total seja inexpressiva, proveio do incremento de matrículas da rede particular, que apenas nesse ano, aumentou em mais de 900 matrículas a sua oferta do ano anterior, um aumento de 221% no período.

Tabela 21 - Cubatão

**Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa -
1994 - 1997**

DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação %
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	1997/1994
Estadual	12.496	37%	12.224	37%	12.067	36%	11.946	35%	-4,2%
Municipal	20.580	62%	20.856	62%	20.754	63%	20.916	61%	2%
Particular	393	1%	418	1%	345	1%	1261	4%	221%
TOTAL	33.469	100%	33.498	100%	33.166	100%	34.123	100%	2%

Fontes: SEE. ETIE. CIE para as matrículas das redes estadual, particular e federal e Prefeitura Municipal de Cubatão para as matrículas da rede municipal.

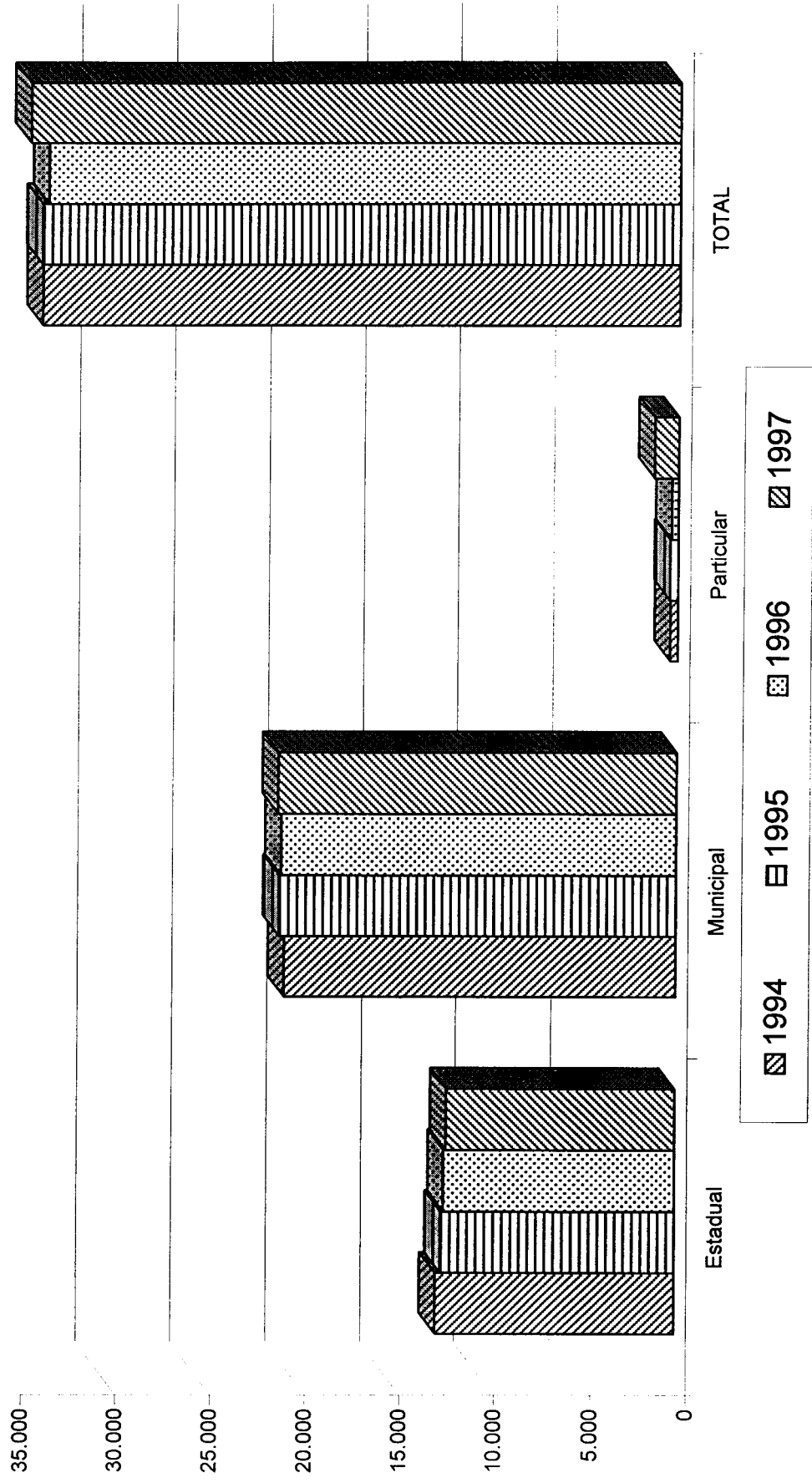
*Dado não disponível

A rede estadual, em sentido contrário ao das outras duas redes, reduziu contínua e anualmente a oferta de vagas, de 12.496 matrículas em 1994 chega a 11.946 em 1997, um recuo de 4,2%. Portanto, também em Cubatão, a rede estadual obedece à mesma regra observada no todo do Estado de redução na oferta de matrículas.

A rede municipal, que possui a maior oferta em número de matrículas, contribuiu também para a expansão do atendimento, mas em apenas 2%, o que significa algumas centenas de matrículas. Apesar da pequena queda no número de vagas em 1996, aparentemente a rede municipal firma uma ligeira tendência de crescimento no período, pois, das 20.580 matrículas em 1994, passa para 20.916 em 1997.

Pode-se dizer que, com exceção do comportamento da rede particular em 1997, há uma relativa estabilidade na tendência seguida pelas três dependências administrativas no período analisado.

Gráfico 21 - Cubatão
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



O Gráfico 21 ilustra esse comportamento, no qual a tendência geral é bastante estável no período. Caberia salientar o crescimento da rede particular no último ano em detrimento da rede pública.

No período que vai de 1994 a 1996, o comportamento relativo manteve-se estável situando a rede municipal entre 62% e 63%, a rede estadual acima dos 36%, enquanto a rede particular manteve-se com pouco mais de 1%. Em 1997, esta última abarcou 4% do total, enquanto a rede municipal e a rede estadual recuaram sua participação para 61% e 35%, respectivamente.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

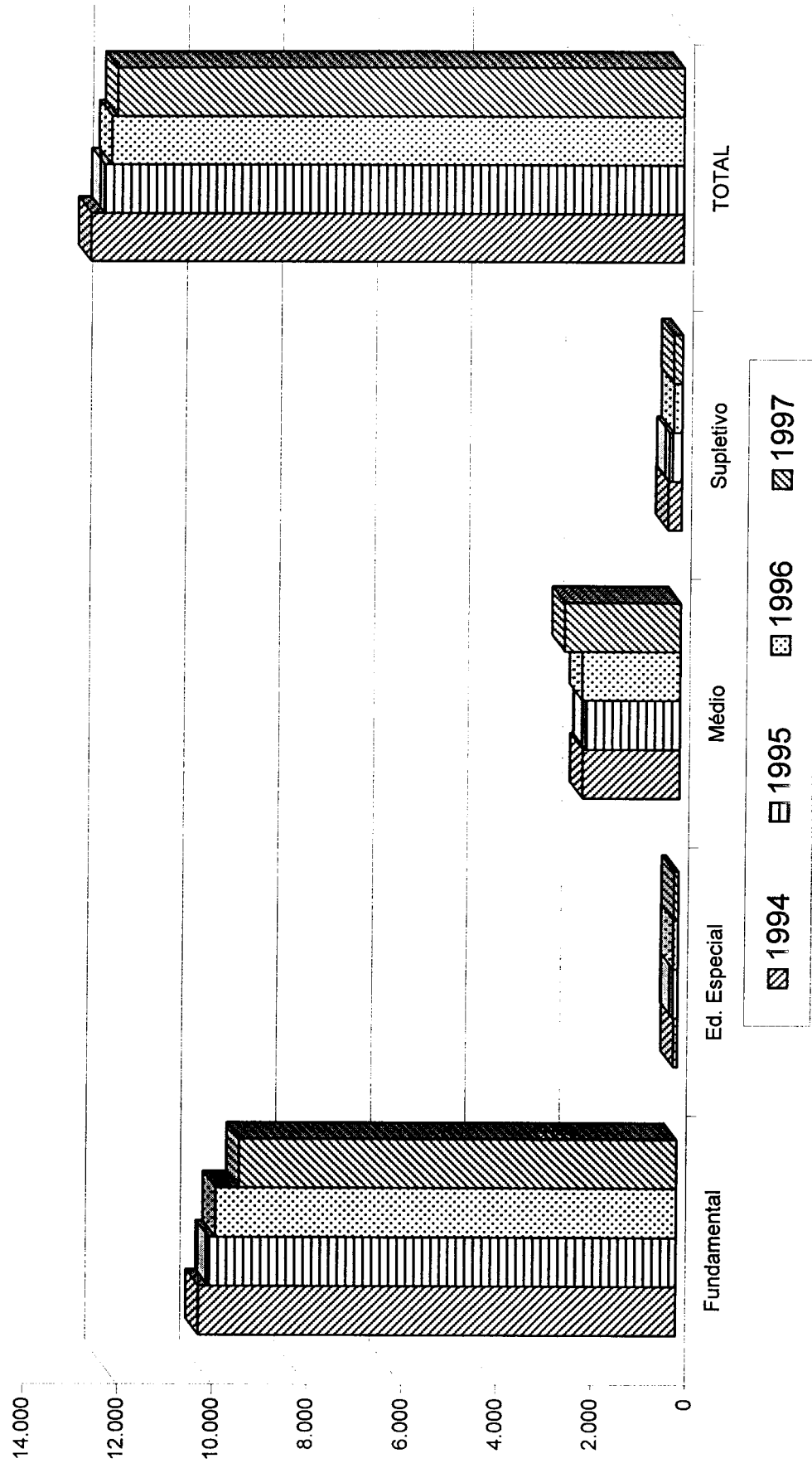
A Tabela 22 desagrega por nível de ensino a evolução das matrículas da dependência administrativa estadual. Nessa instância, o nível de ensino fundamental é o que apresenta o maior número de matrículas, porém, registra uma tendência continuamente decrescente, pois das 10.086 matrículas em 1994 reduziu-se para 9.234 em 1997, ano de maior redução em que foram fechadas quase 500 matrículas. O segmento da 1ª à 4ª séries foi o que deu o tom para esse desempenho negativo, enquanto o segmento da 5ª à 8ª séries manteve-se praticamente estável. A educação especial atingiu 100 matrículas em 1995, mas perdeu algumas vagas nos anos seguintes.

Tabela 22 - Cubatão – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	10.086	81%	9.874	81%	9.731	81%	9.234	77%
1ª à 4ª	5.534	44%	5.270	43%	5.122	42%	4.707	39%
5ª à 8ª	4.552	36%	4.604	38%	4.609	38%	4.527	38%
Ed. Especial	83	1%	100	1%	99	1%	94	1%
Médio	2.047	16%	1.987	16%	2.063	17%	2.433	20%
Supletivo Fund.	280	2%	263	2%	174	1%	185	2%
TOTAL	12.496	100%	12.224	100%	12.067	100%	11.946	100%

Fontes: SEE. ETIE. CIE

**Gráfico 22 - Cubatão - Dependência Administrativa Estadual
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



O ensino médio, por seu lado, aumentou o número de matrículas significativamente no último ano, passando de 2.063 em 1996 para 2.433 em 1997, crescendo 18%. Como vínhamos notando no exame dos outros municípios da amostra no comportamento em todo o Estado, o ensino médio vai confirmando uma tendência de crescimento acentuado, principalmente em 1997.

O ensino supletivo, por fim, diminui matrículas anualmente até 1997, quando recupera um pequeno número delas. Mesmo assim, a perda de matrículas significou uma variação negativa de 34%. Portanto, também o ensino supletivo estadual repete o comportamento demonstrado pela soma da rede no Estado, ainda que em menor proporção.

No gráfico 22, pode-se notar que o desempenho do total das matrículas da rede estadual, tendencialmente decrescente, é tencionado para baixo principalmente pelo decréscimo das matrículas do ensino fundamental. Até 1996, o ensino supletivo também contribui nessa tendência. Em 1997, o significativo crescimento do ensino médio e uma leve recuperação do ensino supletivo compensam a maior redução do ensino fundamental, ao mesmo tempo que reduzem o ritmo de queda da curva da soma total das matrículas.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

O comportamento da evolução das matrículas dos níveis de ensino mantidos pela rede municipal parece expressar poucas e sutis alterações. Na Tabela 23 e no Gráfico 23, poderemos confirmar esta afirmação.

Em sentido contrário ao comportamento apresentado pela rede estadual, as matrículas do ensino fundamental da rede municipal foi sempre crescente em todo o período analisado. Mostrou-se mais acentuado de 1994 para 1995, crescendo de 10.085 para 10.530, depois manteve um ligeiro crescimento até atingir cerca de 10.700 matrículas em 1997. Este crescimento foi conduzido pelo acréscimo de matrículas em maior número no seguimento da 5ª à 8ª séries, já que o segmento anterior foi decrescente como na esfera estadual.

Na educação infantil, que soma matrículas de creche e pré-escola, há um crescimento mais visível em 1997, quando passa da faixa das 5.400 para 5.600

matrículas. Tal crescimento foi puxado pelo aumento de vagas na pré-escola, enquanto na creche as matrículas oscilaram de ano para ano sem apresentar qualquer tendência mais clara.

A educação especial teve reduzido seu número de matrículas de 1994 até 1996, no ano seguinte experimenta leve recuperação, mas não alcança o número de 1994.

Tabela 23 - Cubatão – Dependência Administrativa Municipal
Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

Meses de referência: fevereiro e agosto

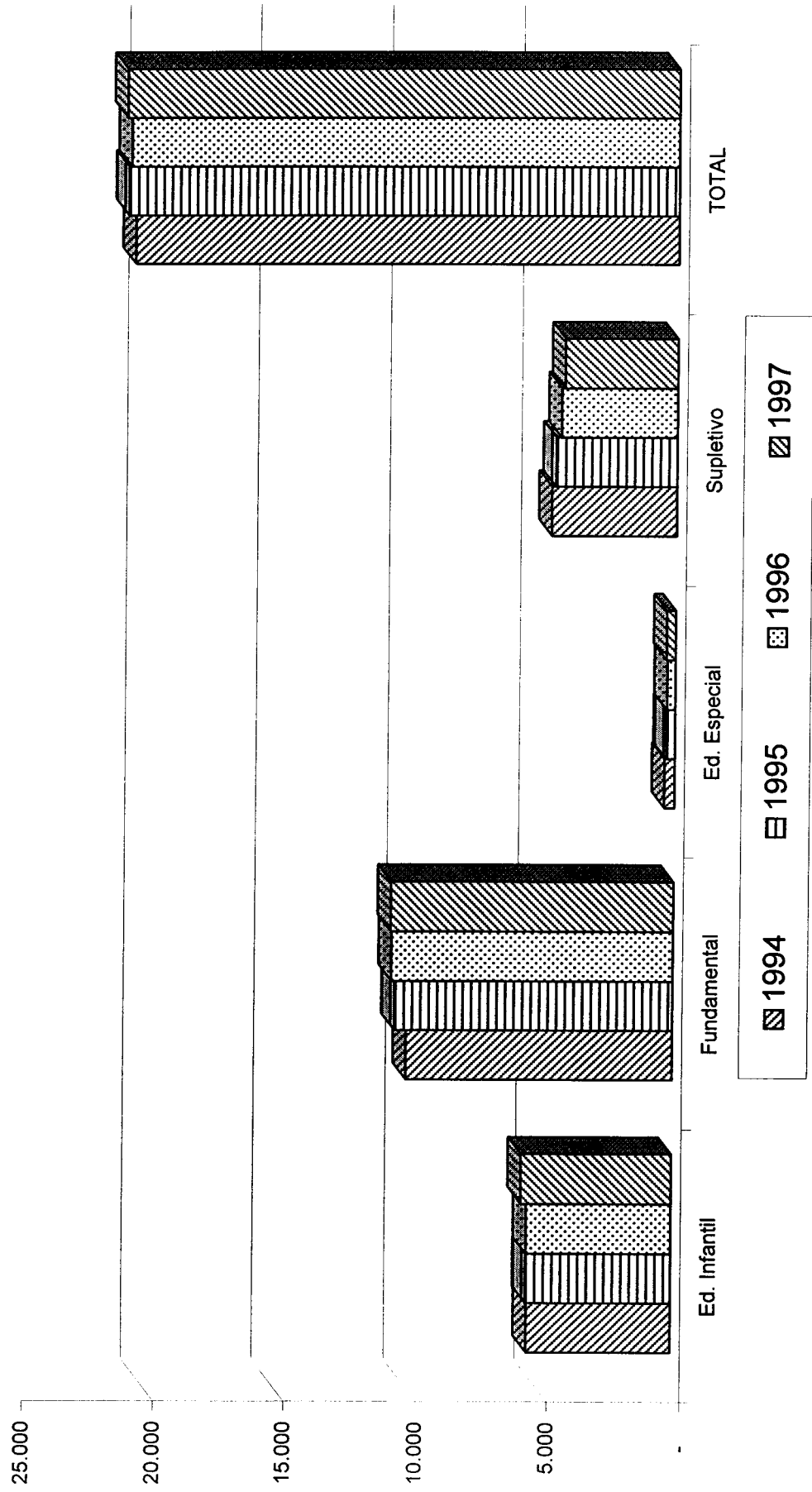
NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	5424	26%	5461	26%	5444	26%	5659	27%
Creche	825	4%	790	4%	829	4%	776	4%
Pré-Escola	4599	22%	4671	22%	4615	22%	4883	23%
Fundamental	10085	49%	10530	50%	10655	51%	10698	51%
1ª à 4ª	6407	31%	6344	30%	6267	30%	6277	30%
5ª à 8ª	3678	18%	4186	20%	4388	21%	4421	21%
Ed. Especial	381	2%	324	2%	306	1%	335	2%
Supletivo	4690	23%	4541	22%	4349	21%	4224	20%
Supletivo Fund. 1 S.	1522	7%	1479	7%	1502	7%	1370	7%
Suplência I	491	2%	525	2%	529	2%	469	2%
Suplência II	1031	5%	954	5%	973	5%	901	4%
Supletivo Médio 1S.	933	4%	945	5%	901	4%	826	4%
Supletivo Fund. 2 S.	1529	7%	1363	6%	1304	6%	1302	6%
Suplência I	556	2%	485	2%	483	2%	458	2%
Suplência II	973	5%	878	4%	821	4%	844	4%
Supletivo Médio 2S.	706	3%	754	4%	642	3%	726	4%
TOTAL	20580	100%	20856	100%	20754	100%	20916	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Cubatão. Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Setor de Ensino Regular e Setor de Ensino Supletivo

Documentos consultados: Quadros Demonstrativos de Classes e Alunos

O ensino supletivo, que oferece atendimento equivalente aos níveis fundamental e médio, contabilizou uma redução em torno de 10% no período. Das quase 4.700 vagas, terminou o período com pouco mais de 4.200. Tal redução é sentida em todas as modalidades, mais nas equivalentes ao ensino fundamental do que nas do ensino médio.

**Gráfico 23 - Cubatão - Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



De outra forma, é possível ver o comportamento bastante estável da rede de ensino municipal de Cubatão. As alterações existentes são um pouco mais evidenciadas, em particular entre o ensino fundamental e o ensino supletivo. O aumento das matrículas do ensino fundamental ocorre em lugar do espaço vago deixado pela redução das do ensino supletivo. Com a atenção voltada para os números relativos, podemos notar que, no período, o ensino fundamental avançou de 49% para 51% e o ensino supletivo recuou de 23% para 20%. Pode-se dizer então que o que um ganhou o outro perdeu.

Podemos constatar a afirmação feita no início do exame das matrículas do atendimento educacional da rede municipal no Gráfico 23. Há poucas e sutis variações no comportamento das matrículas: a barra da soma total das matrículas oscila no período, a do ensino fundamental cresce a cada ano com menor velocidade, a da educação infantil cresce, mas em anos alternados, e a do ensino supletivo é ligeiramente decrescente em todo o período.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

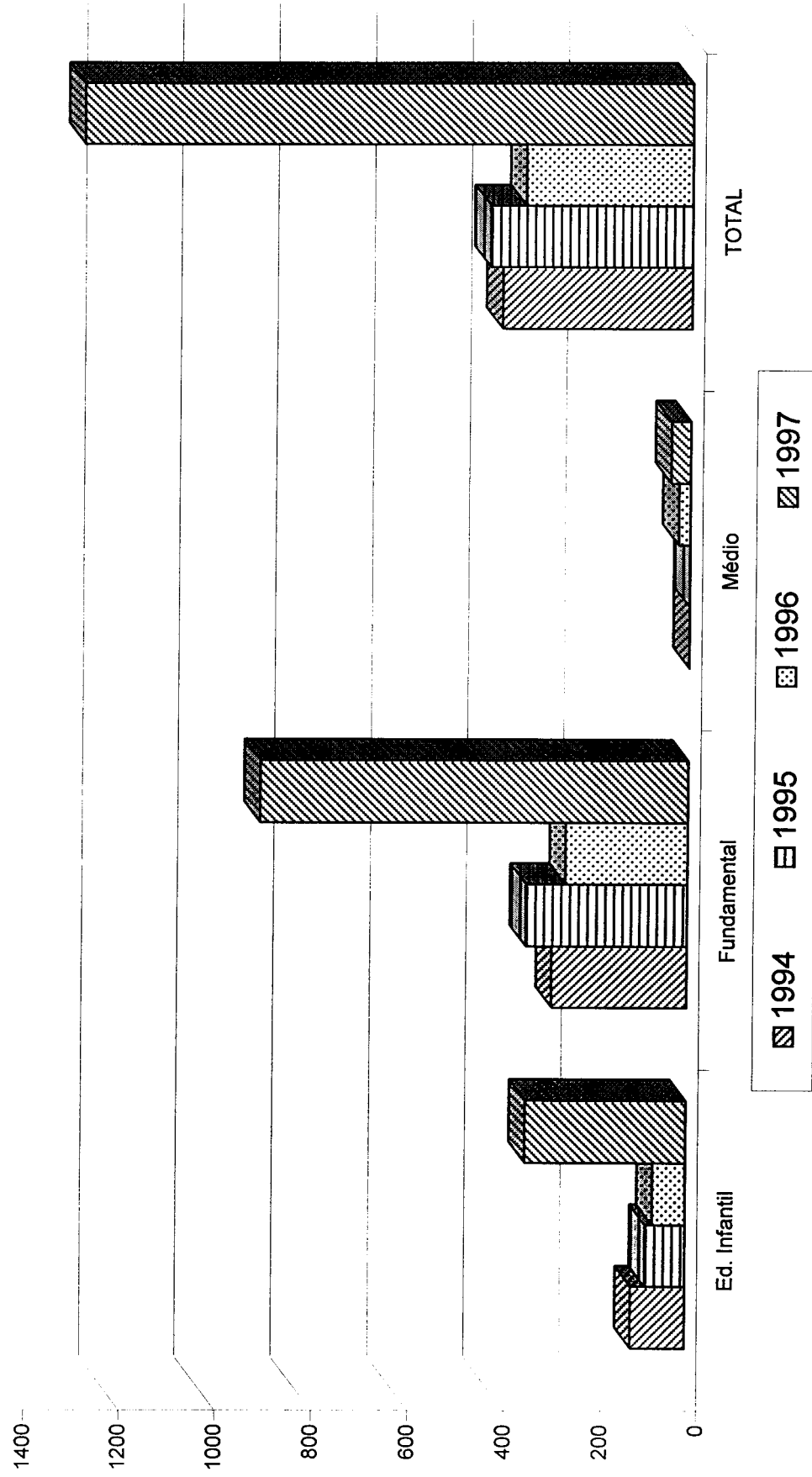
Conforme a Tabela 24, as matrículas na rede particular têm um comportamento muito instável.

Tabela 24 - Cubatão – Dependência Administrativa Particular
Matrícula inicial em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	113	29%	83	20%	68	20%	334	21%
Pré-Escola	113	29%	83	20%	68	20%	334	21%
Fundamental	280	71%	335	80%	253	73%	887	55%
1ª à 4ª	168	43%	206	49%	154	45%	473	30%
5ª à 8ª	112	28%	129	32%	99	29%	414	26%
Médio	0	0%	0	0%	24	7%	40	3%
TOTAL	393	100%	418	100%	345	100%	1261	100%

Fontes: SEE. ETIE. CIE

**Gráfico 24 - Cubatão - Dependência Administrativa Particular
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



O fato digno de nota é o expressivo aumento do total das matrículas em 1997, sentido em todos os níveis e modalidades de ensino. É possível que algum estabelecimento de ensino tenha entrado em funcionamento nesse ano, o que explicaria o aumento. De qualquer forma, na somatória total a rede particular em Cubatão é muito pequena, quase irrisória, diante da rede pública, mesmo com o acréscimo observado. Comparando o primeiro com o último ano, tem-se os seguintes índices de crescimento: 196% na educação infantil, 217% no ensino fundamental e no caso do ensino médio 67% de 1997 em relação a 1996. O que marca o comportamento das matrículas no âmbito particular é a sua irregularidade ano a ano. Essa irregularidade, bem como a expansão das matrículas aparece ilustrada no Gráfico 24. O crescimento total é conduzido principalmente pelo crescimento nas matrículas do ensino fundamental.

Conclusão

De modo geral, houve bastante estabilidade na evolução das matrículas no período examinado em Cubatão. Para uma expansão de apenas 2% das matrículas, há que se destacar a redução contínua da oferta na rede estadual em contrapartida aos crescimentos na rede particular, e em menor grau, na rede municipal. O avanço da rede particular no último ano foi sutil e posicionou-a abaixo dos 4% de toda a oferta de ensino no município. Proporcionalmente, a rede municipal permaneceu a mais importante.

Quanto aos níveis de ensino na leitura mais desagregada, cabe destacar a redução da oferta do ensino fundamental, especialmente no segmento da 1ª à 4ª séries, tanto na rede estadual quanto na municipal. O ensino supletivo também reduziu matrículas, comportamento repetido pela rede estadual, mas que foi muito mais expressivo na rede municipal, uma vez que essa rede detém a maior oferta local. Finalmente, a educação infantil mantida pela rede municipal expandiu matrículas na modalidade da pré-escola e mostrou-se instável e oscilante na modalidade creche.

Município de Diadema

Caracterização do município

Localizado na região da Grande São Paulo, Diadema possuía uma população de 323.116 habitantes (IBGE, 1996. *Contagem da população*). A qualificação de Diadema aparece com os seguintes indicadores: uma boa oferta de ensino supletivo; uma cobertura para a educação infantil na pré-escola de 76% das crianças do município na faixa etária de 4 a 6 anos; não dispunha de ensino fundamental municipal na composição de seu perfil educacional; na simulação do Fundef teria retida cerca de 44% da sua receita de impostos destinada ao ensino.

A evolução geral das matrículas

O quadro da evolução da soma total das matrículas oferecidas em Diadema pelas três dependências administrativas de ensino pode ser visualizado na Tabela 25 abaixo.

Tabela 25 - Diadema
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa –
1994 - 1997

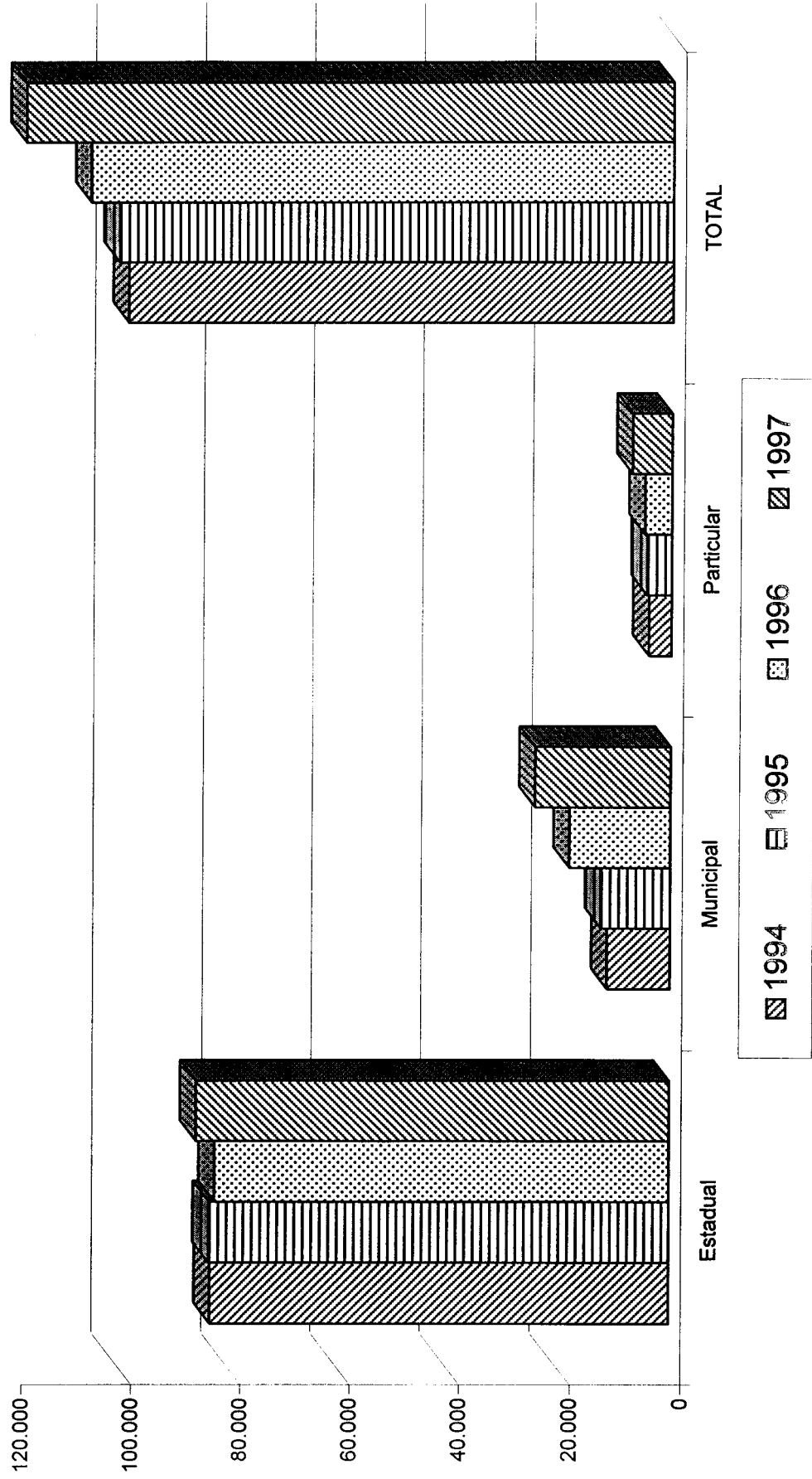
DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação % 1997/1994
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Estadual	83.491	84%	83.692	83%	82.686	78%	86.072	73%	3%
Municipal	11.369	12%	12.528	13%	18.213	17%	24.440	21%	115%
Particular	4.078	4%	4.439	4%	4.864	5%	7.121	6%	75%
TOTAL	98.938	100%	100.659	100%	105.763	100%	117.633	100%	19%

Fonte: SEE, ETIE, CIE

No cômputo geral, houve aumento significativo na oferta do ensino, por volta de 19%, com contribuição em proporções diferentes das três redes. No período, o crescimento atingiu quase 20.000 vagas. A maior parte das matrículas é mantida pela rede estadual que, não obstante a redução ocorrida em 1996, aumentou a oferta de quase 83.500 matrículas em 1994 para algo em torno de 86.000 em 1997.

A rede municipal, por sua vez, foi a que mais cresceu no período, especialmente nos dois últimos anos, acumulando 115% de crescimento. Com 12.500 matrículas em 1995 passou a abarcar mais de 18.200 em 1996, saltando depois em 1997 para 24.440.

Gráfico 25 - Diadema
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



A rede particular, embora com menor expressão no número de matrículas, também apresentou um desempenho importante, crescendo 75% no período. O marco mais significativo ocorreu em 1997, quando, de pouco mais de 4.800 vagas, passou a oferecer mais de 7.100.

O crescimento em maior velocidade das matrículas da rede municipal implicou também um aumento de sua participação relativa na oferta do ensino. O menor ritmo de crescimento da rede particular, ainda assim maior que o da rede estadual, também lhe possibilitou que aumentasse um pouco sua participação.

A rede estadual, que até 1995 se mantinha acima dos 80%, diante do maior ritmo de crescimento das outras redes, teve sua participação reduzida para 73% em 1997. A rede municipal quase dobrou sua proporção no período, de 12% passou para 21%. A rede particular cresceu apenas dois pontos percentuais, passando de 4% para 6%.

No Gráfico 25, pode ser visualizado o desempenho da evolução das matrículas de cada rede diante da evolução da soma total. Os degraus cada vez mais altos foram influenciados, principalmente pela evolução das matrículas na rede municipal a partir de 1995. Cada elevação também foi tencionada em menor escala com os pequenos crescimentos nas matrículas das redes estadual e particular em 1997.

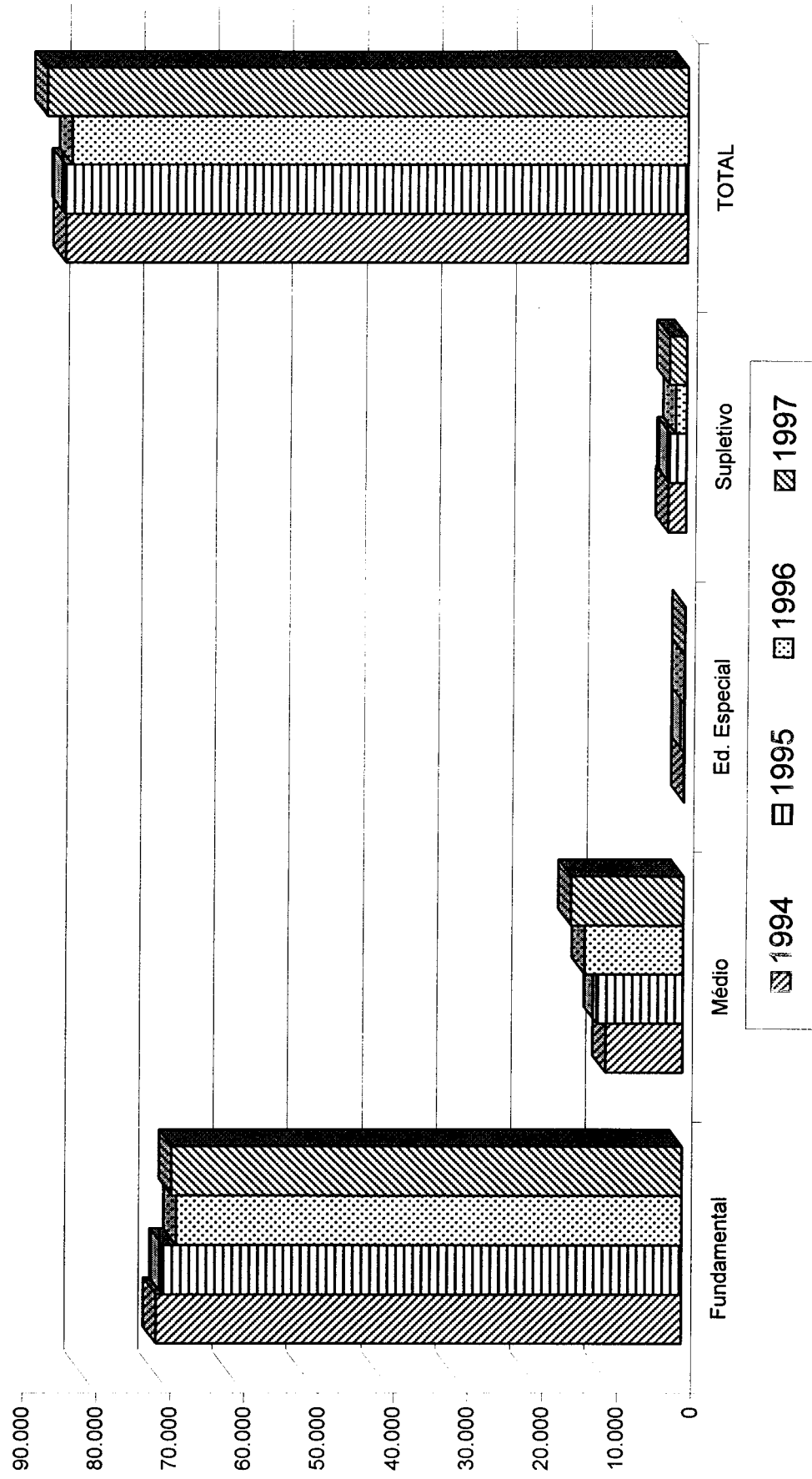
A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

Tabela 26 - Diadema – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Fundamental	70.635	85%	69.785	83%	67.938	82%	68.601	80%
1ª à 4ª	37.764	45%	36.447	43%	35.089	42%	34.307	40%
5ª à 8ª	32.871	39%	33.338	40%	32.849	40%	34.294	40%
Médio	10.417	12%	11.601	14%	13.233	16%	15.105	17%
Ed. Especial	62	0%	62	0%	60	0%	58	0%
Supletivo	2.377	3%	2.244	3%	1.455	2%	2.308	3%
Suplência II (Fund.)	1.651	2%	1.684	2%	1.255	2%	1.839	2%
Supletivo Médio	726	1%	560	1%	200	0%	469	1%
TOTAL	83.491	100%	83.692	100%	82.686	100%	86.072	100%

Fonte: SEE, ETIE, CIE

**Gráfico 26 - Diadema - Dependência Administrativa Estadual
Matriculas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



A evolução das matrículas nos diferentes níveis de ensino da dependência administrativa estadual teve as alterações mais evidenciadas em 1996 (Tabela 26). Merece referência a tendência decrescente apresentada pela evolução das matrículas do ensino fundamental, concentradas nas suas primeiras quatro séries. Contando todo o período, houve redução de mais de 2.000 matrículas. No outro sentido, caminhou o ensino médio, com crescimento expressivo nas matrículas em 1996 e 1997. Com mais de 10.000 matrículas em 1994, esse nível de ensino passou a manter mais de 15.000 em 1997.

O ensino supletivo, em 1996, teve reduzidos em quase 1.000 o número de matrículas atendidos em 1994. Mas, conseguiu recuperar essa marca em 1997.

O comportamento desses três níveis de ensino da rede estadual, de resto, segue o mesmo registrado na evolução das matrículas em todo o Estado.

O ensino fundamental e ensino médio são praticamente complementares. O primeiro vem perdendo espaço relativo para o segundo. De quase 85% em 1994, o ensino fundamental recua para menos de 80% em 1997. No mesmo período, o ensino médio cresce cinco pontos percentuais, de 12% vai para 17%.

Com o Gráfico 26 é possível perceber que a ascensão no final da soma total das matrículas deve muito ao desempenho das matrículas do ensino médio, especialmente em 1997.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

O substantivo crescimento das matrículas na dependência administrativa municipal se deve, de um lado, ao contínuo crescimento da educação infantil na modalidade pré-escolar, que cresceu 44% no período passando a manter mais de 16.000 matrículas. De outro lado, em 1995, deu-se início ao atendimento em ensino supletivo nas suplências I e II correspondentes ao ensino fundamental, que teve um crescimento marcante em 1996 e 1997. Nesses anos, deu saltos sucessivos, passou de 13 para 3.553 e depois para 6.158 matrículas. A modalidade da suplência I ofereceu o maior número de vagas. Houve, em 1997, também o incremento de 1.700 matrículas de qualificação profissional.

Tabela 27 - Diadema – Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	11.260	99%	12.377	99%	14.434	79%	16.225	66%
Creche	*	*	*	*	*	*	*	*
Pré-Escola	11.260	99%	12.377	99%	14.434	79%	16.225	66%
Ed. Especial	109	1%	138	1%	227	1%	357	2%
Supletivo	0	0%	13	0%	3.553	20%	7.858	32%
Supletivo Fund.	0	0%	13	0%	3.553	20%	6.158	25%
Suplência I	0	0%	13	0%	*	*	4.908	20%
Suplência II	0	0%	0	0%	*	*	1.250	5%
Qualif. Profissional	0	0%	0	0%	0	0%	1.700	7%
TOTAL	11.369	100%	12.528	100%	18.213	100%	24.440	100%

Fonte: SEE, ETIE, CIE

*Informação não disponível

A educação especial merece menção pelo crescimento exponencial e contínuo apresentado, de 109 matrículas em 1994 pulou para mais de 350 em 1997.

O ritmo mais veloz de crescimento das matrículas do ensino supletivo possibilita que ele venha a ocupar uma maior proporção no atendimento educacional do município. Em 1996, as matrículas do ensino supletivo já representam 20% do total diante de 79% da educação infantil. Um ano depois, esses percentuais já haviam se alterado para 25% e 66%, respectivamente.

A evolução das matrículas (Gráfico 27), mostra uma tendência ascensional que configura o processo de expansão do atendimento. Com o início do ensino supletivo em 1995, somado ao crescimento da educação infantil, a evolução da soma das matrículas no município vai adquirindo uma altura mais acentuada. A educação especial não é tão evidente, mas já começa a se anunciar em 1995.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

A evolução das matrículas nos diferentes níveis de ensino da dependência administrativa particular (Tabela 26) contribuiu para a ampliação da oferta da rede, especialmente em 1997.

**Gráfico 27 - Diadema - Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**

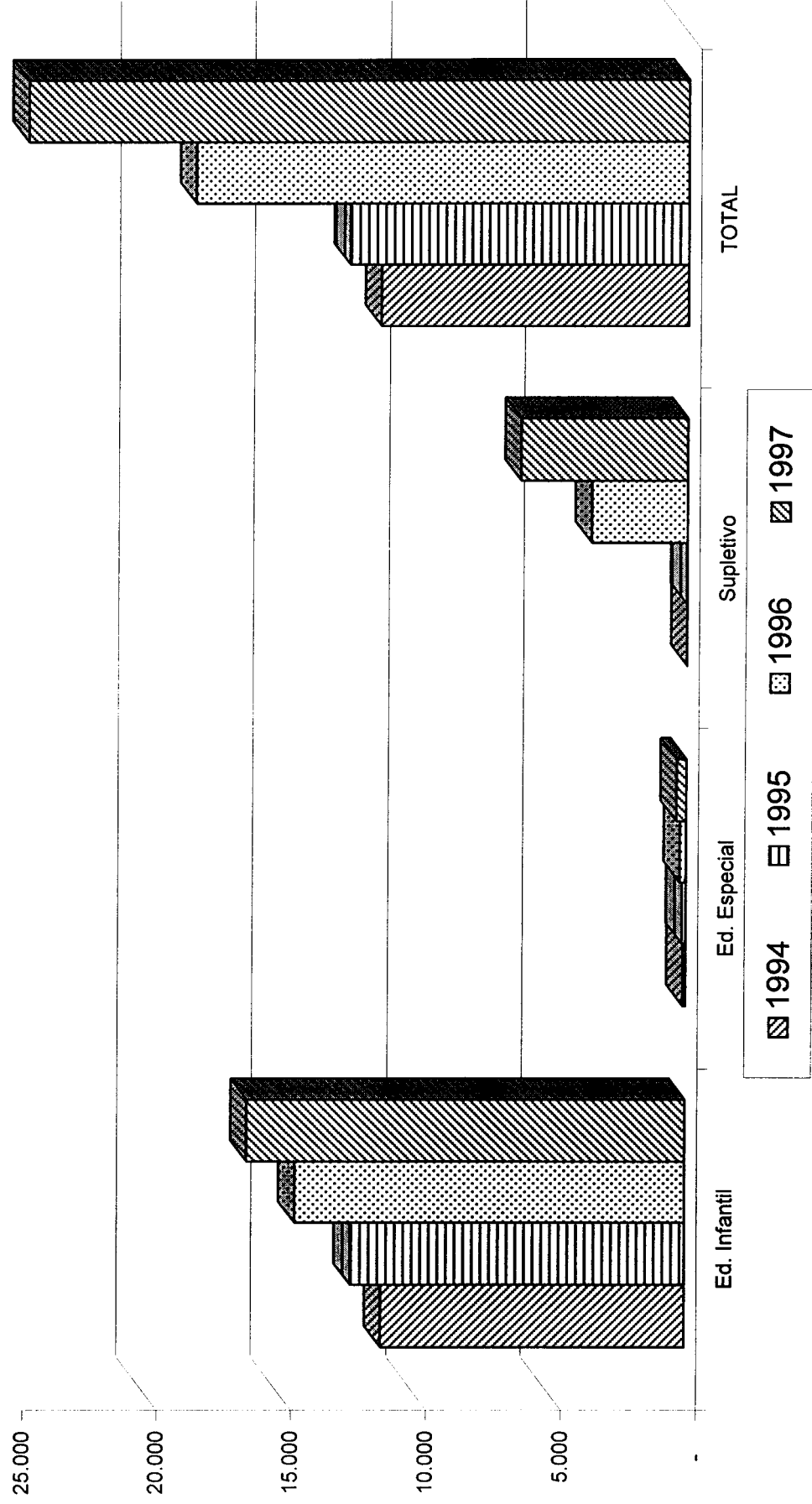


Tabela 28 - Diadema – Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Infantil	253	6%	407	9%	373	8%	628	9%
Pré-Escola	253	6%	407	9%	373	8%	628	9%
Fundamental	2.326	57%	2.605	58%	2.871	59%	3.357	47%
1ª à 4ª	1.321	32%	1.501	34%	1.599	33%	1.892	26%
5ª à 8ª	1.005	25%	1.104	25%	1.272	26%	1.465	21%
Médio	444	11%	515	12%	586	12%	666	9%
Ed. Especial	120	3%	120	3%	149	3%	196	3%
Supletivo	935	23%	792	18%	885	18%	1.553	22%
Supletivo Fund.	704	17%	691	16%	307	6%	1.165	16%
Suplência I	165	4%	*	*	*	*	210	3%
Suplência II	201	5%	*	*	*	*	955	13%
Supletivo Médio	231	6%	101	2%	578	12%	388	5%
QP	338	8%	*	*	*	*	721	10%
TOTAL	4.078	100%	4.439	100%	4.864	100%	7.121	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

* Dado não disponível

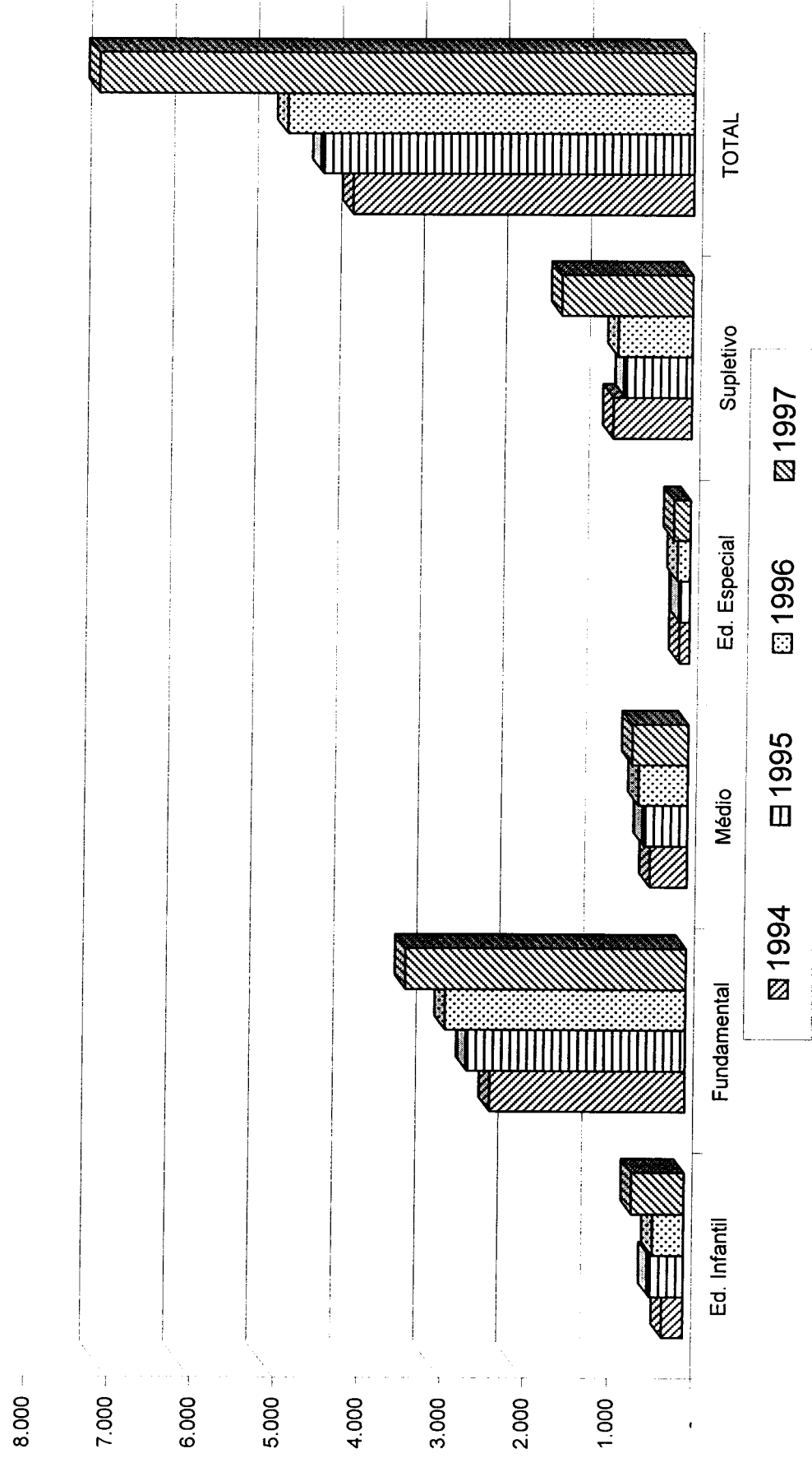
A educação infantil, com 628 matrículas em 1997, mais que dobrou o número do atendimento de 1994.

No ensino fundamental, o crescimento foi contínuo e também expressivo em 1997, quando acrescentou mais de 500 matrículas. Considerando que houve redução no atendimento do ensino fundamental na rede estadual e que não havia atendimento municipal, pode-se dizer que isso permitiu que a expansão tenha ocorrido por conta da privatização.

O ensino médio da rede particular também estampou uma tendência de contínuo crescimento, aumentando em exatamente 50% o número de matrículas de 1994. A educação especial seguiu a mesma tendência, mas a partir de 1996.

O ensino supletivo, como de costume, sustentou uma evolução muito irregular refletida nas suas modalidades. À redução ocorrida em 1995 e 1996, seguiu-se um importante crescimento na oferta de mais de 600 matrículas sobre o número de 1997.

Gráfico 28 - Diadema - Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997



É preciso verificar, mas é possível que a expansão da oferta do ensino supletivo esteja contabilizando o atendimento oferecido por entidades populares de alfabetização de adultos em Diadema.

Quanto à importância relativa dos níveis de ensino, percebe-se que o crescimento mais veloz do ensino supletivo em relação aos outros níveis em 1997 altera a posição relativa de todos, mas afeta principalmente a do ensino fundamental. Até 1996, o ensino fundamental chega a representar quase 60% de todas as matrículas, enquanto o supletivo permaneceu em torno dos 20%, o ensino médio chegou a 12% e a educação infantil oscilou entre 6% e 9%. Em 1997, algumas proporções foram bastante alteradas para 47%, 38%, 9% e 9%, respectivamente. A educação especial pouco se alterou, mantendo-se na casa dos 3%.

No Gráfico 28, nota-se que o aumento das matrículas do ensino fundamental e do ensino médio são as maiores responsáveis pelo crescimento do conjunto das matrículas da rede particular até 1996. Depois, com o incremento de matrículas no ensino supletivo, a elevação da soma total das matrículas fica mais acentuada.

Conclusão

Há que se destacar no universo de matrículas da educação básica no município de Diadema, primeiro, a expansão da cobertura do ensino como um todo. Tal cobertura teve a maior contribuição com a ampliação da oferta da rede municipal, que aumentou substancialmente o número de matrículas da educação infantil, do ensino supletivo e, em menor escala, da educação especial.

Na rede estadual, a redução das matrículas no ensino fundamental cedeu espaço, em pequeno grau, ao crescimento de matrículas deste nível de ensino na rede particular em 1997.

Destaque especial deve ser feito ao ensino supletivo em Diadema por conta da importância do atendimento oferecido pelo conjunto das três redes, cujo número de matrículas tem se mantido ou até crescido nos últimos anos.

Município de São Paulo

Caracterização do município

O município de São Paulo soma uma população que alcançou, segundo o IBGE, 9.839.426 habitantes em 1996. O município figurou na amostra em primeiro lugar basicamente pelas grandes proporções que a sua rede de ensino ocupa na composição da dependência administrativa municipal em todo o Estado. Já tivemos oportunidade de assinalar no início deste relatório aspectos dessa dimensão. Mesmo assim, o município permaneceu no recorte final da amostra, onde apresentou indicadores interessantes para a pesquisa, quais sejam: razoável atendimento ao ensino supletivo em várias modalidades; a cobertura de pré-escola (educação infantil) na faixa etária de 4 a 6 anos da sua população chegava em 1996 a 39%; o ensino fundamental da rede municipal alcançava 34% (516.202 matrículas) de todo o atendimento realizado no município; não participava do programa de parceria com a rede estadual de ensino; na simulação do Fundef, devido à quantidade de matrículas já sob sua responsabilidade, seria um dos poucos municípios a receber receita imediatamente sem qualquer esforço no incremento de matrículas.

A evolução geral das matrículas

Já foi ressaltado várias vezes o tamanho da rede própria de ensino do município de São Paulo no conjunto do atendimento educacional do Estado. Nas tabelas e gráficos exibidos na seqüência, essas marcas poderão ser constatadas com pormenores.

A Tabela 29 dispõe a quantidade de matrículas do conjunto do atendimento educacional no município segundo a responsabilidade de cada dependência administrativa. A evolução da soma total das matrículas mostra uma pequena expansão de 2% na oferta, muito embora não se possa afirmar uma tendência nesse sentido devido à grande oscilação anual. Em comparação ao conjunto do Estado, a soma das matrículas nas redes de ensino só no município de São Paulo significa algo em torno de 28% da oferta de todo o ensino básico (vide Tabela 1 no início do texto).

Tabela 29 – Município de São Paulo
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa
1994 - 1997

DEP ADM	1994		1995		1996		1997		variação %
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	1997/1994
Estadual	1.479.829	53%	1.475.749	52%	1.399.087	51%	1.393.478	49%	-6%
Municipal	789.228	28%	773.808	28%	787.824	29%	859.398	30%	11%
Particular	485.839	18%	544.186	19%	515.876	19%	558.694	20%	15%
Federal	*	*	*	*	*	*	3.296	0%	0%
Universitária	19.301	1%	19.798	1%	17.897	1%	17.599	1%	-9%
TOTAL	2.774.197	100%	2.813.541	100%	2.720.684	100%	2.832.465	100%	2%

Fonte: SEE, ETIE, CIE

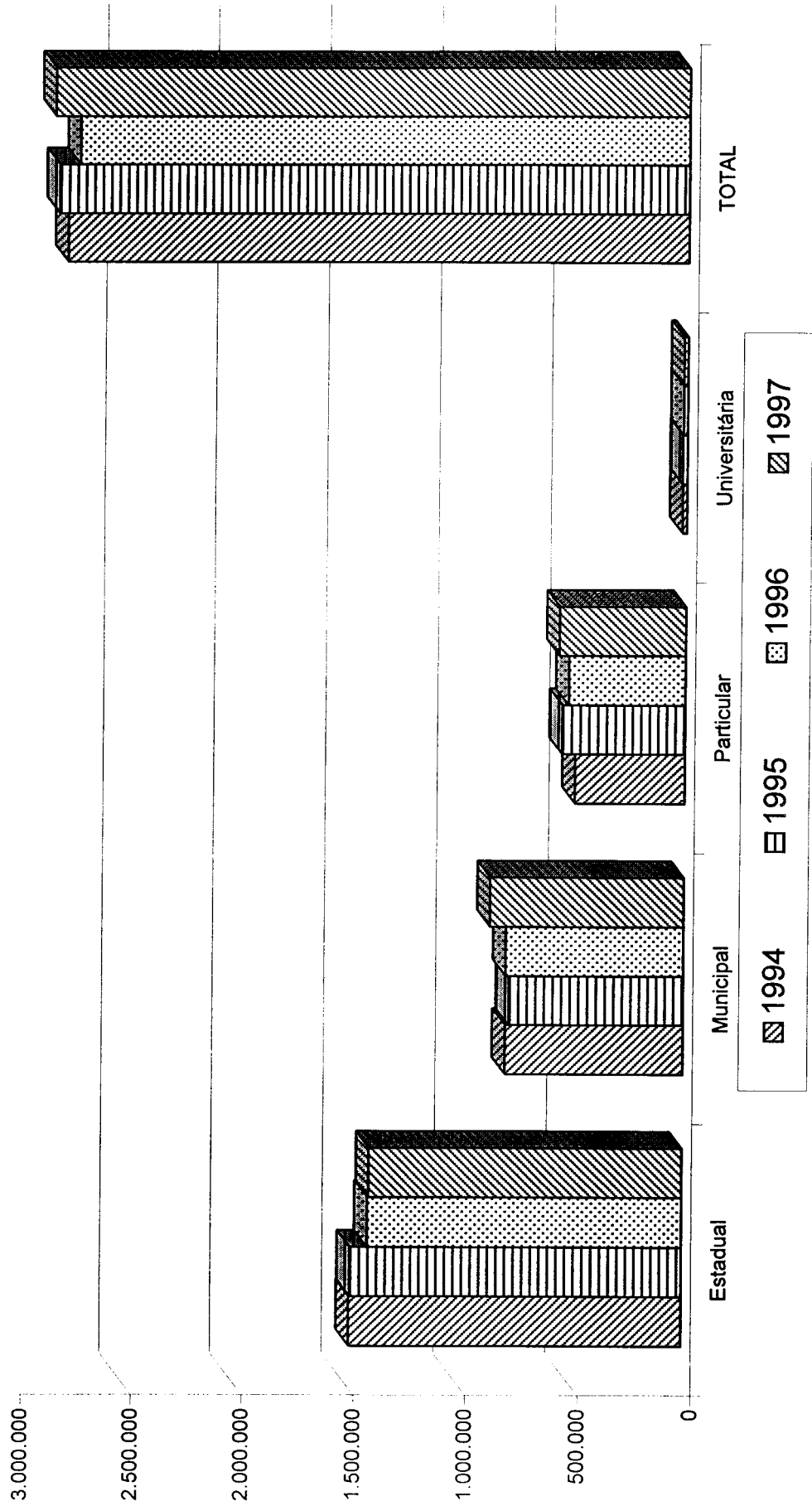
*Informação não disponível

Na composição do conjunto das matrículas, a rede estadual não foge ao seu comportamento no âmbito do Estado. Seu desempenho mostra redução no número de matrículas, consolidando uma tendência contínua decrescente num índice de 6% no período. A mesma tendência acomete a soma das matrículas sob responsabilidade da competência administrativa universitária, que não é senão o atendimento das universidades e colégios técnicos estaduais no ensino fundamental e médio atuando no município. As duas juntas, dependência administrativa estadual e universitária, deixaram de oferecer mais de 88.000 matrículas¹. Esse decréscimo foi compensado, ainda que irregularmente, pelo aumento da oferta de matrículas das redes municipal e particular.

A rede municipal, embora tenha crescido 11% no período, mostra a tendência crescente só a partir de 1995. De 1994 para 1995 deixou de atender mais de 15.000 das pouco mais de 789.000 matrículas de 1994 e superou essa marca somente em 1997, quando chegou a 859.400 matrículas. A rede particular, por último, ampliou-se 15%, de 485.000 matrículas em 1994 chegou a 558.000 em 1997.

¹ A soma da rede estadual de ensino atuando no município de São Paulo correspondia, em 1997, a 22% da soma das matrículas do seu atendimento em todo o Estado. No mesmo âmbito, a soma da rede municipal de ensino paulistana, por sua vez, representava quase 37% da soma da dependência administrativa municipal e a rede particular em torno de 40%.

Gráfico 29 - Município de São Paulo
Matrículas iniciais em educação básica, por dependência administrativa - 1994 - 1997



O constante decréscimo da participação relativa da rede estadual a colocou abaixo da linha dos 50% em 1997, enquanto a redes municipal e particular cresceram em importância. A primeira, de 28%, passa a ocupar pouco mais de 30% e a segunda, de 17%, passa para 20%. Em outras palavras, a redução da rede estadual no período atingiu quatro pontos percentuais, enquanto a rede municipal e a rede particular cresceram cada uma cerca de dois pontos percentuais. Ainda assim, a rede estadual permaneceu ocupando quase metade da oferta de matrículas.

O Gráfico 29 mostra as tendências na evolução da soma das matrículas. Para um comportamento irregular na soma geral que, não obstante tenha crescido em 1997, a rede estadual contribui negativamente, como aponta a retração nos dois último anos. As redes municipal e particular, entre 1994 e 1996, em diferentes anos, também contribuíram irregularmente. Somente em 1997 essas duas redes, ao expandirem sua oferta, ajudaram a inverter a tendência geral. A rede universitária pesa muito pouco no cômputo total.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Estadual

Naquela tendência declinante na soma das matrículas da dependência administrativa estadual, os diferentes níveis de ensino tiveram diferentes desempenhos (Tabela 30).

Como se pode ver, com exceção do ensino médio, todos os demais níveis e modalidades tiveram matrículas progressivamente diminuídas no período. As matrículas de educação infantil ainda remanescentes da rede estadual foram definitivamente fechadas em 1997.

O ensino fundamental teve matrículas decrescentes ano a ano, tendência que se consolidou nos dois segmentos, com maior efeito nas primeiras quatro séries. Quase 123.000 vagas foram fechadas no período, sendo mais de 94.000 só de 1ª à 4ª séries. A educação especial, se considerarmos apenas o primeiro e o último anos, perdeu ao todo mais de 400 vagas, das 5.550 de 1994 permaneceram 5.143 em 1997.

Tabela 30 – Município de São Paulo – Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	684	0%	578	0%	488	0%	0	0%
Pré-Escola	684	0%	578	0%	488	0%	0	0%
Fundamental	1.088.074	74%	1.075.249	73%	1.010.733	72%	965.118	69%
1ª à 4ª	568.024	38%	557.266	38%	515.914	37%	473.731	34%
5ª à 8ª	520.050	35%	517.983	35%	494.819	35%	491.387	35%
Médio	351.941	24%	363.337	25%	364.749	26%	394.441	28%
Ed. Especial	5.554	0%	5.413	0%	4.791	0%	5.143	0%
Supletivo	33.576	2%	31.172	2%	18.326	1%	28.546	2%
Supletivo Fund.	27.015	2%	24.696	2%	14.683	1%	18.380	1%
Suplência I	8.298	1%	*	*	*	*	1.241	0%
Suplência II	18.717	1%	*	*	*	*	17.139	1%
Supletivo Médio	6.561	0%	6.476	0%	3.643	0%	10.141	1%
Qual. Prof.	*	*	*	*	*	*	255	0%
TOTAL	1.479.829	100%	1.475.749	100%	1.399.087	100%	1.393.478	100%

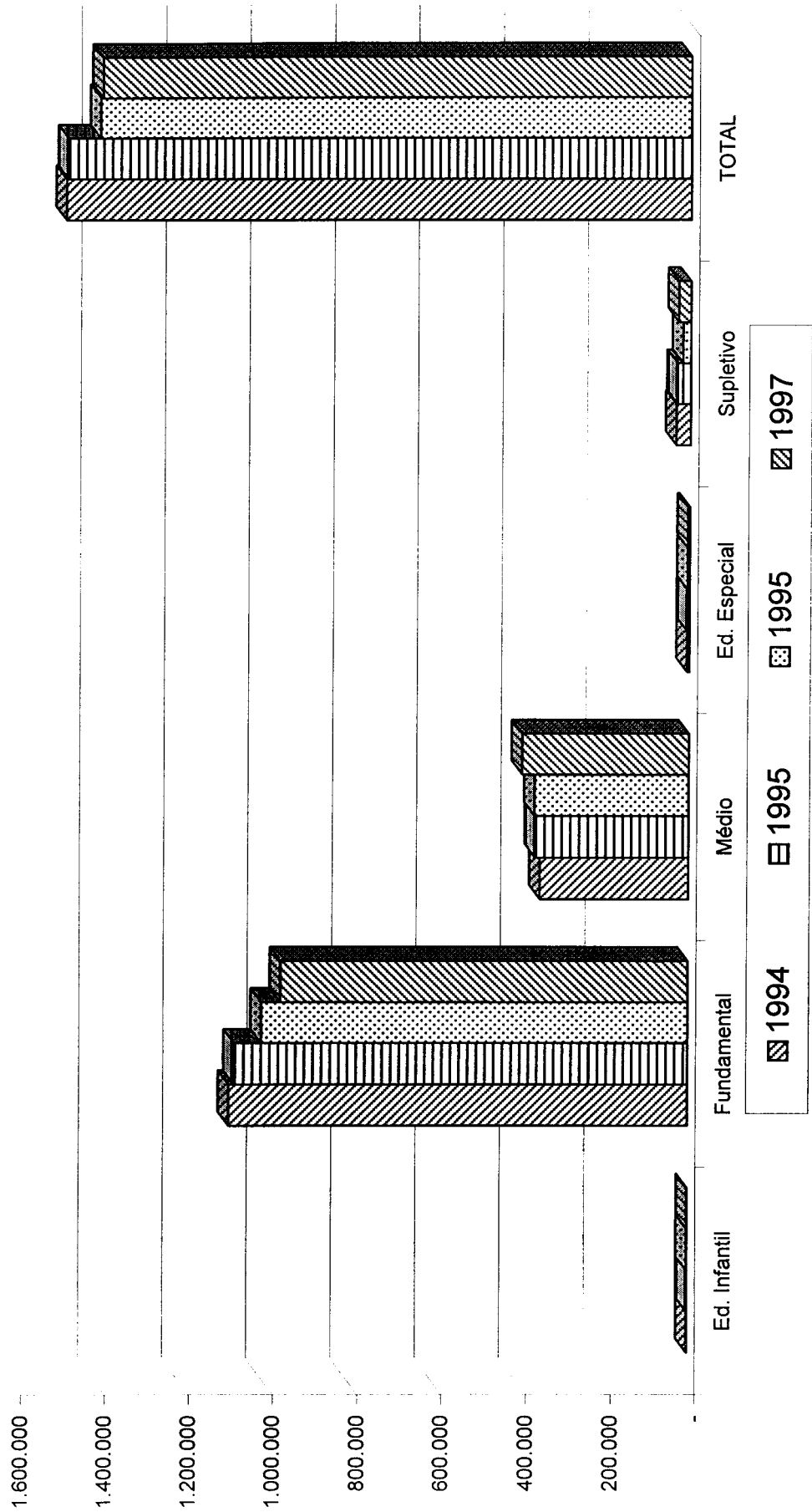
Fonte: SEE. ETIE. CIE

*Informação não disponível

O ensino supletivo, embora tenha pouca representação, foi bastante reduzido principalmente em 1996, quando fechou quase metade das matrículas de 1994. Ao final, manteve pouco mais de 28.500 das 33.500 de 1994, uma retração de 15%. Tal redução concentrou-se fortemente na suplência I do ensino fundamental (1ª à 4ª séries) que fechou mais de 7.000 matrículas das 8.300 mantidas em 1994. Houve alguma exceção no ensino supletivo de nível médio, mas só em 1997, em que salta para mais de 10.000 matrículas. O espaço perdido pela oferta de matrículas no ensino fundamental da rede estadual vai lentamente sendo ocupado pela oferta no ensino médio. Em 1997, o primeiro fica abaixo dos 70% enquanto o segundo se aproxima dos 30% na composição total das matrículas. O movimento dos outros níveis é pouco perceptível, com quase nenhuma variação proporcional no período.

No Gráfico 30, são evidenciados os desempenhos mais importantes na evolução geral descendente das matrículas da rede estadual. Ao peso declinante mais significativo do ensino fundamental se soma o do ensino supletivo. Em movimento contrário, o aumento das matrículas no ensino médio, principalmente no último ano, acaba por reduzir a velocidade de redução da oferta estadual.

**Gráfico 30 - Município de São Paulo - Dependência Administrativa Estadual
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Municipal

Como vimos gravado antes na Tabela 29 e como se verá com mais detalhes na Tabela 31, a dependência administrativa municipal só foi apresentar um crescimento importante de matrículas em 1997. Nos anos anteriores, manteve-se num patamar em torno das 780.000 matrículas.

Tabela 31 – Município de São Paulo – Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

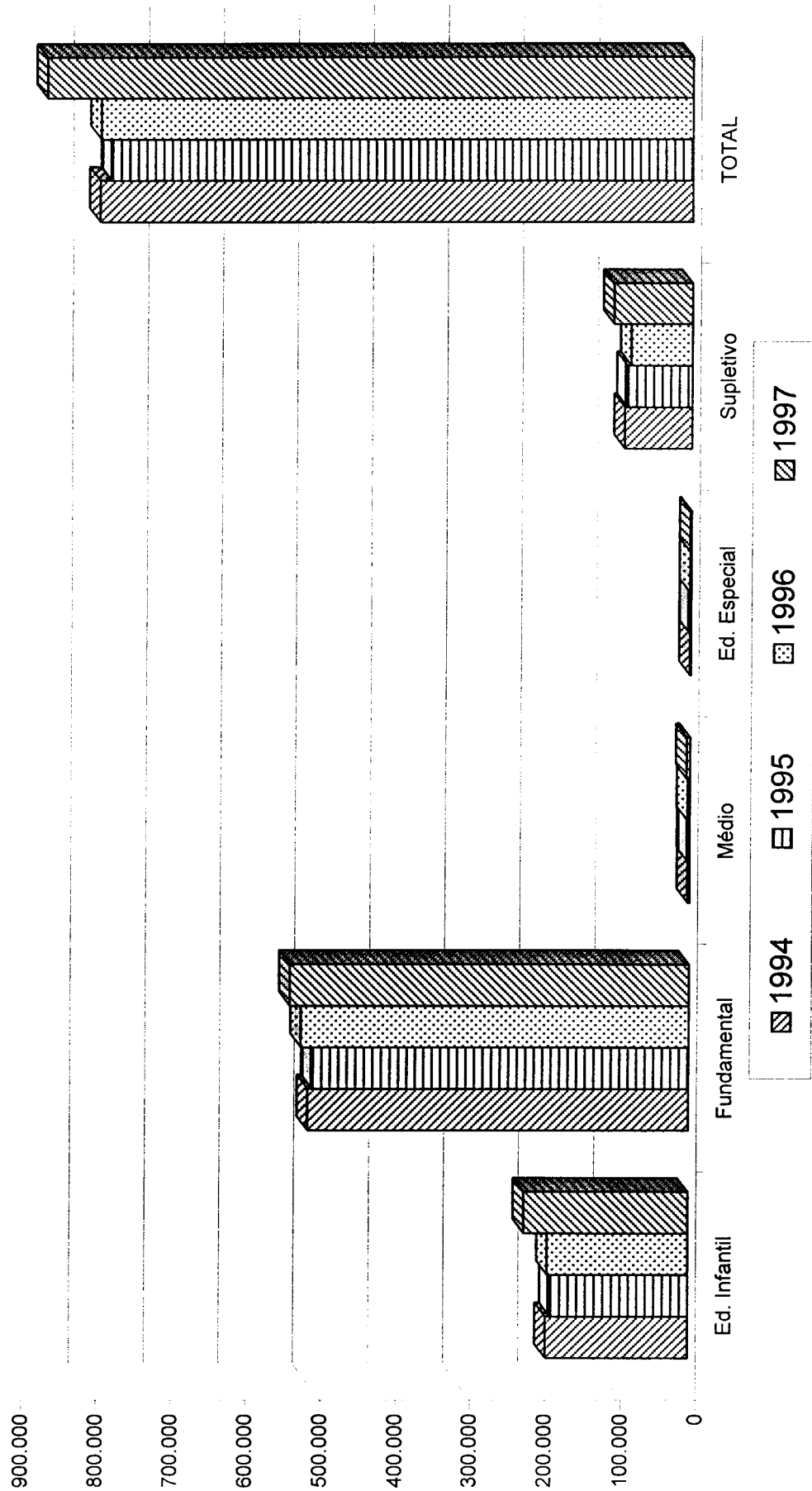
NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	188.826	24%	182.212	24%	186.205	24%	218.054	25%
Creche	*	*	*	*	*	*	*	*
Pré-Escola	188.826	24%	182.212	24%	186.205	24%	218.054	25%
Fundamental	507.070	64%	501.323	65%	516.202	66%	531.302	62%
1ª à 4ª	274.821	35%	270.402	35%	279.678	36%	289.603	34%
5ª à 8ª	232.249	29%	230.921	30%	236.524	30%	241.699	28%
Médio	2.494	0%	2.755	0%	3.037	0%	4.496	1%
Ed. Especial	1.239	0%	1.310	0%	1.397	0%	1.515	0%
Supletivo	89.599	11%	86.208	11%	80.983	10%	104.031	12%
Supletivo Fund.	89.491	11%	86.128	11%	80.912	10%	104.031	12%
Suplência I	32.432	4%	*	*	*	*	30.366	3%
Suplência II	57.059	7%	*	*	*	*	73.665	9%
Supletivo Médio	108	0%	80	0%	71	0%	0	0%
TOTAL	789.228	100%	773.808	100%	787.824	100%	859.398	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

*Informação não disponível

Do ponto de vista do comportamento individual de cada nível de ensino, cabe salientar, em primeiro plano, a evolução do ensino fundamental. Só ele soma mais de 500.000 matrículas do atendimento mantido pela rede municipal. Os números sugerem uma tendência de crescimento retomada em 1996, depois de um recuo de mais de 10% em 1995. Esse comportamento foi semelhante nos dois segmentos do ensino fundamental que, ao contrário da rede estadual, tiveram crescimento da oferta.

**Gráfico 31 - Município de São Paulo - Dependência Administrativa Municipal
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997**



O ensino médio e a educação especial mostraram uma oferta sempre crescente de matrículas. O primeiro cresceu substancialmente em 1997, quando passou a oferecer quase 50% a mais de matrículas que no ano anterior, ou seja, de mais de 3.000 matrículas em 1997 passou a ofertar um pouco menos que 4.500 matrículas.

Quanto à educação infantil, primeiro importa destacar a ausência de informações sobre o atendimento em creche, sabendo-se que a prefeitura de São Paulo mantém há décadas uma extensa rede de creches no âmbito dos órgãos da assistência social e não na educação. A pré-escola, por sua vez, comportou-se irregularmente porque, em 1995 e 1996, ofereceu um número de vagas menor que o de 1994 e, em 1997, ultrapassou aquela marca inicial, situando-se em torno das 218.000 matrículas.

O ensino supletivo, em que pese a ausência de dados nos anos intermediários para algumas das modalidades, conseguiu recuperar e até superar, em 1997, o patamar de matrículas atingido em 1994. Esse movimento pendular, exceto o último ano, segue aquele mesmo notado no início deste trabalho, no qual se verificou a redução geral das matrículas do ensino supletivo. A modalidade supletivo de ensino médio parece que teve fechadas definitivamente suas vagas em 1997. E mesmo com o crescimento do último ano, a suplência I sofreu redução de vagas², das 32.432 em 1994 restaram 30.366 em 1997. Dá para notar na tabela a relativa perda de espaço do ensino fundamental em favor da educação infantil e, em menor escala, do ensino supletivo, particularmente em 1997. Até o ano anterior, a proporção de cada um dos níveis de ensino destacados girava em torno de 65% para o ensino fundamental, 23% para a educação infantil e 11% para o supletivo. No último ano da série as proporções se alteraram para 62%, 25% e 12%, respectivamente.

No Gráfico 31 podemos notar, pelo patamar da soma total das matrículas, que 1995 marcou uma retomada no crescimento do número de matrículas, mais evidenciada em 1997. A acentuação positiva da curvatura neste último ano teve a colaboração conjunta do crescimento em todos os níveis de ensino, com exceção da modalidade suplência I já assinalada.

² Em comparação com o todo da dependência administrativa municipal, a rede municipal paulistana ocupa as seguintes proporções para o ano de 1997: educação infantil (pré-escola) = 23%; ensino fundamental 1ª à 4ª séries = 39% e da 5ª à 8ª séries = 74%; ensino médio = 12%; educação especial = 13% e ensino supletivo = 48%.

A evolução das matrículas na Dependência Administrativa Particular

A evolução das matrículas na dependência administrativa particular, de modo geral apresenta um padrão irregular e oscilante no seu comportamento, mesmo considerando o aumento da oferta de vagas ao final do período. Conforme se vê na Tabela 32, em tal comportamento geral as matrículas no ensino fundamental colaboraram com um crescimento num ritmo cada vez menos acelerado até 1996, mas no ano seguinte retrocederam. Traduzindo em números, de 296.500 matrículas em 1994, o ensino fundamental chegou perto de 306.000 em 1996, recuando para 300.400 em 1997. O segmento que mais cresceu foi o da 1ª à 4ª séries.

Tabela 32 – Município de São Paulo – Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994 - 1997

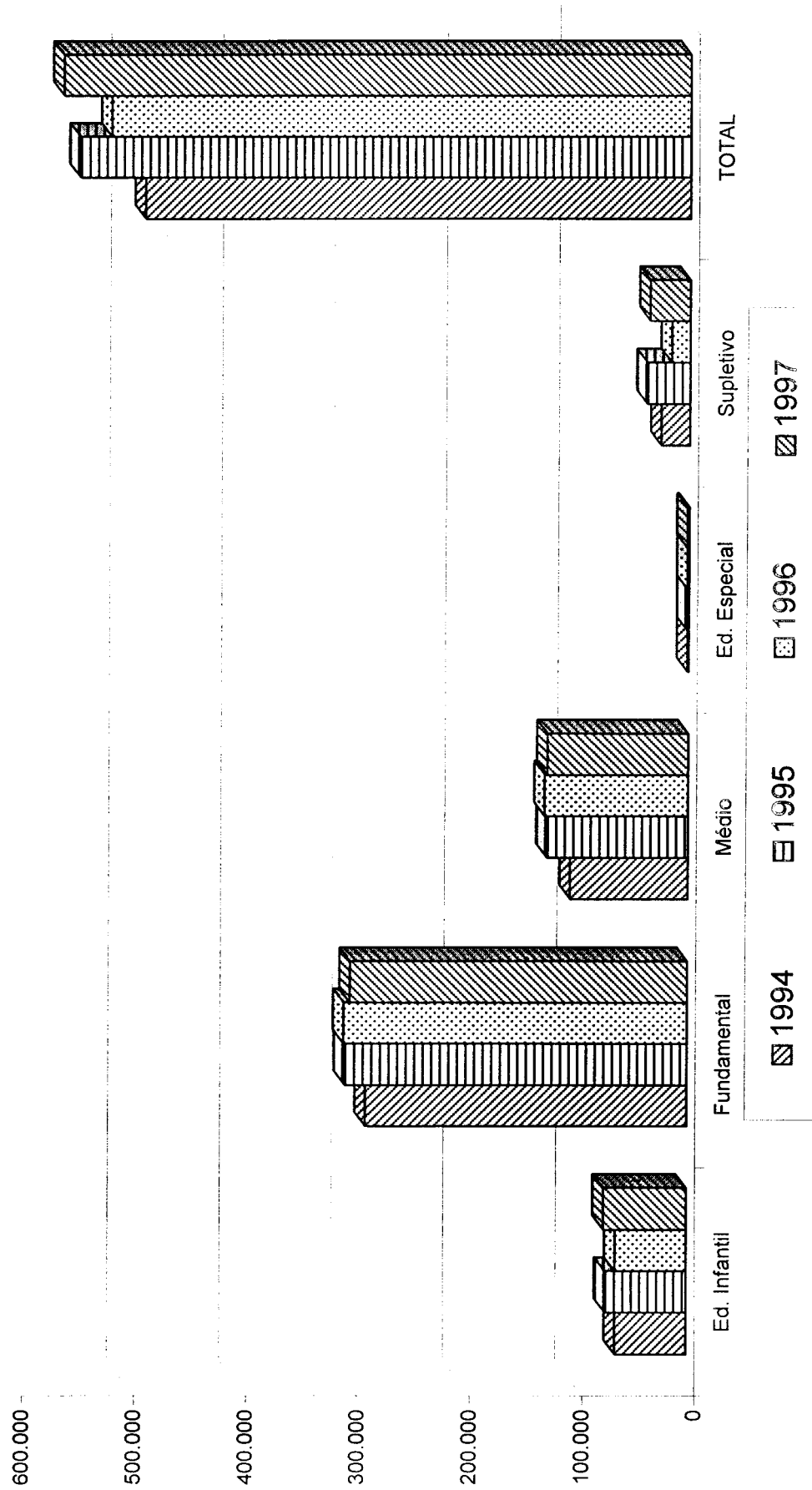
NÍVEL DE ENSINO	1994		1995		1996		1997	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ed. Infantil	64.336	13%	73.177	13%	64.012	12%	74.653	13%
Creche	?	?	?	?	?	?	?	?
Pré-Escola	64.336	13%	73.177	13%	64.012	12%	74.653	13%
Fundamental	286.551	59%	304.972	56%	305.977	59%	300.392	54%
1ª à 4ª	144.152	30%	154.772	28%	156.522	30%	155.200	28%
5ª à 8ª	142.399	29%	150.200	27%	149.455	29%	145.192	26%
Médio	105.143	22%	126.072	23%	128.023	25%	125.674	23%
Ed. Especial	1.460	0%	1.524	0%	1.431	0%	1.723	0%
Supletivo	25.533	5%	38.441	7%	16.433	3%	35.939	6%
Supletivo Fund.	14.046	3%	21.854	4%	9.996	2%	22.174	4%
Suplência I	1.897	0%	*	*	*	*	5.171	1%
Suplência II	12.149	3%	*	*	*	*	17.003	3%
Supletivo Médio	11.487	2%	16.587	3%	6.437	1%	13.765	2%
Qual. Prof.	2.816	1%	*	*	*	*	20.313	4%
TOTAL	485.839	100%	544.186	100%	515.876	100%	558.694	100%

Fonte: SEE. ETIE. CIE

* Informação não disponível

O ensino médio mostrou um movimento semelhante em menor proporção ao do ensino fundamental, cresceu bastante em 1995 e em menor ritmo em 1996 para então reduzir um pouco em 1997. Do primeiro para o último ano, esse nível de ensino acrescentou mais de 20.000 matrículas na sua oferta, de 105.000 pulou para mais de 125.000 matrículas.

Gráfico 32 - Município de São Paulo - Dependência Administrativa Particular
Matrículas iniciais em educação básica, por nível de ensino - 1994-1997



A educação especial, pouco significativa no atendimento da rede particular, variou positivamente, com exceção de uma redução em 1996.

O supletivo foi o nível de ensino que apresentou o comportamento mais irregular no período. A soma de suas matrículas oscilou em grandes números sem apontar uma direção. Em 1994, somava 28.348 matrículas, saltou a 38.441 em 1995, fechou mais da metade das matrículas em 1996, atingindo 16.433, e voltou a crescer substancialmente em 1997, quando dobrou a oferta de vagas chegando a 35.939 matrículas. Supõe-se que este desempenho tenha ocorrido também nas suas modalidades, o ensino supletivo de nível médio confirma a regra.

No Gráfico 32, a oscilação na soma total das matrículas segue se expandindo. Nesse movimento, destacam-se as curvas do ensino fundamental e médio com inclinações paralelas semelhante, inicialmente ascendentes nos três primeiros anos, com declínio no último. As curvas da educação infantil e do ensino supletivo também apresentam movimento paralelos semelhantes, alternam em cada ano aumentos e reduções.

Do ponto de vista da participação relativa de cada nível de ensino na composição das matrículas da rede particular o ensino fundamental manteve-se entre 54% e 59% do total no período. O ensino médio, depois de crescer de 22% para 25% entre 1994 e 1996, reduziu sua participação para 23% em 1997. A educação infantil se manteve em torno da casa dos 13% e o ensino supletivo oscilou entre o mínimo de 3% alcançado, em 1996, e o máximo de 7% em 1995.

Conclusão

O que em primeiro lugar chama a atenção na composição do atendimento educacional no município de São Paulo nas três dependências administrativas acompanhadas, tendo em vista o volume e a evolução das matrículas, é a grande proporção que representa no universo educacional do Estado, conforme os indicadores apresentados.

No âmbito do município, a rede estadual, de modo geral, reduziu a oferta de matrículas. Exceto para o ensino médio, todos os demais níveis de ensino tiveram reduzidas as suas matrículas ou encerraram o atendimento.

Na rede municipal e na rede particular, ao contrário, houve aumento na oferta do ensino. Na primeira, o crescimento de matrículas no ensino fundamental nos seus dois segmentos contradiz a redução ocorrida na rede estadual.

Quanto à educação infantil, cabe frisar a ausência de informações sobre a modalidade creche. De qualquer forma, os dados disponíveis indicam ter havido na rede municipal aumento de matrículas concentradas em 1997.

No ensino supletivo, destacou-se a irregularidade no desempenho das matrículas, em especial nos dois anos intermediários, envolvendo as três redes, quando houve significativa redução de vagas, mais pronunciada na rede estadual. Em 1997, ao contrário, os números mostraram recuperação da oferta com ampliação das matrículas nas redes particular e, principalmente, na rede municipal.

Conclusão Geral

Neste **relatório**, o balanço da evolução das matrículas em educação básica no Estado de São Paulo e nos municípios da amostra, entre 1994 e 1997, revelou em linhas gerais as conclusões dispostas a seguir:

1. o contexto do período foi marcado pela ação combinada de medidas tendentes a interferir na configuração do perfil de atendimento educacional do Estado e dos municípios. Dada a peculiaridade da concentração do atendimento no ensino fundamental na rede estadual, essa ação, de modo geral, está induzindo à municipalização do ensino fundamental, seja pela transferência de matrículas desse nível de ensino aos municípios, seja pela criação de rede municipal de atendimento. Essa força indutora implicará impactos nos outros níveis de ensino eventualmente oferecidos pelos municípios. Houve, em nível estadual, a implementação de medidas pela Secretaria do Estado da Educação de São Paulo a partir de 1996 e, em nível federal, mudanças na legislação nacional sobre educação (Emenda Constitucional 14, Lei 9.424/96 e Lei de Diretrizes e Bases), entre as quais cabe destacar a implantação do Fundef em 1998.
2. em nível estadual, o exame da soma total das matrículas revelou uma ínfima expansão do atendimento à educação básica em 1997, após o declínio nos primeiros anos. A dependência administrativa estadual reduziu anualmente o seu volume do atendimento em educação básica, enquanto as dependências administrativas municipal e particular, ao contrário, expandiram-se substancialmente, ainda que de forma irregular. Esse crescimento de ambas contribuiu para a reversão no atendimento geral de 1997. Nesse meio, o ensino fundamental iniciou uma trajetória de redução do número de matrículas a partir de 1995. Tal movimento foi evidente na rede estadual em todos os anos do período e ampliado na medida em que avançava a municipalização a partir de 1996. O ensino médio e a educação infantil firmaram tendência contínua de expansão da oferta, o primeiro cresceu nas três dependências, principalmente na estadual, enquanto a segunda expandiu-se por conta do desempenho da dependência municipal. O ensino supletivo, por sua vez, acumulou forte regressão com alguma recuperação no último ano da série, quando a dependência municipal ressurgiu com maior atendimento na suplência I e quase

alcança a dependência estadual em proporção de atendimento, mais pela intensa regressão desta do que pela recuperação daquela.

3. nos municípios da amostra, o reflexo desse comportamento mais amplo ocorreu da seguinte forma: (3.1) no cômputo geral, exceto em Alfredo Marcondes (município pequeno¹), em todos os outros municípios houve expansão do atendimento, mais evidente em Diadema. Essa expansão deveu-se, principalmente, ao desempenho da dependência administrativa municipal, mais marcante em Aguai, Descalvado (municípios médios), Itatiba e Diadema (municípios grandes); a rede estadual reduziu o seu tamanho em todos os municípios, menos em Diadema. A rede particular, de modo geral, apresentou muita irregularidade e cresceu pouco, exceto em Cubatão e Diadema, onde houve notável crescimento em 1997. (3.2) No ensino fundamental, a rede estadual mostrou redução de matrículas em todos os municípios, vertiginosa em Itatiba, Descalvado e Aguai (municípios que desenvolvem o Programa de Ação de Parceria). Em contrapartida, o ensino fundamental cresceu na mesma proporção na rede municipal destes municípios; em São Paulo cresceu regularmente em 1996 e 1997. Em Cubatão, apresentou crescimento, mas em ritmo menor a cada ano; em Alfredo Marcondes e Diadema a rede municipal não oferecia esse nível de ensino até 1997; na rede particular, houve aumento de matrículas do ensino fundamental em Itatiba, Cubatão e Diadema. (3.3) O ensino médio firmou tendência crescente na esfera estadual em todos os municípios; a rede particular só manteve crescimento regular em Cubatão e Diadema e a rede municipal só mantinha atendimento em São Paulo e Aguai, neste último houve regressão no número de matrículas em 1997. (3.4) Na educação especial, a rede estadual confirmou a sua tendência geral no Estado, reduzindo o atendimento em todos os municípios da amostra. Nas outras duas dependências, esse nível de ensino se manteve praticamente estável, com exceção de Diadema, onde ambas cresceram um pouco.
4. quanto aos níveis de ensino objeto de análise deste **relatório**, constatou-se que: (4.1) na educação infantil há predominância do atendimento da dependência municipal, mostrando, aliás, tendência crescente em todo o Estado no período, mais notável em 1997. A rede estadual tratou de fechar as últimas vagas em 1997, que se

¹ Ver páginas 26 e 27.

encontravam no município de São Paulo. Na rede particular, houve expansão de matrículas apenas em Cubatão e Diadema, verificada somente em 1997. Na dependência administrativa municipal, as matrículas em educação infantil cresceram na maioria dos municípios, especialmente em Diadema. Entre os municípios integrantes do Programa de Ação de Parceria (Aguai, Descalvado e Itatiba), também houve expansão do atendimento, com exceção de Aguai que apresentou seguida redução de matrículas em 1996 e 1997, quando deu início e seqüência no atendimento ao ensino fundamental. Neste caso, a municipalização do ensino fundamental ocorreu simultaneamente à redução da educação infantil. (4.2) O ensino supletivo, como já salientado, mostrou uma perda de matrículas substancial (mais de 50%) entre 1994 e 1996, recuperando parte da oferta em 1997. A dependência estadual, na soma geral, foi a que mais fechou matrículas, atingindo todos os municípios da amostra; a dependência particular mostrou comportamento semelhante, mas menos intenso que a rede estadual, contudo, em Diadema, houve expansão importante em 1997. O comportamento observado na dependência administrativa municipal foi bem diferenciado. Apenas a rede municipal de Descalvado não mantinha atendimento ao ensino supletivo. Em Alfredo Marcondes, o atendimento alcançado em 1995 manteve-se estável nos anos seguintes. Houve crescimento em Itatiba e Diadema em 1996 e 1997, respectivamente, quando, em ambos, tem início o atendimento, com crescimento mais significativo nesse último município. Em São Paulo, observou-se movimento semelhante ao da rede estadual, em bem menor proporção, mas recuperou matrículas em 1997, ficando até mesmo acima do patamar de 1994. Houve perda de matrículas também em Aguai que, no entanto, iniciou recuperação já em 1996, ficando acima do patamar inicial também em 1997. Somente Cubatão configurou uma tendência anual de redução de matrículas no período. Pode-se afirmar, portanto, que, com exceção de Cubatão, houve expansão da oferta do ensino supletivo municipal, principalmente em 1997.

5. Em síntese, tanto no conjunto dos municípios de São Paulo quanto na amostra estudada, de modo geral, a retração da oferta estadual foi concomitante à expansão da oferta municipal e particular. Somente o ensino médio teve significativo crescimento, oferecido, principalmente pela rede estadual. A educação infantil manteve crescimento contínuo, ascendente em 1997. O ensino fundamental decresceu apesar do aumento das vagas municipais. A educação especial

praticamente não se alterou e a educação básica de jovens e adultos se reduziu fortemente, tendo crescimento significativo no fim do período (1997), sobretudo pela oferta municipal, sem recuperar o nível de oferta do início do período (1994). Esse quadro mostra o desprezo do poder público pelas modalidades de ensino diferentes da educação infantil e do ensino fundamental. Há importantes motivos para crer que essa atitude tenha se acentuado devido às medidas de indução à municipalização do ensino fundamental, especialmente no que diz respeito a promulgação e vigência de nova legislação específica no setor (Emenda Constitucional n.º 14 e Lei 9.424/96). Tal legislação retira e retém automaticamente grande parte dos recursos de Estados e municípios destinados à educação, somente recuperáveis pelos governos na proporção de manutenção de matrículas de ensino fundamental. Considerada a ressalva de que o reduzido número de municípios selecionados configura uma amostra não representativa e não aleatória, é possível afirmar que, em outros municípios paulistas com características semelhantes, as dependências administrativas reproduzirão comportamento e desempenho semelhantes no movimento das matrículas e na constituição de seu perfil educacional.

Bibliografia:

- AGUAÍ. Prefeitura do Município. Departamento de Educação. *Diários de classe e Livro de resultados finais de suplência I e II – 1994, 1995, 1996 e 1997.*
- BRASIL. 1988. *Constituição Federal.*
- _____. 1996a. Lei n.º 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: *Diário Oficial da União* de 23 de dezembro de 1996.
- _____. 1996b. Lei n.º 9.424/96 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. In: *Diário Oficial da União* de 26 de dezembro de 1996.
- _____. IBGE. 1996. *Contagem da população*
- _____. MEC. INEP. *Censos educacionais 1996, 1997 e 1998.* Disponível via Internet: [http:// www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)
- _____. 1997. *Censo Escolar 1996: dados estatísticos.* Brasília: INEP.
- CUBATÃO. Prefeitura do Município. Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Setor de Ensino Regular e Setor de Ensino Supletivo. *Quadros demonstrativos de classes e alunos, 1994, 1995, 1996 e 1997.*
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. 1996. *Planejamento de pesquisa: uma introdução.* São Paulo: EDUC (Série Trilhas).
- SÃO PAULO. SEE. 1997. *Descentralização e reformas no ensino fundamental: unindo forças para construir, com sucesso, uma escola de cara nova para São Paulo.* Caderno 1: Aspectos financeiros. São Paulo: FUNDAP/SEE, set.
- SÃO PAULO. SEE. CIE. 1998. 1. Total do Estado: 1.1 Ensino Fundamental 2.1 Ensino Médio. *Séries históricas,* mimeo.
- _____. ETIE. CIE. *Banco de dados, 1994, 1995, 1996 e 1997*